



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX - Nº 183 - QUARTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2004-BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 10.966, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2004

Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 193, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica a União autorizada a entregar aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2004, o montante de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstas nesta Lei.

Art. 2º O montante citado no art. 1º desta lei será entregue aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na razão de 1/12 (um doze avos) a cada mês, observado o atendimento ao disposto no art. 9º desta lei.

Parágrafo único. A parcela pertencente a cada estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal será proporcional aos coeficientes individuais de participação discriminados no Anexo desta Lei.

Art. 3º Os recursos de que trata esta lei serão entregues no último dia útil de cada mês, observado o disposto no art. 11 desta lei.

Art. 4º Do montante dos recursos que cabe a cada estado, a União entregará diretamente ao próprio estado 75% (setenta e cinco por cento) e aos seus Municípios 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O rateio das parcelas dos Municípios obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de seus respectivos Estados, a serem aplicados no exercício de 2004.

Art. 5º Para a entrega dos recursos à unidade federada, a ser realizada por uma das formas previstas no art. 6º desta lei, serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurado no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

I – contraídas no Tesouro Nacional pela unidade federada, vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

II – contraídas pela unidade federada com garantia da União, inclusive dívida externa, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta; e

III – contraídas pela unidade federada nos demais entes da administração federal, direta e indireta, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso III deste artigo, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I – a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos, e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vincendos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos; e

II – a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo inciso III do **caput** deste artigo, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

Art. 6º Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do art. 5º desta lei, serão satisfeitos pela União pelas seguintes formas:

I – entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a 10 (dez) anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada com o Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

II – correspondente compensação.

Parágrafo único. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos do art. 5º desta lei, e liquidada na forma do inciso II deste artigo, serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

Art. 7º Caberá ao Ministério da Fazenda apurar o montante mensal a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda publicará no **Diário Oficial** da União, até 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para a efetiva entrega dos recursos, o resultado do cálculo do montante a ser entregue aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 8º Para efeito de aplicação desta lei, o Ministério da Fazenda definirá, em até 90 (noventa dias) a contar de sua publicação, as regras da prestação de informação pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento a que se refere o art. 155, § 2º, inciso X, alínea **a**, da Constituição Federal.

Art. 9º Após a definição das regras de prestação de informações mencionadas no art. 8º desta lei, os estados e o Distrito Federal terão 60 (sessenta) dias para encaminhar ao Ministério da Fazenda os correspondentes demonstrativos.

Parágrafo único. O ente federado que não enviar os demonstrativos referidos no **caput** deste artigo ficará sujeito à suspensão do recebimento do auxílio de que trata esta lei.

Art. 10. A regularização do envio dos demonstrativos de que trata o art. 9º desta lei permitirá o recebimento dos recursos no mês imediatamente posterior, observado o disposto no art. 3º desta lei.

Art. 11. Os recursos correspondentes aos duodécimos dos meses de janeiro ao mês de publicação desta lei serão entregues pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em até 10 (dez) dias contados da referida publicação.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o Ministério da Fazenda fica dispensado de observar o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 7º desta lei para a publicação do resultado do cálculo do montante a ser entregue aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 9 de novembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

A N E X O

AC	0,2744%	PB	1,4302%
AL	4,3752%	PE	0,6902%
AM	3,2328%	PI	0,9683%
AP	0,9973%	PR	8,6683%
BA	4,4506%	RJ	2,3220%
CE	1,9816%	RN	1,9305%
DF	0,0496%	RO	1,1196%
ES	9,2782%	RR	0,2542%
GO	2,7487%	RS	7,5130%
MA	4,3531%	SC	7,5214%
MG	6,3221%	SE	0,2818%
MS	1,6964%	SP	3,5133%
MT	9,3948%	TO	0,7410%
PA	13,8914%	BR	100,0000%

LEI Nº 10.967, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2004

Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 194, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º desta lei decorrerão de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 9 de novembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 862, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão a Valle & Silva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 1.945, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão à Valle & Silva Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 863, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de maio de 2002, que renova, a partir de 20 de outubro de 1997, a concessão da Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda., para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 864, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Educativa de Tapauá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapauá, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 568, de 16 de abril de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Rádio Educativa de Tapauá a executar, por dez anos, sem di-

reito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapauá, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 865, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão a Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião da Grama, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 1.073, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião da Grama, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 866, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio WS & AO Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buri, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 1.106, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Rádio WS & AO Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buri, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 867, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Sinodal de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.013, de 20 de junho de 2002, que renova por dez anos, a partir de 18 de janeiro de 1999, a permissão outorgada à Fundação Sinodal de Comunicação para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 868, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Freqüência Brasileira de Comunicações LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurinhata, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 290, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Freqüência Brasileira de Comunicações Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurinhata, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 869, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Treze de Maio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Treze de Maio, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.564, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Sociedade Rádio Treze de Maio Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Treze de Maio, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 870, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.567, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 871, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Fundação da Integração Cultural Vianense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viana, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 559, de 16 de abril de 2002, que autoriza a Fundação da Integração Cultural Vianense a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viana, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 872, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Macaraniense São Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macarani, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 509, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Macaraniense São Pedro a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macarani, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 873, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Campo Formoso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Formoso, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 387, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Campo Formoso a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Formoso, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 874, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Voz do São Francisco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de fevereiro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de março de 1996, a concessão da Rádio Voz do São Francisco Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 875, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Ourinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 252, de 16 de maio de 2001, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à Rádio Clube de Ourinhos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 876, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Paranaiguara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaiguara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.170, de 3 de julho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Paranaiguara a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaiguara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 877, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ananás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananás, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.184, de 3 de julho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Ananás a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananás, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 878, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Renascer de Inhaúma a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inhaúma, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.204, de 5 de julho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Renascer de Inhaúma a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inhaúma, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 879, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Claraval a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.997, de 7 de outubro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Claraval a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 880, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.787, de 6 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 881, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Evangelli Nuntiandi para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de agosto de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 16 de julho de 1995, a concessão da Fundação Evangelli Nuntiandi para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 882, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independência de Cordeirópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 89, de 13 de março de 1998, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de novembro de 1994, a permissão outorgada à Rádio Independência de Cordeirópolis Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 883, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão ao Grupo Integração de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xique-Xique, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere do Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2001, que outorga concessão ao Grupo Integração de Comunicações Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xique-Xique, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 884, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morros, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 1.009, de 20 de junho de 2002, que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar – FAEMB a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morros, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 885, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 874, de 4 de junho de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 886, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos a explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2003, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos a explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 887, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sant'Ana FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 1.333, de 18 de julho de 2002, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sant'Ana FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 888, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Jaraguá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.127, de 26 de junho de 2002, que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Jaraguá a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 889, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural Comunitária Educadora “Rainha dos Anjos” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reginópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.132, de 26 de junho de 2002, que autoriza a Associação Beneficente Cultural Comunitária Educadora “Rainha dos Anjos” a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reginópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 890, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santo Amaro – ACSA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro do Maranhão, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 2.420, de 21 de novembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Santo Amaro – ACSA a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro do Maranhão, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 891, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores, Mini e Pequenos Produtores Rurais dos Povoados Baião, Malhadinha, Poço Salgado e Campo Comprido – ACB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca da Mata, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 400, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Moradores, Mini e Pequenos Produtores Rurais dos Povoados Baião, Malhadinha, Poço Salgado e Campo Comprido – ACB a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca da Mata, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney, Presidente do Senado Federal.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 892, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Indianova – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indianópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 59, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Rádio Comunitária Indianova – FM a executar, por 10(dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indianópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney, Presidente do Senado Federal.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 893, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Iúnense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iúna, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 790, de 15 de maio de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Iúnense de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iúna, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney, Presidente do Senado Federal.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 894, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à PROWARE 2000 Telecomunicação Som e Imagem Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tambaú, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere Portaria nº 1.090, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Proware 2000 Telecomunicação Som e Imagem Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tambaú, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 895, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Santo Anastácio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Anastácio, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de novembro de 2001, que renova, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Cultura de Santo Anastácio Ltda., outorgada originalmente à Rádio Brasil S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Anastácio, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 896, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros Teixeira e Centro de Teixeira de Freitas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 657, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros Teixeira e Centro de Teixeira de Freitas a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 897, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Ambientalista de Praia Seca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 226, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Sociedade Ambientalista de Praia Seca a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. — Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 898, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Regional Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 145, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Regional Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. — Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 899, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Filhos de Boninal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boninal, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 745, de 10 de maio de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Filhos de Boninal a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boninal, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. — Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 900, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Pires Rodrigues para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 496, de 26 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Pires Rodrigues para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 901, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Linhares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 621, de 4 de outubro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de junho de 1994, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Linhares Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 155ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 216, de 2004, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 669-A, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros..... 35671

Nº 563, de 2004, do Ministro dos Transportes, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 261, de 2004, do Senador Heráclito Fortes..... 35671

1.2.2 – Avisos do Ministro de Estado da Saúde

Nº 1.036, de 2004, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 821, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 35671

Nº 1.037, de 2004, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.099, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante..... 35671

1.2.3 – Ofício do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Nº 1.548, de 2004, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 435, de 2003, do Senador Arthur Virgílio..... 35672

1.2.4 – Aviso da Ministra de Estado de Minas e Energia

Nº 219, de 2004, encaminhando informações em caráter confidencial em resposta ao Requerimento nº 723, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti..... 35672

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 35, de 2004 (nº 459/2004, na origem), de 29 de outubro último, do Ministério da Fazenda, comunicando que nos meses de julho a setembro de 2004, não consta qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 35672

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 406, 426,

579, 582, 630 e 777, de 2004, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação..... 35672

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.374, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando autorização para se ausentar do País, no período de 25 de novembro a 3 de dezembro de 2004, para cumprir missão no exterior. 35672

Nº 1.375, de 2004, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando autorização para se ausentar do País, no período de 26 de novembro a 7 de dezembro de 2004, para cumprir missão no exterior. 35673

Nº 1.376, de 2004, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2003, de sua autoria. 35673

Nº 1.377, de 2004, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 653, de 1999, de sua autoria. 35673

Nº 1.378, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. 35673

Nº 1.379, de 2004, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento da SRA. Marinha da Silva Mota. 35674

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2004, de autoria do Senador Mário Calixto, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que os saldos não utilizados pelos usuários de serviços de telecomunicações prestados em regime público sejam aproveitados em favor de programas do Governo Federal de erradicação da fome e da exclusão social. 35674

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2004, de autoria do Senador Mário Calixto, que institui o cadastro de menores carentes residentes no País e de brasileiros residentes no exterior, para a prestação de assistência material. 35675

Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei

nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o Km-249 e o Km-275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo..... 35676

1.2.8 – Ofícios

Nºs 79, 81, 82, 83 e 84/04, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, de Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Serviços de Infra-Estrutura, respectivamente. 35677

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Análise de pesquisa da Unesco sobre a educação no Brasil. 35678

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Defesa dos direitos femininos. Importância de uma maior participação feminina nos processos eleitorais brasileiros. Necessidade de restauração nas rodovias do Estado de Mato Grosso neste período de chuvas. Relato sobre o turismo no Brasil. 35679

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Denúncia do afastamento de servidores da área de tecnologia do Banco do Nordeste do Brasil por terem prestado informações ao Tribunal de Contas da União. 35682

SENADOR RAMEZ TEBET, como Líder – Realização de reunião do Conselho da Justiça Federal em Dourados/MS..... 35684

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à postura do Presidente Lula em visita à Escola de Samba Portela e à condução da política econômica brasileira. 35685

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Necessidade da recuperação da malha rodoviária de Santa Catarina..... 35688

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Desempenho do PFL no Estado da Bahia. Utilização da máquina pública nas eleições municipais no Estado da Bahia. 35689

SENADORA IDELI SALVATTI – Resposta ao pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães. 35697

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Posicionamento contrário à Medida Provisória que confere ao Presidente do Banco Central prerrogativas de ministro. Defesa da aprovação de projeto de reajuste da tabela do imposto de renda da pessoa física. . 35698

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 193, de 2004, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País. **Promulgação da Lei nº 10.966, de 2004**, proveniente

da aprovação da matéria, tendo usado da palavra os Srs. Aelton Freitas, Rodolpho Tourinho, Ducio-mar Costa, Hélio Costa, José Agripino, a SRA. Ana Júlia Carepa, e os Srs. Luiz Otávio, Sérgio Guerra, Aloizio Mercadante e a Srª Heloísa Helena. (Votação Nominal) 35699

Item 2

Medida Provisória nº 194, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), para os fins que especifica. **Aprovada, após Parecer nº 1.727, de 2004-PLEN**, proferido pelo Relator Revisor, Senador Luiz Otávio. À promulgação. 35718

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 45, de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo para bloqueio temporário da recepção de programação inadequada e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 195, de 2004. **Apreciação adiada para amanhã.** 35719

Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2004 (nº 3.476/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 35720

Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.136/2004 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003-Complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Apreciação sobrestada.** 35720

Item 6 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 819/2004 – art. 172, I, e do Requerimento nº 1.151/2004, art. 336, II, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar em Boa Vista – Capital do Estado de Roraima. **Apreciação sobrestada.** 35721

Item 7 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.316/2004 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2004 (nº 2.399/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**..... 35721

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). **Apreciação sobrestada**..... 35721

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios. **Apreciação sobrestada**..... 35721

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município). **Apreciação sobrestada**..... 35721

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. **Apreciação sobrestada**..... 35721

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002 – Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais. **Apreciação sobrestada**..... 35721

Item 13

Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal. **Apreciação sobrestada**..... 35722

Item 14

Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da

Criança e do Adolescente (dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças e adolescentes). **Apreciação sobrestada**..... 35722

Item 15

Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres, quando hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização). **Apreciação sobrestada**..... 35722

Item 16

Mensagem nº 92, de 2004 (nº 365/2004, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 209, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Fernando Antônio da Câmara Freire para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. **Apreciação sobrestada**..... 35722

Item 17

Requerimento nº 437, de 2004, do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras. **Apreciação sobrestada**..... 35722

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MAGUITO VILELA – Solidariedade ao povo palestino em virtude do estado de saúde do Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat. 35723

SENADOR SÉRGIO CABRAL – Trabalho desenvolvido pela Justiça do Estado do Rio de Janeiro..... 35723

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Questão da desclassificação dos documentos relativos ao Regime Militar..... 35724

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Homenagem pelos 114 do Tribunal de Contas da União (TCU)..... 35730

SENADOR MÁRIO CALIXTO – Necessidade de políticas que reduzam a pobreza no Brasil..... 35731

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Dificuldades enfrentadas pelas pequenas e microempresas brasileiras..... 35733

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações ao Relatório de Gestão 2003 da Agência Nacional de Águas (ANA)..... 35735

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada. 35736

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 18 de outubro de 2004..... 35739

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****4 – SECRETARIA DE COMISSÕES****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 155ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de novembro de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Sérgio Zambiasi e Papaléo Paes*

(ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:)

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Augusto Botelho – César Borges – Cristovam Buarque – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Mário Calixto – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 216, de 2004, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 669A, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros.

Nº 563, de 2004, do Ministro dos Transportes, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 261, de 2004, do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos do Ministro de Estado da Saúde que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

AVISOS DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

Nº 1.036, de 2004, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 821, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 1.037, de 2004, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.099, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

As informações prestadas ao Requerimento nº 1.099, de 2004, também foram anexadas ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2004, que volta à tramitação normal na Comissão de Assuntos Sociais.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego que será lido pela SRA. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO
E EMPREGO**

Nº 1.548, de 2004, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 435, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso da Ministra de Estado de Minas e Energia que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

**AVISO
DA MINISTRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**

Nº 219, de 2004, encaminhando informações em caráter confidencial em resposta ao Requerimento nº 723, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Foi encaminhado ao Requerente ofício desta Presidência, comunicando que as informações encontram-se à sua disposição na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 35, de 2004** (nº 459/2004, na origem), de 29 de outubro último, comunicando, nos termos do art. 42 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que, nos meses de julho a setembro de 2004, não consta qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O expediente, anexado ao processo do Aviso nº 9, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 406**, de 2004 (nº 642/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Linhares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 426**, de 2004 (nº 3.127/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radio Nossa Senhora do Socorro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Socorro, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 579**, de 2004 (nº 3.236/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Imprensa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 582**, de 2004 (nº 3.240/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Desterro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Desterro, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 630**, de 2004 (nº 68/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Jozias Francisco Diniz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena, Estado da Paraíba; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 777**, de 2004 (nº 137/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Padre Donizetti para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tambaú, Estado de São Paulo.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.374, DE 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V. Exª para, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, buscar a repartição dos brasileiros que se encontram nas prisões norte-americanas, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária

autorização para o desempenho da referida missão no período de 29-11-2004 a 3-12-2004.

Informo que estarei ausente do País no período de 25-11-2004 a 7-12-2004.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Marcelo Crivella**.

REQUERIMENTO Nº 1.375, DE 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V. Ex^a para participar do II Workshop Brasil – Alemanha em Biodiesel – Congresso Alemão em Biocombustíveis – 2004, a ser realizado naquele País, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão no período de 26-11-04 a 7-12-04.

Informo que estarei ausente do País no período de 26-11-04 a 7-12-04.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Sibá Machado**, PT/AC.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Sibá Machado, respectivamente, a Presidência, com base no disposto no art. 41 do Regimento Interno, defere os requerimentos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.376, DE 2004

Nos termos do Inciso I do Art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex^a, em caráter definitivo, a retirada do PLS nº 525/2003, de minha autoria, que altera a Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Roberto Saturnino**.

REQUERIMENTO Nº 1.377, DE 2002

Nos termos do Inciso I do Art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex^a, em caráter definitivo, a retirada do PLS nº 653/1999, de minha autoria, que altera a Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, tendo em vista o acatamento

das sugestões em Medida Provisória editada pelo Governo Federal.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Roberto Saturnino**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os requerimentos lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.378, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal cc., o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário quanto às metas e realizações da Política de Reforma Agrária do Governo, especialmente sobre os seguintes aspectos:

- Quantitativo (por estado e região) da demanda por Reforma Agrária no País;
- Quantidade de assentamentos e projetos de colonização implantados, inclusive em hectares, bem como a localização de cada um;
- Tipos, modelos e natureza de cada assentamento;
- Quantidade de famílias assentadas, por região e Estado;
- Dados econômicos e financeiros relativos aos custos de aquisição de terra, de implantação, de manutenção, de investimentos e ganho dos projetos de colonização e assentamentos;
- Volume de Créditos financeiros destinados para famílias assentadas;
- Número de assentamentos rurais transformados em pecuários;
- Indicação dos fatores que afetam a consolidação e desenvolvimento dos assentamentos rurais, bem como o nível de evasão de famílias assentadas;
- Tipos e níveis de atividades econômicas desenvolvidas nos assentamentos rurais e projetos de colonização, com especificação de cada produto ou serviço;
- Indicativo das áreas de conflito pela terra;
- Política de saúde e educação rural e resultados obtidos junto aos assentamentos;

- Condições sanitárias e habitacionais dos assentamentos;
- Nível de renda do trabalhador rural assentado; e
- Quais são os programas e projetos de apoio à Reforma Agrária que estão em vigor e que resultados apresentam.

Exemplo: Pronaf, Procerá, Projeto Luminar, Projeto, Emancipar, Programa Cédula da Terra, Projeto Casulo, Proger Rural, Pronera, etc.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.

– Senador **Marcelo Crivella**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.379, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sr^a Marinha da Silva Mota e apresentação de condolências à família da falecida.

Justificação

A Sr^a Marinha Mota é matriarca de uma família pioneira e de grande tradição no Estado e teve o passamento ocorrido hoje 9 de novembro de 2004.

O voto de pesar, ora pleiteado, justifica-se em face dos relevantes serviços sociais prestados pela SRA. Marinha da Mota à comunidade de Roraima.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004. – Senador **Mozarildo Cavalcanti – Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2004

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que os saldos não utilizados pelos usuários de serviços de telecomunicações prestados em regime público sejam aproveitados em favor de programas do Governo Federal de erradicação da fome e da exclusão social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 108-A. Os saldos financeiros de serviços pagos e não utilizados pelos usuários de serviços de telecomunicações prestados em regime público serão recolhidos ao Tesouro Nacional e aproveitados em programas de erradicação da fome e da exclusão social.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos principais programas sociais do atual Governo é o Fome Zero, que visa à erradicação da fome e da exclusão social.

Vários programas foram criados com vistas ao atingimento dos fins perseguidos com essa política, tais como o Bolsa Família, o Geração de Emprego e Renda, o Restaurantes Populares e o Segurança e Qualidade dos Alimentos, entre outros.

É preciso mobilizar a sociedade para que se tome parceira do Governo Federal nessa empreitada.

Todavia, não se deve contar apenas com as colaborações espontâneas para o engajamento da sociedade nessa importante política pública.

O presente projeto tem por finalidade determinar que os saldos não utilizados dos serviços que já tenham sido pagos pelos usuários de serviços de telecomunicações prestados em regime público sejam aproveitados em favor de programas vinculados ao Fome Zero.

As empresas concessionárias dos serviços de telecomunicações não terão qualquer prejuízo com a medida, tendo em vista que os saldos a serem transferidos para o Fome Zero dizem respeito a serviços

pelos quais essas empresas já receberam o pagamento correspondente à sua prestação.

Pela importância social do projeto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004. – Senador **Mário Calixto**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.472, DE 18 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 108. Os mecanismos para reajuste e revisão das tarifas serão previstos nos contratos de concessão, observando-se, no que couber, a legislação específica.

§ 1º A redução ou o desconto de tarifas não ensejará revisão tarifária.

§ 2º Serão compartilhados com os usuários, nos termos regulados pela Agência, os ganhos econômicos decorrentes da modernização, expansão ou racionalização dos serviços, bem como de novas receitas alternativas.

§ 3º Serão transferidos Integralmente aos usuários os Ganhos econômicos que não decorram diretamente da eficiência empresarial, em casos como os de diminuição de tributos ou encargos legais e de novas regras sobre os serviços

§ 4º A oneração causada por novas regras sobre os serviços, pela área econômica extraordinária, bem como pelo aumento dos encargos legais ou tributos, salvo o imposto sobre a renda, implicará a revisão do contrato.

Art. 109. A Agência estabelecerá:

I – os mecanismos para acompanhamento das tarifas praticadas pela concessionária, inclusive a antecedência a ser observada na comunicação de suas alterações;

II – os casos de serviço gratuito, como os de emergência;

III – os mecanismos para garantir a publicidade das tarifas.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 8,
DE 15 DE AGOSTO DE 1995

Altera o inciso XI e a alínea a do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI e a alínea a do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. Compete à União:

XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII – ...

a) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;”

Art. 2º É vedada a adoção de medida provisória para regulamentar o disposto no inciso XI do art. 21 com a redação dada por esta emenda constitucional.

Brasília, 15 de agosto de 1995.

A Mesa da Câmara dos Deputados: Deputado Luís Eduardo, Presidente – Deputado Ronaldo Perim, 1º Vice-Presidente – Deputado Beto Mansur, 2º Vice-Presidente – Deputado Wilson Campos, 1º Secretário – Deputado Leopoldo Bessone, 2º Secretário – Deputado Benedito Domingos, 3º Secretário, – Deputado João Henrique, 4º Secretário.

A Mesa do Senado Federal: Senador José Sarney, Presidente – Senador Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente – Senador Júlio Campos, 2º Vice-Presidente – Senador Odacir Soares, 1º Secretário – Senador Renan Calheiros, 2º Secretário – Senador Levy Dias, 3º Secretário – Senador Ernandes Amorim, 4º Secretário.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 16-6-1995.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2004

Institui o cadastro de menores carentes residentes no País e de brasileiros residentes no exterior, para a prestação de assistência material.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º As embaixadas e consulados brasileiros terão, entre as suas atribuições, a de efetuar o cadastramento de:

I – crianças e adolescentes carentes, residentes no território nacional interessados em receber assistência material proveniente de doações feitas por brasileiros residentes no exterior;

II – brasileiros residentes no exterior, na condição de provedores voluntários de crianças e adolescentes carentes referidos no item anterior.

§ 1º Do cadastro de crianças e adolescentes carentes constarão nome completo, data de nascimento, fotografia, endereço de entrega dos benefícios e, quando possível ou necessário, o nome da pessoa física ou jurídica responsável pelo recebimento das doações destinadas ao menor.

§ 2º Os dados informativos sobre crianças e adolescentes carentes serão entregues pelos interessados, ou por pessoa física ou jurídica, às agências dos correios, que os remeterão às embaixadas e consulados, diretamente ou por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º Do cadastro de provedores voluntários constarão os dados pessoais, inclusive seu endereço no exterior, e o nome da criança ou adolescente de sua escolha, a quem as doações serão destinadas.

Art 2º O provedor voluntário, para a escolha do beneficiário, poderá consultar os cadastros de menores carentes nas embaixadas e consulados brasileiros no país onde resida.

§ 1º A critério do provedor voluntário, a vinculação com o menor pode ser feita aleatoriamente pela embaixada ou consulado.

§ 2º O provedor voluntário, a seu pedido, pode vincular-se a mais de um beneficiário.

§ 3º Os provedores voluntários comprometem-se por período não inferior a seis meses.

Art. 3º A assistência ao menor consistirá na remessa de alimento não perecível ou pré-cozido, roupas, medicamentos, brinquedos, livros, bolsa de estudo, taxas escolares, agasalhos, cobertores, e benefícios congêneres.

Art. 4º A remessa de bens materiais será feita por via postal.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias, contados do início de sua vigência.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A prestação de assistência a crianças e adolescentes carentes, por brasileiros residentes no exterior, razão desta proposição, foi preconizada pelo jornalista Samuel Sales Saraiva a partir de suas observações da desnecessidade de criação de estruturas caras e, em muitos casos, sujeitas a corrupção, conforme carta, nesse sentido, por ele encaminhada ao Presidente da República.

O propósito é, na linha de redução das necessidades de crianças e adolescentes brasileiros, prestar-lhes assistência sem criar estruturas burocráticas e pouco operativas, e sem efetuar doações diretas em dinheiro, especialmente por essa forma de ajuda depender de mediadores, razão maior de insucesso de diversos sistemas assistenciais precedentes.

Os pagamentos de taxas e mensalidades escolares poderão ser feitos diretamente aos estabelecimentos de ensino, mediante a liberação de créditos com essa finalidade, e os bens materiais, até mesmo os alimentos pré-cozidos, poderão ser remetidos por via postal, pois esse sistema, hoje, é confiável, e opera com regularidade e presteza.

A utilização de consulados e embaixadas do Brasil responderá pela objetividade na vinculação do cadastro de menores carentes residentes no Brasil ao cadastro dos respectivos benfeitores, constituído de brasileiros residentes no exterior, dotados de altruísmo e sensibilizados pela iniciativa, que se apresentem como provedores voluntários.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Mário Calixto**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 2004

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Sena, situado entre o km 249 e o km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva Rodoviário Federal, do Plano Nacional de nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte trecho rodoviário:

“2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição km	BR
	Entroncamento com BR-101 (km 249) / contorno de Serra / Entroncamento com BR-101 (km 275)	ES	19,7	-	-

(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O crescimento das comunidades metropolitanas situadas às margens das rodovias gera conflitos de trânsito que conduzem, não raro, à elevação do número de acidentes, tomando necessária a implantação de contornos rodoviários que promovam a separação entre a circulação local e o tráfego de passagem.

A ocupação urbana do Município de Serra, situado na área de influência de Vitória, no Estado do Espírito Santo, tem como principal vetor de desenvolvimento a rodovia BR– 101, que corta seu território longitudinalmente no sentido norte-sul. Ao longo da rodovia estão assentados bairros populosos, indústrias e instalações comerciais de grande porte, que geram intenso tráfego de veículos, especialmente no trecho compreendido entre o distrito de Carapina e a sede do Município.

A utilização da BR-101 pelo tráfego de passagem, regional e turístico, de passageiros e de cargas, simultaneamente ao tráfego local, constitui um dos maiores problemas de segurança do trânsito, bem como de capacidade viária do Município. Como medida mitigadora, o Plano Estratégico da Cidade – a Agenda 21 Local – propõe a construção da Ligação entre o km 249 da BR-101/Norte e o km 275 da BR-101 no Contorno de Vitória, contornando a área urbana de Serra pelo lado oeste do monte denominado Mestre Álvaro. Esse contorno desviará do segmento urbano a maior parte do tráfego de passagem, principalmente o de veículos de carga, possibilitando a humanização da rodovia e a prioridade para o sistema de transporte coletivo da área metropolitana da Grande Vitória.

A nova ligação terá extensão de 19,7km, em pista dupla, assentada em faixa de domínio de 120m, e possibilitará redução de cerca de 12km na distância

percorrida pelo atual tráfego de passagem da BR– 101 no Município de Serra.

O segmento existente situado em área urbana deverá ser municipalizado com a retirada do mesmo do PNV, após a construção da ligação proposta.

Pelas razões expostas, contamos com a colaboração dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto que ora apresentamos, o qual, estamos certos, resultará em expressiva melhoria da qualidade de vida daquela cidade.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004. – Senador **Magno Malta**.

(À Comissão de Serviços de Infra Estrutura – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela SRA. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 079/04-GLPFL

Brasília, 8 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Renildo Santana para ocupar a vaga do Partido da Frente Liberal-PFL, como Titular, na Comissão de Assuntos Sociais, em virtude do afastamento da Senadora Maria do Carmo Alves.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 81/04-GLPFL

Brasília, 8 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Renildo Santana para ocupar a vaga do Partido da Frente Liberal-PFL, como Titular, na Comissão de Educação, em virtude do afastamento da Senadora Maria do Carmo Alves.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 82/04-GLPFL

Brasília, 8 de novembro de 2004

Senhor presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Renildo Santana para ocupar a vaga do Partido da Frente Liberal-PFL, como Titular, na Comissão de Legislação

Participativa, em virtude do afastamento da Senadora Maria do Carmo Alves.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 083/04-GLPFL

Brasília, 8 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Renildo Santana para ocupar a vaga do Partido da Frente Liberal-PFL, como Suplente, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em virtude do afastamento da Senadora Maria do Carmo Alves.

Cordialmente, Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 84/04-GLPFL

Brasília, 8 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Renildo Santana para ocupar a vaga do Partido da Frente Liberal-PFL, como Suplente, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em virtude do afastamento da Senadora Maria do Carmo Alves.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para uma comunicação inadiável no horário oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside a sessão neste momento, também queria me inscrever para fazer uma comunicação parlamentar, mas vou presidir agora uma sessão a se realizar em virtude de um convite feito por nós a uma Deputada Federal norte-americana. A nobre Deputada, que trabalhou muito para que, nos Estados Unidos, a data da morte e também do aniversário de Martin Luther King

fosse considerada feriado nacional, fará uma exposição, defendendo o projeto que apresentei para que 20 de novembro também se torne feriado nacional. É bom lembrar que, nos Estados Unidos, há 11% de negros; no Brasil, eles são mais de 50% da população.

Já que não poderei estar aqui, quero encaminhar a V. Ex^a o meu pronunciamento, em que faço uma análise dos dados fornecidos pela Unesco sobre a questão da educação no Brasil, com a qual fiquei muito preocupado. Entre 127 países, ficamos com o número 72, bem abaixo da Argentina, do Chile, de Cuba e até mesmo do Uruguai.

Sr. Presidente, no mesmo pronunciamento, faço uma análise e comento a importância de investirmos mais em educação, porque a história da humanidade demonstra que o país que deu certo foi aquele em que a educação esteve em primeiro lugar. Ao mesmo tempo, vejo aqui que o Presidente Lula fez uma série de considerações, dizendo que vai investir na educação e que não falta dinheiro para isso – o que é muito bom. Esperamos que, efetivamente, o Governo do Presidente Lula invista no ensino livre, público e gratuito em todos os níveis, porque só assim, Sr. Presidente, não vamos amargar uma posição triste como essa comentada pela Unesco.

Amanhã almoçarei com a direção da Unesco. Vamos comentar mais sobre esse assunto, e espero que o Brasil aplique muito mesmo do nosso Orçamento na educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com pesquisa divulgada ontem pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Brasil ocupa a posição número 72 no ranking de 127 países do Índice de Desenvolvimento de Educação.

Essa situação nos deixa atrás de vizinhos latino-americanos, como a Argentina (vigésimo terceiro), Cuba (trigésimo) e Chile (trigésimo oitavo), países que têm território, população e economia de tamanhos bem menores que o Brasil.

O índice da Unesco analisa os avanços em direção a quatro metas educacionais: universalização da educação primária, redução de 50% do analfabetismo adulto, evasão após a 5ª série e igualdade de acesso à escola para meninos e meninas.

Dessas quatro metas, nossa posição mais crítica é a qualidade de ensino – índice que mede a taxa de permanência de alunos na escola até a 5ª série do

ensino fundamental. Neste caso, entre os 127 países pesquisados, ficamos na posição 87, o que confirma a grande evasão escolar no país.

Nosso melhor desempenho é na educação primária universal, com a 32ª colocação. Já na taxa de alfabetização de adultos o país aparece na 67ª posição e na igualdade do acesso à escola para meninos e meninas, em 66º lugar.

Os números divulgados pela Unesco não nos surpreendem. Sabemos que a situação não se deve ao atual ou ao governo passado. O problema educacional do Brasil é secular, e essa falta de prioridade com a educação explica o nosso nível de desenvolvimento.

Se não nos surpreendem, esses números muito nos preocupam porque se referem exatamente à falta de acesso a uma educação de boa qualidade exatamente pelas camadas mais pobres da população.

Não existe no mundo nenhum exemplo de país que tenha se desenvolvido, crescido economicamente, sem investimentos maciços na educação.

A Coreia, que há 40 anos se situava no mesmo nível de desenvolvimento que o Brasil, exporta hoje mais que o dobro do que a gente porque investiu muito em educação.

Ocorre que ainda investimos pouco em educação. Segundo a própria Unesco, considerados os gastos com ensino em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), de um grupo de 16 países na América Latina o Brasil está em nono.

Nossos investimentos em educação são de 4,2% do PIB, atrás do Panamá (4,5%), da Colômbia (4,6%) e da Argentina (4,7%). Cuba aparece em primeiro lugar, com 8,7%, seguido pela Bolívia, com 6,2%.

Esses exemplos precisam ser seguidos pelo Brasil. Precisamos fazer da educação uma verdadeira cruzada nacional, sob pena de ficarmos condenados eternamente à condição de país do terceiro mundo.

Os investimentos em educação devem contemplar a melhoria da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio. Só essa melhoria dará condições de igualdade no acesso à universidade para ricos e pobres.

Da mesma forma, será preciso ampliar o ensino profissionalizante estimulando-se a criação de escolas técnicas, do Senai e do Senac.

Oriundos dessas escolas passaram pela Câmara Federal os ex-deputados João Paulo, de Monlevade, e Jair Menegheli, que hoje preside o Conselho Nacional do Sesi.

Aqui desta tribuna, o Senador que vos fala; ali no Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Todos aprendemos a profissão que nos deu dignidade, que nos deu cidadania, numa escola do Senai.

Apesar do preocupante quadro da educação brasileira, a própria Unesco aponta o Brasil como um dos países que estão perto de cumprirem até 2015 algumas dessas metas de desenvolvimento educacional, estabelecidas no Fórum Mundial da Educação, realizado em Dacar, no Senegal, em 2000.

Ainda ontem, na abertura do encontro organizado pela Unesco para divulgar o Índice de Desenvolvimento da Educação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos deu a certeza de que alcançaremos esse objetivo.

O Presidente fez um relato das ações no setor em quase dois anos e disse que o Ministério da Educação terá em 2005 um orçamento de R\$20,7 bilhões. Segundo ele, isso representa um aumento de R\$3,4 bilhões em relação a 2004.

Apesar das limitações orçamentárias, garantiu o Presidente, dinheiro não será problema para garantir a melhoria da educação brasileira.

É isso que esperamos e aqui estaremos prontos para apoiar essa determinação do Presidente Lula que vai ao encontro dos anseios e das necessidades do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Exª será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu ficaria grato se V. Exª, no momento oportuno, pudesse me conceder a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Exª está inscrito e será atendido no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, que disporá da palavra por até vinte minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de deixar registrado, desta tribuna, um encontro de que vamos participar a partir de amanhã, em Quito, no Equador, sobre a questão de gênero, uma promoção do Fundo de População das Nações Unidas e Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.

A pauta da reunião será: equidade de gênero e direitos políticos das mulheres; representação política das mulheres e papel dos partidos políticos; lições aprendidas pelas mulheres brasileiras quanto à aplicação da Lei de Cotas; estratégias de negociação com os partidos políticos e estratégias de consolidação da liderança das mulheres; condicionantes da negociação

com instâncias estatais, grupos e partidos; projetos de lei e legislação brasileira no que tange ao aumento da participação das mulheres no cenário político; avanços e conquistas na participação de parlamentares brasileiros no Congresso Nacional.

Esse encontro está ocorrendo no Equador, promovido pelas entidades que já relatei, que pagarão todas as despesas. O encontro iniciou-se ontem e vai até sexta-feira. Como eu não poderia estar lá ontem e hoje, irei na madrugada de amanhã. Vamos trabalhar de quarta-feira a sexta-feira, retornando no sábado.

Eu diria que é um encontro extremamente importante, tendo em vista que nós, como Presidente da Comissão Especial da Mulher do Senado da República – Ano 2004, fizemos a defesa – como já foi comunicado ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney –, perante o Parlatino, da importância de o Brasil ter instituído, por determinação do Congresso Nacional, o ano 2004 como o Ano Nacional da Mulher Brasileira. Essa defesa foi bastante contundente, e o Parlatino, felizmente, acatou a idéia e instituiu o ano 2005 como o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana.

Pela primeira vez na história, temos um país, o Brasil, o nosso País, que auferiu o ano 2004 como o Ano Nacional da Mulher. Pela nossa defesa perante o Parlatino, agora o ano 2005 será o Ano Internacional da Mulher em 22 países, o que é algo de extrema relevância.

As discussões estão se iniciando. Depois do Equador, estaremos na Guatemala nos dias 25 e 26, onde discutiremos com os países da América Latina as ações e proposições centradas na mulher e que deverão ser levadas avante no ano 2005.

A questão de gênero está avançando a passos decisivos e determinados no Brasil e, com certeza, vai avançar na América Latina, porque não é mais possível compactuarmos e sermos cúmplices da violência contra a mulher. Ainda existem no Brasil dados alarmantes: a cada quinze segundos, uma mulher sofre algum tipo de violência. Ou seja, a discriminação existe e não adianta considerarmos que não é tanto assim. Aqueles que não dão importância para esta questão, com certeza, são os cúmplices da discriminação e da violência existentes no Brasil e no mundo, porque o que ocorre aqui tem repercussão no planeta e aquilo que ocorre no planeta tem repercussão no País. Portanto, é uma questão de suma importância.

Daqui a vinte ou trinta minutos, iniciaremos uma videoconferência por intermédio desse instrumento fantástico que temos no Senado, o Interlegis. Todo nós, Senadores, e a população brasileira temos que ter consciência da importância desse instrumento. Pre-

cisamos usá-lo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com mais frequência, para falarmos ao Brasil como um todo, porque, a partir do momento em que somos eleitos – cada três de nós representa um Estado –, passamos a ser Senadores da República Federativa do Brasil e temos compromissos com as causas maiores, como a questão da mulher, que é uma causa mundial, mas a nossa responsabilidade mais específica é com relação ao Brasil.

Juntamente com várias mulheres políticas – Deputadas e Senadoras –, estaremos no Interlegis e falaremos interconectados com as Assembléias Legislativas do Brasil e com centenas de Câmaras de Vereadores onde essa discussão está sendo aberta. Fizemos outra videoconferência também por intermédio do Interlegis, antes das eleições, quando discutimos a importância da participação da mulher na política. A videoconferência de hoje tratará da avaliação do papel da mulher e dos seus ganhos ou perdas nas últimas eleições.

A situação é bastante complicada. Nós, mulheres, somos 51,8% ou 52% da população brasileiras. É óbvio que os outros 48%, Senador Papaléo Paes – que compõe conosco a Comissão Ano 2004 Ano Nacional da Mulher e que com muita competência vem desempenhando o papel de defensor da causa das mulheres –, são nossos filhos. Temos a obrigação e o dever de defender politicamente a nós e a nossos filhos, ou seja, a toda a sociedade. Se somos 52% e se os outros 48% são nossos filhos, temos o dever de defender esta sociedade, de construir, de participar para valer na construção desta sociedade e na nossa defesa e na de nossos filhos.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Serys, tal qual V. Ex^a vem fazendo com a sua brilhante atuação no Senado da República.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

Nessas eleições, a nossa participação ainda foi muito pequena. Precisamos superar a desigualdade, ou seja, a conquista de direitos iguais na família, no trabalho e na política, para citar só alguns setores.

Quem ouve esta Senadora falar deve achar cansativo, mas é aquela história: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, e vamos superar a discriminação contra a mulher!

Houve mulheres, como a czarina Catarina e outras, fortíssimas, que conseguiram, algumas de forma autoritária, outras não, sobressair na política mundial no passado. Mas, hoje, queremos igualdade de direitos para todos e para todas – absolutamente igualdade de direitos. Não vamos mais permitir sermos tratadas com diferença de direitos.

Com relação a direitos, não temos diferença alguma e sabemos que podemos contar com os homens solidários, generosos e fraternos, que, junto conosco, vão construir esta sociedade de iguais.

Temos 5.800 municípios no Brasil. Nas eleições majoritárias municipais, a presença feminina ainda é muito pequena: apenas 404 mulheres elegeram-se prefeitas em 2004, o que representa pouco mais de 7%.

Alguns dirão que já existe a Lei de Cotas, que é obrigatório que 30% das candidaturas em todos os Partidos sejam de mulheres, mas as mulheres não dão conta de preencher esses espaços. Se não houver 30% de candidaturas de mulheres em qualquer Partido, as vagas não poderão ser preenchidas por companheiros homens. Mas, infelizmente, trata-se de uma questão cultural. Sempre tivemos este problema: a mulher sempre teve dois, três, quatro períodos de trabalho; a primeira, a segunda, a terceira, a quarta e a quinta jornada de trabalho. Ela foi para a rua ajudar a ganhar o pão-nosso-de-cada-dia, e não houve ainda a inversão desse papel no sentido de os companheiros que já estavam buscando o pão-nosso-de-cada-dia virem, na mesma proporção, ajudar a resolver os problemas da casa no dia-a-dia. Ninguém vai ficar menos macho se participar das lides da casa de igual para igual com sua companheira, que está trabalhando fora para ajudar na economia da família.

É uma questão cultural e difícil de ser superada. É preciso superar a discriminação na família, assim como a discriminação que sofremos também em muitas escolas, com os livros didáticos, e a discriminação no trabalho. Em relação às profissões que eram exercidas somente por homens, a Arquitetura, por exemplo, é uma profissão em que há 50% de mulheres; as médicas e as advogadas já superaram o índice de 45%. E 28% de mulheres absolutamente sós são chefes de família. Não estão nesse percentual as mulheres separadas que recebem pensão ou ajuda econômica. Fazem parte desse percentual de 28% apenas as mulheres que, absolutamente sós, criam os filhos, cuidam dos pais idosos, dos irmãos doentes, enfim, são chefes de família. Elas fazem a economia da casa e assumem todos os compromissos e os cuidados que uma família requer. E os homens são menos 10%.

Precisamos realmente contar com a participação dos companheiros homens para alterarmos esta realidade tão brutal contra as mulheres ainda nos dias de hoje em nosso País.

A Lei de Cotas existe, mas não tem sido suficiente para superarmos os problemas na prática. Mas estamos avançando.

Minhas fala hoje vai ser breve, pois estou indo para a videoconferência. Ontem, participei de uma

sessão solene na Câmara Legislativa do Distrito Federal a convite da Deputada Eliana Pedrosa, em que foi tratada a questão dos cabeleireiros, cabeleireiras e similares, segmento que está buscando a regulamentação da profissão. Pelo Brasil afora, há milhares e milhares deles. Na época oportuna, quando estivermos discutindo o projeto, trataremos do assunto. Hoje quero apenas registrar o evento e deixar as nossas homenagens.

Sr. Presidente, quero ainda falar de questões do meu Estado, Mato Grosso, que represento nesta Casa. Estamos envidando esforços para a solução de problemas sérios. Trata-se de um Estado eminentemente produtor de matéria-prima, que precisa de reforço de sua infra-estrutura. Ainda temos dificuldades de superar os problemas das estradas federais. Há problemas graves. Como as chuvas estão chegando à Região Centro-Oeste, estamos envidando esforços para que as obras nas BR-364, BR-158 e BR-163, nos trechos de meu Estado, sejam efetivadas.

Felizmente, da BR-163, conseguimos realizar a licitação de três programas, as chamadas creminhas, para restauração de três trechos, totalizando mais ou menos 700 quilômetros. O trecho de Jangada a Santa Helena terá suas obras iniciadas na próxima semana. Avaliamos como extremamente importante a continuidade da rodovia no Estado do Pará. Mas sabemos que construção de estrada se trata de outro departamento, e, no Mato Grosso, precisamos de sua restauração, porque a rodovia, já asfaltada, encontra-se muito deteriorada.

Faço essa comunicação porque essa notícia precisa chegar rapidamente a todos os moradores das margens da BR-163, onde o problema é extremamente grave.

Sr. Presidente, embora meu tempo esteja terminando, como faço parte da Subcomissão de Turismo da Casa, a qual atribuo a maior importância, quero fazer um breve relato sobre o turismo no Brasil.

Antes ou depois das eleições, não importa, independentemente do sabor político, deve-se registrar que o turismo brasileiro ora goza de uma das mais expressivas e prósperas retomadas no País.

Segundo dados da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), os desembarques de vôos internacionais bateram recorde de janeiro a julho deste ano. A elevação registrada foi de quase 16% em comparação a 2003.

Melhor que isso é constatar que, na categoria de vôos não regulares, *charter*, que se destinam a transportar unicamente turistas estrangeiros, o número de passageiros, de janeiro a julho de 2004, praticamente se iguala ao total verificado em todo o ano anterior. Nos

sete primeiros meses do ano, quase 173 mil passageiros aportaram no Brasil na categoria *charter*, enquanto que ao longo dos 12 meses de 2003 somaram-se menos de 180 mil turistas.

Por outro lado, o Banco Central também informa que o acumulado de gastos em viagens internacionais rendeu, de janeiro a julho, um saldo positivo de quase US\$350 milhões. Para se ter uma idéia do colossal salto da balança, basta notar que, em 2003, o saldo positivo foi de apenas US\$50 milhões. De acordo com os dados do Banco Central, os turistas estrangeiros deixaram quase US\$2 bilhões no Brasil nos sete primeiros meses do ano.

Longe das aparências mais apressadas, isso não poderia ser explicado por força da redução de gastos de brasileiros no exterior. Ao contrário, houve, no mesmo período de tempo, uma expansão dos gastos em quase 20%, somando um valor de US\$1,5 bilhão em viagens internacionais. Na verdade, os números confirmam algo mais profundo, ou seja, que a retomada do crescimento econômico, somada a uma política de promoção do turismo brasileiro no exterior, tem proporcionado, sem dúvida, ganhos extraordinários para todo o País.

Segundo o Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, o setor cresce, no mínimo, a uma taxa que corresponde ao dobro da média da economia, estimada em 4% para este ano. Vale sublinhar que o orçamento para o setor em 2005 cresceu quase 35% em comparação com 2004. Em recursos, isso representa um valor de R\$308 milhões, bem mais expressivos que os R\$229 milhões alocados em 2004.

Para 2005, o Ministério pretende destinar cerca de R\$180 milhões à divulgação do Brasil no exterior, além de mais de 56 milhões à promoção do turismo interno. Nessa linha, não nos causa surpresa, portanto, o fato de as operadoras de turismo apostarem em uma expansão de 41,9% dos negócios, enquanto que os organizadores de eventos estimam um crescimento de quase 20%.

Diante disso, a Infraero e a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) acertam quando decidem assinar novos convênios para operacionalizar ações promocionais e seminários no exterior. Incentivar participações em feiras internacionais, bem como intensificar a captação de vôos para o Brasil, tudo deve ser bem articulado para capitalizar ainda mais o bom momento econômico que o Brasil atravessa.

Diante desse ambiente favorável, a Embratur, Infraero e o Ministério dão-se às mãos para viabilizar R\$21 milhões em favor da Associação Brasileira das Operações de Turismo, da Federação Brasileira dos Convênios & *Visitors Bureaux* e, por fim, da Comissão

de Turismo Integrada do Nordeste. Afinal de contas, de janeiro a julho, contabilizaram-se 3,5 milhões de desembarques de vôos internacionais.

Não seria descabido, portanto, interpretar como inquestionavelmente procedente a meta do Plano Nacional de Turismo de trazer ao Brasil, em 2007, nove milhões de turistas estrangeiros. Mais que isso, o Ministério do Turismo assume o compromisso de expandir os gastos dos estrangeiros no Brasil para uma faixa de US\$8 bilhões. Cabe ressaltar que, em 2003, 4.1 milhões de visitantes gastaram US\$3,4 bilhões no Brasil.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a ocasião para congratular-me com o Governo Federal, Embratur, Infraero e, mais particularmente, o Ministério do Turismo pelos excelentes resultados do setor, na confiança de que, com a expansão econômica, 2005 promete ser o ano da virada sociopolítica do País.

Por fim, enfatizo uma saudação especial, já falei e vou repetir, à Embratur e a seu Presidente, à Infraero e a seu Presidente, pelos inefáveis esforços empenhados nessas áreas.

Devemos apostar e continuar acreditando que o turismo, a chamada “indústria limpa”, devidamente trabalhado, é capaz de gerar muitos empregos e de não causar problemas para o meio ambiente. O turismo no Brasil está indo muito bem, mas precisa melhorar ainda mais.

Todo o nosso apoio e a nossa saudação.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador José Jorge, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL, para um assunto de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes PMDB – AP) – Senador, V. Ex^a tem a palavra.

De acordo com o Regimento da Casa, V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Em seguida à palavra do Senador José Jorge, V. Ex^a fará uso da palavra, pela Liderança do PMDB.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço uso da palavra, em nome da Liderança do PFL, para fazer uma denúncia e um apelo a esta Casa. Julgo da maior gravidade, Sr. Presidente, o assunto que passo a relatar:

No dia 24 de agosto, protocolei junto ao Tribunal de Contas da União, Representação na qual solicitei a apuração de irregularidades e anulação de contrato firmado entre o Banco do Nordeste e a Cobra Tecnologia, empresa vinculada ao Banco do Brasil. Entre inúmeras irregularidades, o que mais chamava atenção no contrato era a falta de licitação pública para aquisição de um pacote de equipamentos e serviços na área de informática orçado em R\$129 milhões, que recebeu por parte do Banco o pomposo nome de Solução Global Integradora.

Isso não significa nada evidentemente.

O TCU, com a presteza que lhe é peculiar, determinou imediatamente uma inspeção no Banco. Constatadas as irregularidades, o Ministro Marcos Vilaça determinou, em caráter cautelar, a suspensão de dois itens do referido contrato – que eram os principais.

A inspeção, conduzida pela representação do TCU no Estado do Ceará, apurou que os profissionais da área de informática do BNB haviam produzido um plano diretor para suas atividades, que posteriormente foi apropriado (copiado sem o menor pudor) pela Cobra Tecnologia e apresentado como a sua Solução Global Integradora. Nos seus depoimentos ao TCU, além de outras informações, os funcionários apresentaram a documentação comprobatória de que o plano de informática foi produzido pelos profissionais do próprio Banco, em época anterior à atuação da Cobra. Da documentação apresentada, constam o próprio Plano e a ata de uma reunião em que havia sido aprovado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o motivo de minha indignação é que a administração do Banco, na pessoa de seu Presidente, Sr. Roberto Smith, instalou uma comissão de sindicância e afastou de suas atividades cinco servidores da área de tecnologia da informação do Banco, exatamente aqueles que, na defesa dos interesses da instituição e por dever de ofício, prestaram as informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União.

Segundo o relato da Associação dos Funcionários do BNB, disponível na internet, todo o processo foi conduzido pelo Sr. Kennedy Moura, Chefe de Gabinete da Presidência do Banco, que, em “um ato de extrema arbitrariedade (...), reuniu os funcionários da área de tecnologia contra os quais desferiu ataques de cunho moral e profissional.”

“Desde dezembro de 2003, a área de informática do Banco preparou as regras para a nova licitação e encaminhou-as ao Comitê de Despesas Administrativas que, em reunião ordinária, ocorrida no dia 15 de abril, aprovou os normativos para a publicação do edital de concorrência pública. Este documento chegou a ser enviado ao Gabinete da Presidência do BNB para

ser submetido à aprovação da Diretoria. Antes de ser protocolado, o Sr. Kennedy Moura (o mesmo que agora tenta punir os servidores) devolveu o documento, alegando que a diretoria estava discutindo “outras alternativas”. A solução seria a contratação, em caráter emergencial, da empresa Cobra, por 48 meses. Não houve explicação convincente para a medida. A reação da área de tecnologia foi abafada. Os gestores foram convocados para esclarecimentos em reunião sem registro, gravação, nem divulgação. A recomendação de sigilo foi expressa e sem chance de questionamento ou defesa.”

O Senado não pode se omitir diante de tamanha arbitrariedade. Devemos denunciar e apurar não só as irregularidades, mas também punir aqueles que se julgam acima do bem e do mal, varrendo do seu caminho todos que não corroboram com seus “planos.”

Já não podemos contar com os órgãos federais aos quais o BNB está diretamente vinculado, pois são inteiramente omissos neste caso, apelo à Liderança do Governo nesta Casa para que atue junto à direção do Banco do Nordeste e promova justiça na instituição, reintegrando imediatamente os servidores afastados.

Sr. Presidente, esse é mais um capítulo da atuação da Cobra Tecnologia, empresa subsidiária do Banco do Brasil, contratada pelos órgãos públicos sem licitação e que, depois, terceiriza todo o serviço a ela destinado, para quem quer e bem entende. É uma grave irregularidade; há uma suspeição muito grande de corrupção nesse processo. Protocolei, nesta Casa, um requerimento de pedido de informação ao Presidente do Banco do Brasil, para que S. S^a esclareça quais empresas estão sendo contratadas ou subcontratadas pela Cobra Tecnologia para realizar trabalhos.

Há poucos dias, em conversa com Ministros do Tribunal de Contas, S. Ex^{as} me diziam que, na verdade, a questão dos contratos de informática no Brasil hoje é muito mais grave do que a das obras públicas, porque não há ainda uma estrutura fiscalizadora, não há um conhecimento específico como o existente nas obras públicas.

Espero que o Governo tome providências e obrigue a Cobra a fazer licitação. A Cobra que licite os seus serviços, para que essa suspeição deixe de pairar sobre esse setor e para que o mercado de informática volte a funcionar normalmente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, como Líder, por cinco minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pela Liderança do PMDB.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, aproveitando que o Senador Ramez Tebet fará uma comunicação partidária, peço para ser a terceira inscrita em substituição a S. Ex^a, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Senador Ramez Tebet fará uso da palavra pela Liderança do PMDB, e V. Ex^a, Senadora Fátima Cleide, está inscrita como terceira oradora para uma comunicação inadiável.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, aconteceu um fato auspicioso. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Carvalho Vidigal, acompanhado de outros Ministros, foi a Dourados fazer uma reunião do Conselho da Justiça Federal.

Sr. Presidente, esse fato é auspicioso porque o Conselho de Justiça até agora, pelo que vi, pelo que sei, trabalha hermeticamente, trabalha enclausurado. E, quando recebi a designação do Presidente José Sarney para representar o Senado naquele Conselho, fiquei até admirado. Pensei: “Mas como? O Senado não faz parte do Conselho!” Depois fiquei sabendo que o Senado e a Câmara estão comparecendo a essas reuniões do Conselho, que já estão sendo realizadas em vários Estados da Federação brasileira. Isto é muito importante, porque estamos discutindo aqui a reforma do Poder Judiciário, a questão do controle externo, e o Conselho da Justiça Federal já está realizando reuniões a portas abertas.

Na cidade de Dourados, não tivemos, é claro, direito a voto, mas tivemos voz. Eu estava lá em nome do Senado da República, e o Deputado Nelson Trad representava a Câmara Federal. Lá estavam ainda o Prefeito da cidade de Dourados, Dr. José Laerte Cecílio Tetila, o Presidente da Ordem dos Advogados do meu Estado e o representante do Ministério Público Federal.

Em suma, percebi que era um ensaio e que o Superior Tribunal de Justiça parece estar se antecipando aos fatos. Estão andando à frente da legislação que queremos construir, o que é alvissareiro, não só porque demonstra transparência, como também essas viagens, em caráter itinerante, prestigiam os Municípios, fazendo com que S. Ex^{as}, os Ministros, tomem contato com a realidade social, conversem com a sociedade

e mostrem que os atos administrativos, sejam de que Poder for, têm que ser o mais transparente e aberto possíveis. Não pode ser segredo de ninguém.

Sr. Presidente, trago esse fato à consideração do Senado, primeiro, para louvar essa reunião, assistida por universitários da sociedade douradense e sul-mato-grossense. Depois, para dar parabéns ao Ministro Edson Vidigal por adotar procedimento altamente democrático. De minha parte, agradeço a honra que o Presidente Sarney me concedeu de representar esta Casa no Conselho da Justiça Federal, fato inédito a meu ver e que merece o registro nos Anais desta Casa.

Ainda naquela oportunidade, à tarde, o Tribunal Federal da 3^a Região, que abrange os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, inaugurava naquela cidade a 2^a Vara da Justiça Federal. Fiquei meditando sobre aqueles acontecimentos e vi, ainda sob o calor das eleições, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o quão importante foi o papel do Judiciário na realização destas eleições. Se nós temos a registrar, perante o mundo, o processo tecnológico que faz com que o Brasil esteja à frente de todos os países em matéria de celeridade e reconhecimento da vontade popular, expressada nas urnas eletrônicas. Sem dúvida nenhuma, temos que tributar um crédito muito grande ao Ministério Público e ao Judiciário, instituições responsáveis pelo respeito à vontade popular. Percorri o meu Estado e pude ver a atuação. No Mato Grosso do Sul são 78 Municípios; temos 50 comarcas; o Judiciário está se aproximando do cidadão, e é isso o que desejamos. É preciso que haja esse reconhecimento por parte da sociedade brasileira, que, normalmente, entende que o Governo só é constituído pelo Poder Executivo e dá uma brechinha para o Poder Legislativo, quando, em verdade, o Governo é a constituição harmônica e independente dos Três Poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo. Podemos tributar excessos ao Judiciário, abusos e excessos ao Ministério Público também, mas no fundo, na contabilidade, temos que ressaltar a eficiência do Poder Judiciário nessas últimas eleições; isso vem se aperfeiçoando a cada pleito eleitoral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não estou afirmando que o Poder Judiciário acertou em tudo, não cometeu abusos, mas a verdade é que, não fora o Poder Judiciário, não teríamos eleições tão límpidas, tão livres como tivemos no primeiro e no segundo turno das eleições municipais. Os resultados foram divulgados na mesma noite dos pleitos, praticamente minutos, horas depois. Há pendências ainda a serem decididas pelo próprio Poder Judiciário, e tomara que o sejam o mais rapidamente possível. Em verdade, penso que precisamos trilhar esse caminho e fazer este registro, portanto, para saudar o Superior Tribunal de Justiça

na pessoa do seu Presidente e todos os seus Ministros. Também quero saudar a Presidente do Tribunal Federal da 3ª Região pela instalação da 2ª Vara da Justiça Federal.

Vejam bem, Mato Grosso do Sul possui cerca de dois milhões de habitantes, Senador Mão Santa, e temos Varas da Justiça Federal na capital do Estado, em Dourados, a segunda cidade, Corumbá e Ponta Porã. Em janeiro e fevereiro serão instaladas a 1ª Vara Federal de Coxim e de Naviraí. Esse é um avanço muito grande para um Estado como Mato Grosso do Sul que precisa realmente do Poder Judiciário, do Ministério Público e da atenção de todo o País. O meu Estado, como sabem, faz fronteira com o Paraguai, com a Bolívia, por onde transitam crime organizado, quadrilhas, narcotraficantes, lavagem de dinheiro e outros ilícitos que só poderão ser combatidos com ação eficiente do Poder Público e muito especialmente do Poder Judiciário.

Aproveito a oportunidade também, já que estou abordando o tema, para saudar o Poder Judiciário do meu Estado. Somos 78 Municípios, Senador Mão Santa, e temos comarcas em 50 deles, o que é alvissareiro. Mato Grosso do Sul tem Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário.

Sr. Presidente, era o registro que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Feito o registro por V. Exª, concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, como orador inscrito, por vinte minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Se possível, após o pronunciamento do nosso companheiro Alvaro Dias, gostaria de falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Exª será atendido de acordo com o Regimento, Senador Leonel Pavan. A Mesa aguarda a devida autorização. Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as primeiras manifestações do Presidente Lula não sinalizam para a hipótese de ter o Governo ouvido o recado das urnas. Ao contrário, continua o Presidente armando o palanque para criticar opositores e gerar expectativas em relação ao futuro do País.

Dessa feita, o palco foi um palanque armado na quadra da Escola de Samba da Portela, no Rio de Janeiro, onde o Presidente resgatou um refrão ufanista do Governo Médici: “Ninguém segura este País”. É evidente que pautado pela emoção e pelo improviso, o Presidente comete equívocos defendendo os programas sociais, prometendo criar empregos para jovens, criticando o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, criticando o projeto do Governador Geraldo Alckmin de despoluição do rio Tietê e, de forma inexplicável, ressuscitando esse bordão do regime autoritário. O discurso do Presidente da República, pelos temas abordados diante dos sambistas da Portela, pode ser denominado de geléia geral porque abrangeu desde a promessa de geração de empregos à despoluição do rio Tietê, em São Paulo.

O que devemos indagar neste momento? Não vamos fazer considerações sobre as críticas que o Presidente Lula assacou contra o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso porque isso está se transformando em rotina. Vamos indagar do Presidente da República se ainda é tempo para a geração de expectativas. O que o País esperava do Governo era o anúncio de uma agenda positiva como resposta à lição oferecida pelas urnas ao País. Mas o Presidente volta a prometer empregos para os jovens, Senador Mão Santa, e nós indagamos: que empregos e que jovens? O Presidente Lula certamente terá que nos informar a que se refere, a que empregos e a que jovens porque o programa denominado Primeiro Emprego completou um ano no dia 22 de outubro com um saldo simplesmente desastroso. Da meta de 70 mil vagas, foram criadas apenas 2.192 vagas; das mais de 750 mil empresas convidadas a participar do programa, apenas 4.126 se inscreveram. Na grande São Paulo, por exemplo, existem mais de 800 mil desempregados entre os jovens de 16 a 24 anos de idade, e o Governo insiste em afirmar que o programa é prioridade; todavia os valores gastos no programa desmentem essa afirmativa do Presidente da República. Dos R\$189 milhões do Orçamento de 2004, foi pago apenas R\$ 1,1 milhão, ou seja, 0,58%. E o Presidente afirma que ninguém segura este País.

Um levantamento do Ministério da Justiça, portanto do próprio Governo, revela que a violência cresceu de forma avassaladora no Governo do Presidente Lula. No ano passado, o primeiro ano do Governo, tivemos um aumento de 18% nos registros de crime anotados pelas Polícias Cíveis nos Estados – no primeiro ano da gestão do Presidente Lula –, dados comparados com o ano anterior, o ano de 2002, o último ano da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. nesses quase dois anos o Governo do Presidente relativamente à contenção desse processo crescente de

criminalidade no Brasil? A não ser medidas legislativas, discutidas e aprovadas no Congresso Nacional? No plano da Administração Pública pouco se viu. Os recursos disponíveis no Orçamento da União para investimentos em segurança pública sequer foram aplicados na sua totalidade. Ao contrário, os números já apresentados desta tribuna revelam que o investimento em segurança pública da parte do Governo Federal foi simplesmente medíocre nesses dois anos de gestão do Presidente Lula.

E é por isso que avaliação recente do Departamento de Estado Norte-Americano afirma, em alerta encaminhado a todas as agências de turismo dos Estados Unidos, que o Brasil é perigoso. Disse que é muito perigoso visitar o Brasil e fez referência à escalada da criminalidade nas grandes cidades brasileiras.

Não há um projeto, não há um plano, não há um programa governamental para desfazer essa imagem negativa de nosso País no exterior, que trabalha contra uma atividade essencialmente econômica, geradora de emprego, de renda e de receita pública, como é o caso do turismo quando explorado com competência governamental. Não há, repito, nenhum plano, nenhum programa, nenhum projeto que signifique esperança de recuperação da imagem brasileira no exterior. O Brasil, país de belezas naturais incríveis, poderia ser palco para recepção de milhares de turistas de todo o mundo, o que incrementaria nosso desenvolvimento econômico.

Não há agenda positiva apesar do recado das urnas e até mesmo do setor privilegiado. Não há setor da economia nacional que tenha motivos para aplaudir o Governo Lula tanto quanto o tem o setor financeiro, que obtém lucros historicamente recordes nesse período da administração petista. Mesmo dessa área vem o grito de alerta, certamente imaginando que os lucros exorbitantes que os bancos estão auferindo neste momento podem significar, a médio ou longo prazo, frustração até mesmo para os principais beneficiários desse modelo de economia implantado ou sustentado pelo Governo do PT.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos, Febraban, e também presidente do Bradesco, Sr. Márcio Cypriano afirma:

O Governo Lula deveria começar uma nova fase, o segundo tempo do jogo, com o lançamento de um novo projeto de reformas para garantir estabilidade e crescimento.

E insiste o Presidente da Febraban: “O Governo tem de governar. Caso contrário, o País continuará a discutir as decisões do Copom”.

O fato de o representante dos bancos, setor que nesses dois anos de governo lucrou como nunca, fa-

zer um alerta como esse significa que não foi só o eleitorado que acendeu a luz amarela para o Palácio do Planalto; os principais beneficiários desse estágio da Administração Pública País também demonstram receio, temor, diante daquilo que se vê, isto é a insegurança na condução dos destinos do País. Os representantes do capital financeiro, repito, a despeito dos fantásticos lucros obtidos, sabem que a manutenção da governabilidade requer ação governamental, o que, lamentavelmente, a gestão Lula, até o momento, não apresentou.

O Presidente Lula, na escola de Samba da Portela, defendeu os programas sociais do seu Governo.

O Tribunal de Contas da União – é bom destacar a importância desse Tribunal, o qual tem apresentado auditorias que revelam desvios nas ações do Governo – apresenta, hoje, no Seminário Diálogo Público, a conclusão de que o programa Bolsa Família não cumpre o objetivo de combate à pobreza e à exclusão social de forma consistente. A auditoria do Tribunal de Contas da União acrescenta que a ausência de sistema de controle das condicionalidades “pode facilitar a ocorrência de fraudes no acesso aos recursos do programa”.

Os programas do Governo anterior exigiam: comprovação de frequência escolar superior a 85%, acompanhamento pré-natal, vacinação das crianças até seis anos e acompanhamento nutricional. O atual Governo dispensa essas exigências. Não exige, para a utilização dos benefícios desse programa, esses requisitos básicos a fim de que o programa possa alcançar seus objetivos e não seja desvirtuado, como vem sendo, conforme denúncia amplamente divulgada pela mídia brasileira.

Recentemente um pouco tarde, é verdade, mas de forma oportuna, um convênio foi celebrado em Natal, no Rio Grande do Norte, pelo Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. O Ministério Público poderá participar da fiscalização desses programas sociais. A partir de agora, representantes do Ministério Público em todo o País poderão, além de participar do controle e da fiscalização, tomar em seu próprio Estado as medidas necessárias para punir as infrações. Esperamos que o Ministério Público, que tem cumprido um papel relevante em circunstâncias diversas, dessa feita também o faça, cumprindo um papel essencial na preservação do dinheiro público, que deve ser aplicado com correção, especialmente nesse setor essencial, que é o de combate à fome no País.

Antes de concluir, Sr. Presidente, concederei um aparte ao Senador Mão Santa, para não perder a oportunidade do tema e, posteriormente, farei referência à decisão do Procurador-Geral da República, Dr. Claudio Fonteles.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, ouço atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, como todo o Brasil, fazendo uma análise real do País em que vivemos. Nem Leonardo da Vinci retrataria tão bem, em seus quadros, o Brasil. Tudo é consequência do desemprego. Aproveito esta oportunidade, em que os companheiros analisam as eleições – o Senador Jefferson Péres está analisando as eleições no seu Estado, o Amazonas. Tendo ouvido todo o tipo de análise, cada Partido apresentando seus louros, entendo o que Shakespeare disse, que um acontecimento não é bom nem mau, depende da interpretação. Interpreto os fatos da seguinte maneira: primeiro, o PSDB realmente saiu muito fortalecido. Basta dizer da vitória da cidade mais importante deste País. Mas a causa – eu sou médico e gosto de etiologia – foi o Senado. Não foi José Serra, mas o Senado, os Líderes do PSDB. Digo isso mesmo não sendo do PSDB. Sou do PMDB – não esse, mas o PMDB lá do Ulysses, encantado no fundo do mar, que mandava “escutar a voz rouca do povo”. Então, a bravura começou aqui. Se o PSDB ressuscitou das cinzas, não foram as lideranças paulistas: foram os bravos Senadores. O Senador Arthur Virgílio, que bravura! Ninguém pensaria na história que ele excederia o bravo pai, que foi Senador. Arthur Virgílio, aqui, cumpriu a missão de oposição, foi um “camisa 10” do PSDB. V. Ex^a aí, constante, persistente, competente, analisando e acordando o Brasil; também Antero Paes de Barros e Tasso Jereissati. Então, devemos isso a eles. Mas um quadro vale por dez mil palavras. V. Ex^a citou o desemprego. Outro dia, comparei Paulo Paim a Martin Luther King. Senador Jefferson Péres, pensei que tinha me excedido. Não! O moreno é bom mesmo, é um orgulho dos gaúchos, é um orgulho daqui. E quis Deus que eu recebesse o primeiro livro dele, no aeroporto. Eu ia para Buenos Aires, o Senador ia no mesmo avião, tendo ficado em Porto Alegre, e deu-me o primeiro exemplar. Olha, é uma beleza. Ele transforma os seus debates autênticos em versos, em poesia. E, muitas vezes, fomos até seus liderados, na questão do salário mínimo, na defesa dos idosos e dos aposentados. Então, ele igualou-se ao Martin Luther King. Fiquei até satisfeito, porque aquilo não foi excesso meu, foi uma previsão. Entendo por que a inveja e a mágoa corrompem os corações, Senador Jefferson Péres. O PT tem é inveja dele, por apresentar projetos tão lúcidos, tão bons. Tenho o direito de opinar: Paulo Paim é hoje o maior Líder do PT. O Lula pode ser o Presidente da República, mas Paulo Paim é o maior nome do Partido dos Trabalhadores. Eu pediria permissão para ler, já que V. Ex^a falou em desemprego, o poema “Desempregado”. Olha o que diz Paulo Paim no seu livro, lançado na 50^a Feira do

Livro de Porto Alegre. Quis Deus que eu recebesse o primeiro exemplar, que está autografado:

Desempregado
Soldado arrasado
na guerra se foi.
Voltou desempregado.
Surrado, preso, humilhado,
pois vagabundo foi considerado.
Coitado!
Só queria um trabalho.
Casou, teve um filho.
Chorou, quando ele nasceu.
Chorou também
quando ele pediu pão
e não recebeu.
Revoltado, assaltou, roubou.
Num belo dia morreu.
Sem perceber que tudo passou.
Só ficou solidão.
Da mãe, do filho, do pai,
que nunca mais voltou!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Ninguém mais do que o Senador Mão Santa estimula os seus Pares, em função da generosidade do seu coração e da sua alma bondosa. Muito obrigado pelas palavras de estímulo de V. Ex^a.

Sr. Presidente, meu tempo está se esgotando e não terei oportunidade de analisar a decisão impar do Procurador-Geral da República, Claudio Fonteles, oferecendo parecer pela inconstitucionalidade da medida provisória que estabelece foro privilegiado ao Presidente do Banco Central. Antes, todavia, quero dizer que ainda ontem, na cidade de Curitiba, convocado por três centrais sindicais, por sindicatos ligados a três centrais sindicais, debatemos a proposta do Governo de reforma sindical e trabalhista. Exatamente em função do informalismo das lideranças sindicais, em relação àquilo que quer o Governo impor ao Congresso Nacional como proposta pronta e acabada, estamos sugerindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal a constituição de uma subcomissão, para fazer do Senado Federal um palco para o grande debate sobre a reforma sindical e trabalhista pretendida pelo Governo do Presidente Lula.

O que pretende o Governo é um projeto autoritário, que pulveriza o sindicalismo, fragilizando-o, reduzindo a sua capacidade de se opor, amesquinhando-o na sua prerrogativa de reivindicar. E certamente este não é o destino que todos nós democratas desejamos para as lideranças sindicais, que exercem uma função fundamental, buscando o equilíbrio entre capital e trabalho, compatibilizando os interesses do capital e do

trabalho na direção de um crescimento econômico com justiça social.

Esperamos que este debate possa se travar com competência e altivez no Senado Federal, a fim de que a reforma sindical e trabalhista não seja mais um exemplo da anti-reforma que se fez aqui, no que diz respeito à Previdência Social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, pela ordem, e, em seguida, a V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres. E vou anunciar ao próximo orador inscrito, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que teremos cinco minutos da Liderança do PSDB para o Senador Leonel Pavan. Depois, usará da palavra V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, que fará um pronunciamento aguardado pela Casa.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PT, após a fala do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrita para após a fala do Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem..

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres, e, em seguida, darei a palavra ao nobre Líder Jefferson Péres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PFL após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Para a finalidade de comunicação de interesse partidário para após a Ordem do Dia, fica V. Ex^a inscrito em primeiro lugar, Senador Demóstenes Torres.

Tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela

Liderança do PDT, quando for possível, logo após o orador que vai à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Portanto, após a Líder Ideli Salvatti, a Presidência registra a inscrição de V. Ex^a.

Senador Leonel Pavan, tem V. Ex^a a palavra para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. LEONEL PAVAN. (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos; Sr^s e Srs. Senadores, só me resta declarar que o “apagão logístico”, que, desta mesma tribuna, sempre denunciei de modo tão insistente, em inúmeras oportunidades, assim como o fizeram representantes renomados dos mais diversos setores da sociedade brasileira, o “apagão” passou da esfera das cogitações para o plano da concretude.

Na região Sul – e, de modo mais específico, no Estado de Santa Catarina, que tem problemas com os quais naturalmente me debato com mais frequência –, a falta de investimentos do Governo Federal na geração, transmissão e distribuição de energia, assim como na recuperação de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, já é fator patente de inibição da economia local.

Enquanto isso, é lamentável constatar que a demora na aprovação do projeto de lei que estabelece as parcerias público-privadas, sempre alegada pelos governistas, acabou tornando-se uma justificativa muito cômoda para a desconcertante inércia do Governo.

Mas permitam que eu exerça meu senso de oportunidade para deter-me aqui na questão das estradas. Como devem saber, este é hoje um assunto candente, principalmente no que concerne à recuperação e duplicação de segmentos da BR-101 e da BR-470, bem como da Rodovia 280. Recentemente, inúmeros moradores – familiares com filhos – cercaram ou paralisaram a Rodovia 280, alegando a falta de investimentos, de responsabilidade e, principalmente, a falta de uma política mais progressista por parte do Governo em torno das rodovias do Estado de Santa Catarina e, certamente, de todas as rodovias do nosso País.

Somente entre 1996 e junho de 2004, foram registradas 914 mortes no trecho não duplicado da BR-101 – aproximadamente 350 quilômetros – que vai de Palhoça, na grande Florianópolis, a Osório, no Rio Grande do Sul. Atualmente, a rodovia comporta, somente em Santa Catarina, um fluxo de 18 mil veículos por dia, no mínimo. Durante o verão, o movimento intensifica-se para 25 a 30 mil veículos, o que representa um volume de cinco vezes superior à sua capacidade original. Estou referindo-me, novamente, à BR-101, tão martelada, tão trabalhada, tão criticada e, no entanto, os nossos gritos não têm encontrado eco no Governo

Federal. O valor aproximado de todo o projeto desta obra corresponde a aproximadamente R\$2 bilhões.

A despeito da aprovação, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, dos textos da licitação para gerenciamento ambiental e supervisão da obra de duplicação; embora, no último dia 8 de novembro, tenham sido publicados, no **Diário Oficial da União**, os nomes das empresas vencedoras para a mencionada supervisão e ainda que o Governo Federal tenha garantido categoricamente R\$135 milhões para a etapa inicial da obra, a verdade é que sua continuidade não é certa. O contrato de financiamento com o BID sequer chegou a ser assinado até o momento.

A situação da BR-470 é ainda mais deplorável. Nela circulam 40 mil veículos por dia, mas o tráfego é crescente e contribui cada vez mais para a deterioração de uma rodovia que nunca foi devidamente respeitada – quero me referir a todos os governos nesse sentido. A estrada tem 359 quilômetros, indo de Navegantes à divisa com o Rio do Sul, o percurso mais problemático, com crateras e adensamentos se formando continuamente, é o que corta a região do Médio Vale.

A urgência da restauração e duplicação é consenso entre os especialistas. Está sendo proposta a duplicação de um trecho de 150 quilômetros entre Navegantes e Rio do Sul. Entretanto, em recente visita a Blumenau, o Ministro dos Transportes descartou as obras de duplicação com recursos exclusivos da União, o que em nada me surpreende.

A solução, Sr. Presidente, deve sair, afinal, por iniciativa de uma comissão estadual constituída de entidades estaduais ligadas ao transporte, que deve propor ao Ministro, já na próxima semana, um novo sistema de gestão, que se deve estender também às BR-280 e 282. Agora é torcer para que, desta vez, deparemos com um pouco mais de boa vontade para com o nosso Estado e a nossa região.

O Presidente tem dito publicamente, tenho lido isso na imprensa, que este ano terá início a duplicação da BR-101. No entanto, enquanto ficam as promessas, fica o trabalho dos bastidores, sem nada de resultado positivo. Vidas se perdem, prejuízos se acumulam, o Estado sofre, as famílias sofrem, o Brasil sofre e o Governo fica apenas alimentando esperanças. Já se passaram quase dois anos e até agora, de concreto, nada aconteceu.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, V. Ex^a, Sr. Presidente, com a experiência parlamentar que tem, bem como outros aqui, como o Senador Pedro Simon, de logo, sentem que a Senadora Ideli Salvatti deseja rebater – não sei como –, apenas em cinco minutos, o meu discurso.

Ora, eu lhe darei todo o tempo para os apartes a fim de debatermos. Agora, usar depois cinco minutos, sozinha, para dizer o que pensa, sem dar razão ao debate, não é uma boa prática parlamentar. Entretanto, usarei também da palavra depois, conseguindo com o líder do meu partido uma oportunidade para rebater.

Por que digo isso? Porque recebi hoje a visita do Presidente da Petrobras, que me deu alguns documentos, infelizmente alguns não válidos, e ele me disse que os deu também à Senadora Ideli.

Ora, a Senadora Ideli pode apartear a hora que quiser. Se não aparteia é porque não quer o debate. Mas, se quiser, todo o tempo, V. Ex^a dispõe do meu discurso, até para ficar honrado com a presença de V. Ex^a no meu discurso.

Venho à tribuna informar que o PFL venceu as eleições na Bahia. Ontem, o Senador Osmar Dias, fazendo um balanço das eleições, ressaltava que no Paraná todos os Partidos se julgavam vencedores, e que, a prevalecer o número de cada um, seria necessário aumentar a quantidade de municípios do Estado. Pois na Bahia acontece isso em muito maior escala. Os que perderam tentam vender, com o apoio de uma certa imprensa, a versão de que foram vencedores.

Agora mesmo, no segundo turno, em Salvador, assistimos aos derrotados, que sequer passaram do primeiro turno, desfilar como vitoriosos. Vamos aos números: de um total de 417 municípios baianos, vencemos em 335, mais de 80%. Foram 113 vitórias a mais do que no ano de 2000; quando coligados, vencemos em 222 municípios. Somente o PFL, isolado, venceu em 154. Foram 29 vitórias a mais do que em 2000, quando vencemos em apenas 125. Obtivemos mais de quatro milhões de votos, equivalentes a 60% do total de votos nas urnas, um crescimento de 40%. Vencemos contra tudo e contra todos, inclusive a máquina e o dinheiro do Governo Federal.

Na Bahia, como em todo o País, o Governo Federal interferiu na campanha como pôde e da maneira mais absurda. Em Juazeiro, município sob o domínio do PT, assistiu-se a uma verdadeira farra na liberação de recursos federais. Durante o ano de 2003, o Gover-

no Federal liberou R\$1,2 milhão, de um total de R\$2,6 milhões conveniados. Em 2004, até julho, foram liberados R\$2,5 milhões. Mais do que o dobro de 2003. Parece muito? Não. Somente nos meses de agosto e setembro o Governo Federal liberou mais R\$5,5 milhões. Isso mesmo! Em dois meses, às vésperas das eleições, o Governo Federal voltou a dobrar o montante, liberando para Juazeiro R\$5,5 milhões.

Alguém poderá argumentar que os recursos eram legais e legítimos, mas ninguém vai discutir que eram eleitoreiros e com objetivos sujos.

Mas não foi só isso. Assistimos também à liberação irregular de recursos federais. A Codevasf é uma vergonha! Liberou, em 31 de agosto, R\$2,7 milhões. Ocorre que a liberação era relativa a convênio iniciado após 3 de julho e foi efetuada durante a quarentena eleitoral. Era, portanto, irregular.

Assistimos, ainda, a um festival de obras iniciadas às vésperas das eleições. Observem que disse iniciadas, não disse concluídas e entregues! E aí, Senadora Ideli Salvatti, cabe um destaque especial para o empenho da Petrobrás em auxiliar o Partido dos Trabalhadores. Somente para Juazeiro, a empresa liberou, nos meses de agosto e setembro, 280 toneladas de asfalto para pavimentação do Canal do Jacaré e de rodovias vicinais. Pois, ainda assim, lutando contra os recursos federais, contra o apoio da Petrobras, derrotamos o Prefeito do PT em Juazeiro.

A mesma situação verificou-se em outras cidades baianas. Em Vitória da Conquista, foi outro festival de utilização da máquina pública, de uso eleitoreiro dos recursos federais, que alcançaram – vejam só – a espantosa cifra de R\$43,9 milhões.

São dados do Siafi: Ministério da Saúde, R\$10,25 milhões; Ministério dos Transportes, R\$8 milhões; Ministério das Cidades, R\$6,67 milhões; Ministério da Educação, R\$1,26 milhão. A Petrobrás voltou a liberar R\$3,2 milhões, e a Caixa Econômica, de uma só vez, R\$12 milhões.

Os casos são tantos que, se fosse enumerá-los, gastaria o tempo de que disponho para este pronunciamento e não listaria todos os casos.

Em Itabuna a Petrobrás liberou, sob forma de empréstimo, R\$10 milhões. Está aqui o contrato. Essa operação, inclusive, ainda está sendo analisada pela Justiça tal a sua gravidade.

Para alguns Municípios como Itabuna, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Juazeiro, o Ministério das Cidades disponibilizou somente a partir de julho recursos para atendimento a obras emergenciais. Os recursos para a emergência de dezembro e janeiro só foram liberados somente depois de julho pelo Ministério das Cidades, dirigido pelo Ministro Olívio Du-

tra, que tanto ajudou a derrota do seu candidato em Porto Alegre.

Neste ponto temos que felicitar os quatro Ministros gaúchos que derrotaram o candidato do PT em Porto Alegre. Tivemos a satisfação de ver eleito um colega nosso de grande valor: o ex-Senador José Fogaça.

Os recursos destinados a cobrir danos causados pelas chuvas – o Senador José Jorge já tratou desse assunto aqui – somente apareceram agora, às portas das eleições.

Sr. Presidente, quero abrir parênteses para comentar algo que observei ao acompanhar a execução orçamentária do Governo Federal no período anterior às eleições. No passado, o PT percebeu a importância de usar o Siafi para fiscalizar a atuação dos governos e, agora, quando é Governo, parece buscar formas de ocultar ou mascarar sua ação predatória nessas eleições, inclusive com indecorosos artifícios.

A Prefeitura de Juazeiro, por exemplo, dispõe de, pelo menos, dois registros no CNPJ e no Siafi. Essas artimanhas dificultam o acompanhamento dos recursos para os Municípios. Pois nada disso foi suficiente para salvá-los.

Além da derrama de dinheiro na campanha por esses órgãos, houve o empenho pessoal de alguns Ministros que iam à Bahia fazer declarações. Tenho uma fita de videocassete que passarei ao Líder do Governo para levá-la à Presidência da República. E direi adiante por quê.

O PT financiou todos os partidos de Oposição. E, se analisarmos a prestação de contas dos candidatos, verificaremos que Pelegrino gastou menos de R\$1 milhão, Benito Gama, menos de R\$400 mil, e assim por diante. E foram campanhas muito ricas.

Se não acabarmos – pensem bem, Srs. Senadores, no que vou dizer – com essa história de empresa dar dinheiro ao partido para que o distribua sem que ninguém saiba como, haverá maiores imoralidades do que houve nessa eleição, que foi a mais corrupta no Brasil, em todos os tempos.

Perdemos em Salvador, é verdade. É uma pena, pois corremos o risco de ver perdido todo o trabalho sério de recuperação da cidade, que seria continuado pelo nosso querido Senador César Borges, um homem público extraordinário, que fez uma bela campanha. Mas derrotamos Nelson Pelegrino, Lídice da Mata, Benito Gama, Rogério da Luz, todos os outros candidatos cujas campanhas eram pagas pelo PT.

Para que se tenha uma idéia, Benito Gama, considerado um grande líder nacional, não se elegeria vereador, pois teve 0,6% dos votos, equivalente a cinco mil votos. Mas fez programas eleitorais violentíssimos, atacando o nosso candidato só para agradar ao PT.

O PFL pegou uma cidade falida, suja, tomada pelo lixo, sem esperanças. Agora, o Prefeito Imbasahy passa a seu sucessor a administração de uma cidade que o distinguiu com a credencial de melhor Prefeito brasileiro. É da democracia. Em 2006 seguiremos vitoriosos e em 2008 retornaremos à Prefeitura de Salvador.

Mas eu disse que alguns Ministros se empenharam pessoalmente nessa campanha. E vou me deter em um, depois falarei sobre os outros. Refiro-me ao Ministro Humberto Costa. Sei que V. Ex^a vai até argumentar com preços de derivados e eu, também, depois argumentarei com esses preços de derivados, de hemoderivados, citando os “vampiros” do Ministério da Saúde, a começar pelo “vampiro-mor”, que é o Ministro. Realmente, em todo o País esse homem foi deletério. Ao contrário do que afirma, S. Ex^a esteve na Bahia, durante a campanha eleitoral, várias vezes, e fez promessas, muitas promessas, que não vai cumprir – não só ele, como o seu secretário Jorge Solla, que dizem que manda nele. Não sei. Falam até que será agora secretário municipal.

O caso Solla realmente é sério, e V. Ex^{as} poderão comprová-lo nesta fita aqui. Esta fita contém declarações do Ministro e do Sr. Jorge Solla. Caso se interesse, a Líder Ideli Salvatti poderá levá-la. Ambos prometeram mundos e fundos, principalmente liberar recursos do Governo Federal, caso o candidato do PDT saísse vencedor.

O secretário Jorge Solla foi ainda mais explícito ao referir-se ao uso político-eleitoreiro das verbas federais. Após desfiar mentiras contra a administração do Prefeito Imbasahy, tentando atribuir à esfera municipal mazelas da saúde presentes na administração federal, o secretário tratou da vinculação dos recursos da eleição do seu candidato.

Leio o final da declaração do secretário – não a lerei na íntegra para não demorar muito:

João Henrique vai ter todo o apoio do Governo Federal e do Governo Lula [isso o Solla], e recursos financeiros vão ser alocados para aumentar a rede básica de Salvador, aumentando a capacidade do sistema de saúde de atender a população e reduzindo as filas.

Ora, a mensagem ao eleitor era óbvia: recursos federais não seriam alocados caso eleito fosse o nosso candidato, César Borges. Pura chantagem! E chantagem foi a marca de muitos Ministros do PT nessa campanha.

Pior ainda: é cristalino concluir que Salvador poderia estar recebendo maior aporte de recursos federais caso não fosse administrada pelo PFL. É incrível, mas é verdade. Está aqui.

Essa é a “postura de isenção” que o Ministro da Saúde garante ter mantido durante a campanha eleitoral. É muito cinismo!

A realidade dos fatos se choca com as versões do Ministro. Aliás, como no caso dos “vampiros”, ele mentiu também. Uma quadrilha que envolvia empresários, lobistas, funcionários e assessores do alto escalão e da confiança do Ministro da Saúde participou de toda a roubalheira. Essa turma de bandidos agia na compra de hemoderivados, combinando preços e fraudando licitações.

S. Ex^a se jacta de ter pronta e rapidamente instaurado procedimentos para apuração do escândalo que espantou a opinião pública. Pois a realidade dos fatos é outra. Aqui está provado, com os ofícios todos que trouxe, que ele não pediu abertura de inquérito alguma. O Ministério Público é que o fez, e posteriormente a Polícia Federal. Se a Dr^a Ideli quiser ler os ofícios, estão todos marcados aqui. Não os lerei apenas por medo de que meu tempo se extinga sem que eu diga tudo o que gostaria. (Pausa.)

Não quero concluir agora, mas ratifico que o Ministro não pediu abertura de inquérito. Ele mentiu mais uma vez, o que se comprova inclusive no ofício da Polícia Federal do dia 02 de abril.

Ironia das ironias, o ofício do Ministro solicitava que o Ministério Público instaurasse inquérito visando apurar as repercussões criminais do fato – ele não pediu abertura de inquérito e queria que o Ministério Público apurasse.

Somente em 17 de setembro, seis meses e quatro dias após ter sido instado pelo Ministério Público a manifestar-se sobre as denúncias de fraude, o Ministro da Saúde pareceu ter acordado. Foi quando encaminhou ofício ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, informando ter determinado a constituição de uma comissão de sindicância.

Como podemos ver, o Ministério da Saúde não primou exatamente pela presteza na apuração das fraudes que sangravam seus cofres. Quem primeiro tomou providências foi o Ministério Público. Ironicamente, esse mesmo Ministério Público, depois, seria “acionado” pelo Ministro Humberto Costa para que investigasse.

Ao contrário do que afirma, S. Ex^a não teve iniciativa alguma para apurar o caso dos hemoderivados. Deixemos isso bem claro. Não adianta o Ministro insistir em procurar envolver no escândalo, como no caso de Bonsucesso, o Ministro Serra. Manda a verdade que se diga que não se pode comparar um com o outro. Seria muito desigual falar-se em desonestidade de Serra, que não é desonesto, e seriedade de Humberto Costa.

O fato é que a quadrilha atuava no Ministério da Saúde e tinha, entre seus integrantes, pessoas ligadas ao Ministro e que, antes de o Sr. Humberto Costa assumir o Ministério, não estavam lá, roubavam em Recife.

Sr. Presidente, voltando à questão das eleições, posso afirmar que o que se passou na Bahia aconteceu em todo o País. Os Parlamentares têm provas indiscutíveis de tudo isso. E nem o Presidente Lula cumpriu sua isenção. Na fita que trago em mãos, o Sr. Humberto Costa termina dizendo: “Vote em 12. O PT apóia. Só assim Salvador terá recursos para realizar uma administração na saúde municipal”. É incrível! Está aqui! O Presidente, portanto, não ficou isento.

Ninguém ignora que o Presidente da República é um homem inteligente. Se não fosse, não estaria onde se encontra e não teria a trajetória de vida como a que muito justamente apresenta. Entretanto, esse homem inteligente, que escolhe para trabalhar com ele pessoas como Márcio Thomaz Bastos, Antonio Palocci, Roberto Rodrigues, Furlan e outros, é o mesmo homem que escolhe Humberto Costa, Miguel Rossetto, Olívio Dutra e quase todos os derrotados que estão nos cargos do PT. Conseqüentemente, não se pode ignorar o que se passa no Brasil.

Desta tribuna faço um apelo ao Presidente: Presidente Lula, não tenho nada contra a sua pessoa, mas não permita que seus auxiliares falem com a ética, como têm feito alguns, e nem permita a malversação dos recursos públicos, que se multiplica neste País, em todos os setores!

Presidente, não deixe que isso aconteça, pois o preço a pagar poderá ser a destruição dos sonhos daqueles que o elegeram e do País que o senhor governa! Eu disse que Vossa Excelência é inteligente, e por isso ainda tenho esperança de que poderá reverter esse quadro, se quiser moralizar a sua desmoralizada administração.

Presidente, não permita que o País seja levado a uma situação difícil, na qual, cedo ou tarde, nem sua inegável popularidade será capaz de prevalecer sobre o fracasso de sua equipe. A sua equipe é péssima e há de melhorar para servir melhor ao Brasil. Não deixe, Senhor Presidente, que em qualquer outra eleição venha a haver o que houve nesta, quando realmente não houve a menor ética. A falta de ética foi total. Mas, além da falta de ética, o que houve foi a malversação do dinheiro público.

Tenhamos coragem de impedir isso, de forçar o Presidente a tomar outro caminho. Estamos falando para o bem da República, sobretudo para o bem do respaldo popular do Presidente.

Sei que não lhe falta coragem para dar um basta nesta situação. Dê o basta! Tenha coragem, Presidente! Dê um basta aos crimes que estão ocorrendo no seu Governo e que são salientados por todos, não por aqueles que estão perto dos seus ouvidos, porque esses não têm interesse em dizer nada. Vossa Excelência terá que optar entre o bem e o mal, e nunca foi tão fácil a sua escolha. Escolha trabalhar com seriedade e obrigar seus Ministros a serem sérios. Não fingirem sérios, mas serem sérios de fato. O Governo de Vossa Excelência, com esses Ministros e, ainda mais, com a malta de derrotados que vêm aí dessas eleições municipais, a que Vossa Excelência presidiu e, infelizmente, de que chegou a participar – coisa que não deveria fazer, mas fez – em São Paulo, em Porto Alegre e outros Municípios, deve ter em vista que o caminho da retidão é sempre o melhor caminho para quem faz política, sobretudo para quem faz política popular. E o caminho de Vossa Excelência não está sendo reto.

Vossa Excelência não se zangue com a adjetivação. Não tenho nenhum propósito de ofendê-lo, mas tenho o propósito de pedir que o Brasil tenha direito a um Governo melhor do que o que Vossa Excelência está realizando, infelizmente desapontando a população brasileira, que lhe deu 53 milhões de votos.

Presidente, chegou a hora de mudar! Não sei se Vossa Excelência vai mudar, acredito até que não. Mas se Vossa Excelência não mudar, o Brasil é que mudará, seja pelo voto, seja pela rebelião do povo nas ruas, contra o sofrimento que está tendo no seu Governo.

Todos nós estamos aqui para ajudá-lo e o ajudamos em várias oportunidades, mas não estamos aqui para aprovar coisas absurdas e imorais. Infelizmente, nem todas essas coisas posso citar agora porque fiz um discurso que tomou mais tempo do que o que me foi reservado, mas não faltará oportunidade. Talvez ainda hoje, quem sabe, respondendo à Líder do Governo, que não quis fazer o debate, possa eu dizer mais alguma coisa.

Se, por acaso, vierem com a conversa de baixar os preços derivados de 41, como era no tempo de José Serra, para 21, agora, posso garantir que o preço real é 18. Mas eles não fazem nada que não dê um rendimento para os “vampiros”.

Sr. Presidente, não posso continuar, pois meu tempo já se esgotou, mas V. Ex^a irá me permitir conceder um aparte ao nobre Senador Demóstenes Torres, após o qual encerrarei.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a faz um discurso preciso, com a radiografia correta do que é o Governo Lula. Quando V. Ex^a diz que o Presidente

faz um péssimo Governo, na realidade está fazendo a constatação. É bom que se lembre que, há menos de um mês, a Fundação Getúlio Vargas fez um levantamento em que se chegou à conclusão de que, no ano passado, nós conseguimos aumentar em dois milhões o número de pobres no Brasil. Enquanto isso, a corrupção se alastra, o que é uma vergonha para o País. Não conseguiu o Governo Lula dar um basta a isso e nem mesmo arranjou no quesito honestidade que deveria ser implantado. É claro que V. Ex^a, como alguém que conhece profundamente o que está dizendo, trouxe esses documentos e mostrou que no Ministério da Saúde está se praticando o que, aliás, se pratica em todo o Governo: corrupção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Como disse o Senador Demóstenes Torres, o Fome Zero também está sendo alvo de inquérito, porque até na fome participam de erros e erros que levam a pensar que são erros para enriquecer alguns e empobrecer mais ainda os mais pobres.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Peço um aparte, Senador Antonio Carlos. Traz V. Ex^a à Nação uma denúncia muito séria. Tão séria que compromete a própria República brasileira. Veja bem o que acontece hoje na Câmara dos Deputados. Há uma rebelião da Base do Governo porque não há liberação da Lei Orçamentária deste ano para as emendas parlamentares, pelo simples fato de que o que houve foi uma escolha predeterminada de liberação apenas de emendas voltadas a Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, voltadas a Municípios onde havia interesse específico do PT em ganhar as eleições. Mesmo assim, eles foram derrotados em tantas e tantas capitais e cidades do nosso País. Mas isso compromete a democracia brasileira. Ela não pode ser praticada assim, muito menos pelo Partido dos Trabalhadores, que pregava a ética e a moralidade e que hoje faz, como V. Ex^a disse, uma eleição das mais imorais da República brasileira. Parabenizo V. Ex^a pela coragem do pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço ao Senador César Borges.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nobre Senador José Jorge, o orador está com o tempo esgotado. Se V. Ex^a falar, teremos de usar o mesmo processo em relação a todos os oradores e o Senador precisa concluir o discurso.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Apenas trinta segundos. Parabenizo V. Ex^a pelo discurso e quero dizer que o que V. Ex^a falou sobre a liberação de recursos aconteceu em Pernambuco, e, o que é pior, não

aconteceu só com a liberação, mas também com a aplicação dessas verbas. Mas voltaremos ao assunto, juntamente com V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, apenas um registro. Quem cala consente. V. Ex^a fez aqui denúncias pesadíssimas, circunstanciadas. Aqui estão presentes as lideranças da Base do Governo, que não se manifestaram em nada, não contestaram V. Ex^a em nada, e a oportunidade era agora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas quero que V. Ex^a me informe a quem devo entregar esta fita. Diga-me se devo mandar para a Casa Civil, se devo mandar para o Presidente da República, se posso entregar ao Senador Tião Viana ou à Senadora Ideli Salvatti, que realmente tem demonstrado aqui um grande progresso, não só verbal como até físico. Portanto, quero saber a quem vou entregar esta fita para que ela chegue às mãos do Senhor Presidente da República. Senão, mando por sedex.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna informar que o PFL venceu as eleições na Bahia.

Ontem, o Senador Osmar Dias, ao fazer um balanço das eleições ressaltava que, no Paraná, todos os partidos se julgavam vencedores e que, a prevalecer os números de cada um, seria necessário aumentar a quantidade de municípios no Estado.

Pois na Bahia isso acontece em muito maior escala. Os que perderam tentam vender a versão de que foram vencedores.

Agora mesmo, no segundo turno em Salvador, assistimos aos derrotados, que sequer passaram do primeiro turno, desfilar como se vitoriosos fossem.

Pois vamos aos números das eleições na Bahia:

De um total de 417 municípios baianos, vencemos em 335 municípios. Mais de 80% das prefeituras!

Foram 113 vitórias a mais do que em 2000, quando, coligados, vencemos em 222 municípios.

Somente o PFL venceu em 154 prefeituras.

Foram 29 vitórias a mais do que em 2000, quando vencemos em 125 municípios.

Obtivemos mais de 4 milhões de votos, equivalentes a 60% do total de votos nas urnas. Um crescimento de 40% em relação a 2000.

Vencemos contra tudo e contra todos. Vencemos, inclusive, a máquina suja do governo federal.

Na Bahia, como em todo o País, o governo federal interferiu, como pôde, na campanha.

Em Juazeiro, município até então sob domínio do PT, assistiu-se a uma verdadeira farra na liberação de recursos federais.

Durante o ano de 2003, o governo federal liberou R\$1,2 milhão, de um total R\$2,6 milhões convenientes.

Em 2004, até julho foram liberados 2,5 milhões. Mais do que o dobro do que em 2003!

Parece muito?

Pois somente nos meses de agosto e setembro o governo federal liberou mais 5,5 milhões.

Isso mesmo! Em dois meses, às vésperas das eleições, o governo federal voltou a dobrar o montante liberado para Juazeiro. Repito: em dois meses liberou mais R\$5,5 milhões.

Alguém poderá argumentar que os recursos eram legais e legítimos.

Mas foram eleitores!

Mas não foi só isso. Assistimos também a liberação irregular de recursos federais.

A Codevasf, por exemplo, liberou, em 31 de agosto, 2,7 milhões. Ocorre que a liberação era relativa a convênio iniciado após 3 de julho e foi efetuada durante a quarentena eleitoral. Era, portanto, irregular!

Assistimos, ainda, a um festival de obras iniciadas às vésperas das eleições.

Observe que eu disse “iniciadas”.

Não disse “concluídas e entregues”.

E aí cabe um destaque especial ao empenho da Petrobras em auxiliar o Partido dos Trabalhadores nessa campanha.

Somente para Juazeiro a empresa liberou, nos meses de agosto e setembro, 280 toneladas de asfalto para a pavimentação do Canal do Jacaré e de rodovias vicinais (em Maniçoba, Salitre, Mandacarus, Tourão e Curaçá).

Pois, ainda assim, lutando contra recursos federais, contra a Petrobrás, derrotamos o PT em Juazeiro.

A mesma situação se verificou em muitas outras cidades baianas.

Em Vitória da Conquista foi outro festival de utilização da máquina pública e do uso eleitoral de recursos federais que alcançaram a espantosa cifra de R\$43,9 milhões!

São dados do Siafi:

Do Ministério da Saúde foram R\$10,25 milhões;

Do Ministério dos Transportes R\$8 milhões;

Do Ministério das Cidades R\$6,67 milhões;

Do Ministério da Educação R\$1,26 milhões;

Somente a Petrobrás liberou R\$3,2 milhões.

Da Caixa Econômica vieram outros R\$12 milhões.

Os casos são tantos que se fosse enumerá-los gastaria todo o tempo de que disponho para este pronunciamento e não os listaria todos.

Em Itabuna, a Petrobras (sempre ela!) liberou, sob a forma de empréstimo, R\$10 milhões. Esta é, inclusive, uma operação que está sendo analisada pela justiça.

Em alguns municípios, como Itabuna, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Juazeiro, o Ministério das Cidades disponibilizou, somente a partir de julho, recursos para atendimento de obras emergenciais.

Parece lícito?

Pois esses repasses, destinados a cobrir danos causados pelas chuvas ocorridas ainda no primeiro semestre, foram aparecer somente às portas das eleições!

Aliás, eu gostaria de abrir um parêntese para comentar algo que observei ao acompanhar a execução orçamentária do governo federal nesse período que antecedeu as eleições:

O PT, no passado, percebeu a importância e soube usar o Siafi para fiscalizar a atuação dos governos.

Agora, que é governo, parece buscar formas de ocultar ou mascarar sua ação predatória nessas eleições, inclusive com indecorosos artifícios.

A prefeitura de Juazeiro, por exemplo, dispõe de pelo menos dois registros de CNPJ no Siafi. Com essa artimanha tentam dificultar o acompanhamento do uso de recursos para o município.

Pois nada disso foi suficiente para salvá-los.

Apesar da derrama de dinheiro na campanha; apesar da Petrobrás; apesar do empenho pessoal de alguns ministros, como ainda vou relatar, vencemos e vencemos bem!

Vencemos por larga margem sob qualquer ótica que se escolha.

Perdemos em Salvador. O que é uma pena, pois é grande o risco de se ver perdido todo um trabalho sério de recuperação da cidade.

O PFL pegou uma cidade falida, suja, tomada pelo lixo, sem esperanças. Agora, o prefeito Imbasahy passa ao seu sucessor a administração de uma cidade que o distinguiu com a credencial de o melhor prefeito brasileiro.

É da democracia. Em 2006 seguiremos vitoriosos e em 2008 retornaremos à prefeitura de Salvador.

Mas eu disse que alguns ministros se empenham pessoalmente nessa campanha. E vou me deter em um só, embora pudesse citar outros.

Refiro-me ao Ministro Humberto Costa.

Ao contrário do que agora afirma o Ministro, Sua Excelência esteve, sim, na Bahia durante a campanha eleitoral e fez promessas. Muitas promessas...

Não só ele, como também seu secretário Jorge Solla.

Ambos prometeram mundos e fundos. Principalmente liberar recursos do Governo Federal, caso o candidato do PDT saísse vencedor.

Em um episódio (que tenho aqui gravado), o Ministro, por exemplo, iniciou sua catilinária mostrando a que viera:

“Neste segundo turno o PT está com João Henrique.”

E, após um sem número de promessas de apoio do governo federal caso vencesse seu candidato, encerrou:

“Quem quer uma saúde de qualidade vota fechado, vota 12, vota João Henrique para prefeito.”

Pois, seu secretário, Jorge Solla, foi ainda mais explícito ao se referir ao uso político-eleitoreiro das verbas federais.

Após desfiar mentiras contra a administração do prefeito Imbassahy, tentando lhe colar mazelas da saúde que estão presentes, isto sim, na administração federal, o secretário tratou de vincular a liberação de recursos federais à eleição do seu candidato:

“Tenho certeza que João Henrique com a próxima gestão municipal de municipalização plena, vai aumentar, em muito, a oferta de serviço de saúde; vai ampliar o Programa de Saúde da Família.”

Ao final, Solla concluía na maior desfaçatez:

“(João Henrique) vai ter todo apoio do Governo Federal e do Governo Lula, e recursos financeiros vão ser alocados para aumentar a rede básica de Salvador, aumentando a capacidade do sistema de saúde de atender a população e reduzindo as filas.”

Ora, a mensagem ao eleitor era óbvia: recursos federais não seriam alocados caso o eleito fosse o candidato do PFL. Pura chantagem!

Pior ainda: é cristalino concluir que Salvador poderia estar recebendo maior aporte de recursos federais caso não fosse administrada pelo PFL.

Essa é a “postura de isenção” que o Ministro da Saúde garante ter mantido durante a campanha eleitoral.

É muito cinismo...

A realidade dos fatos se choca com as versões do Ministro. Aliás, como no caso dos “vampiros”.

Uma quadrilha que envolvia empresários, lobistas, funcionários e assessores do alto escalão e da confiança do Ministro da Saúde.

Essa turma de bandidos agia na compra de hemoderivados, combinando preços e fraudando licitações.

S. Ex^a se jacta de ter pronta e rapidamente instaurado os procedimentos para apuração do escândalo que espantou a opinião pública.

Pois a realidade dos fatos é outra. E isso já não é segredo.

Ofícios trocados entre o Ministério Público Federal e o Ministério da Saúde demonstram que a denúncia de corrupção havia sido feita ao próprio Ministério da Saúde e este, de início, nada fez.

Somente tomou alguma providência após ser interpelado pela Procuradoria da República.

Vejam os ofícios que comprovam esse fato insistentemente negado pelo Ministro:

Neste, de 13 de março de 2003, o Procurador da República Guilherme Zanina Schelb requisita documentos e informações sobre supostas irregularidades face a denúncias recebidas pela Procuradoria (documento 1).

Em resposta, o Ministério, em 18 de março de 2003, informou ao Procurador que de fato procedera à licitação sobre a qual pesavam suspeitas não obstante as denúncias recebidas.

O Ministério informou ainda que vinha tomando todas as providências necessárias à apuração dos fatos (documento 2).

Mas que providências?!

Afinal, foi somente naquele mesmo 18 de março, cinco dias após ter sido demandado pelo Procurador, que o Ministério da Saúde resolveu tomar a primeira providência: mandou ofício à Polícia Federal solicitando fosse investigada a existência de violação dos envelopes contendo as propostas de preços oferecidas pelos licitantes (documento 3).

É forçoso concluir que nenhuma providência teria sido tomada até então.

Em 2 de abril, a Polícia Federal solicita os envelopes para análise (documento 4).

Em 9 de abril de 2003, um outro ofício do Ministério da Saúde ao Procurador informou que “estava sendo instaurado processo de sindicância” (documento 5).

Ora, o próprio Ministério da Saúde reconhecia que até então nada fora apurado! Eles estavam ainda “instaurando o processo de sindicância”.

Ironia das ironias, o mesmo ofício solicitava, ainda, que o Ministério Público instaurasse inquérito visando apurar as repercussões criminais do fato.

Somente em 17 de setembro, seis meses e quatro dias após ter sido instado pelo Ministério Público a manifestar-se sobre as denúncias de fraude, o Ministro da Saúde pareceu ter acordado:

Foi quando encaminhou ofício ao Diretor-geral da Polícia Federal, Doutor Paulo Lacerda, informando ter determinado a constituição de uma comissão de sindicância (documento 6).

Como podemos ver, o Ministério da Saúde não primou exatamente pela presteza na apuração das fraudes que sangravam seus cofres.

Quem primeiro tomou providências foi o Ministério Público.

Ironicamente, este mesmo Ministério Público que, depois, seria “acionado” pelo Ministro Humberto Costa para que investigasse.

Ao contrário do que Sua Excelência afirma, não foi dele a iniciativa para investigar a máfia que habitava o Ministério da Saúde e, alimentada pelas fraudes na aquisição de hemoderivados, crescia, em sua gestão, à sua sombra, portanto, com novas e importantes adesões.

É conhecida, principalmente pela bancada de Pernambuco, a “fama” dos tipos deletérios que já trabalhavam com o Ministro em Recife e que foram trazidos para o Ministério da Saúde. Mal chegaram e deram curso à prática dos vampiros.

Não adianta o Ministro insistir em procurar envolver no escândalo a gestão do Ministro Serra. Manda a verdade que se diga, não se pode comparar um com o outro.

O fato é que a quadrilha atuava no Ministério da Saúde e tinha, entre seus integrantes, pessoas diretamente ligadas ao Ministro e que antes do senhor Humberto Costa assumir o ministério não estavam lá, roubando.

Sr. Presidente, voltando à questão das eleições, posso afirmar que o que se passou na Bahia, aconteceu também em todo o País.

Cada um dos senhores foi testemunha disso em suas regiões.

E nesse caso, nem o presidente Lula ficou isento.

Ninguém ignora que o Presidente da República é um homem inteligente. Se não fosse, não estaria onde se encontra e não teria uma trajetória de vida como a que muito justamente apresenta.

Entretanto, esse homem inteligente que escolhe para trabalhar com ele pessoas como Márcio Thomaz Bastos, Antonio Palocci, Roberto Rodrigues, Furlan e outros... é o mesmo que escolhe Humberto Costa, Miguel Rosseto, Olívio Dutra e muitos outros mais que não vou citar para não promovê-los, porque o povo os ignora.

Pois é desta tribuna que faço um apelo ao presidente:

Presidente Lula, não tenho nada contra sua pessoa, mas não permita que seus auxiliares faltem com a ética como têm feito alguns e nem permita a malversação de recursos públicos.

Presidente, não deixe que isso aconteça, pois o preço a pagar poderá ser a destruição dos sonhos daqueles que o elegeram e do país que o senhor governa.

Eu disse que V. Ex^a é inteligente. Pois é por isso que ainda tenho esperanças de que saberá reverter este quadro.

Presidente, não permita que o país seja levado a uma situação difícil na qual, cedo ou tarde, nem sua inegável popularidade será capaz de prevalecer sobre o fracasso de sua equipe.

Sei que não lhe falta coragem para dar um basta nessa situação.

V. Ex^a terá apenas que optar pelo bem ou pelo mal.

E nunca foi tão fácil a escolha.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, estou inscrita pela Liderança do PT, para falar em seguida ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Mas, tendo em vista ter sido citada reiteradas vezes, invoco o art. 14, para poder ter um pouco mais de tempo para me pronunciar. Dessa forma, eu teria dez minutos, cinco relativos ao art. 14 mais cinco da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, infelizmente, se V. Ex^a usar da palavra pelo art. 14, deve fazê-lo por cinco minutos; se usar pela Liderança, também terá apenas cinco minutos. Não há, de acordo com o Regimento, condições de somarmos os tempos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – De qualquer forma, estou inscrita pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrita pela Liderança.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, solicito a palavra de acordo com o art. 14. Depois, falarei pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz no retorno do processo eleitoral um único pronunciamento até agora, e o fiz de forma muito calma e ponderada. Com relação a resultado de eleição, é sempre bom nem subir no salto alto nem elevar demais o tom da voz, porque a lição que as urnas sempre dão a todos nós deve ser trabalhada com muita calma. Se não se trabalha com calma, se se trabalha com paixão, com coração ou fígado, a tendência é sempre desvirtuar a boa lição que o povo nos dá quando deposita os votos a partir do que sentiu, viveu, esperou, ou frustrou-se diante das expectativas criadas.

Quero continuar neste clima porque considero-o adequado, inclusive para que possamos dar continuidade e colocar esta Casa, de novo, para trabalhar nas questões centrais, o que o povo brasileiro está aguardando de todos nós.

Mas não poderia deixar de fazer algumas observações e de trazer alguns dados, senão fica na linha de assinar embaixo de algo que obviamente nem a realidade dos fatos comprova e nem muito menos com que podemos concordar.

Faço questão absoluta de ler a nota oficial do Ministro Humberto Costa:

É fundamental deixar claro que o Governo Federal não compactua com qualquer tipo de favorecimento político nem com a malversação de recursos públicos.

A Bahia é um exemplo da postura equânime do Ministério da Saúde. Em dois anos, os repasses de recursos para o governo da Bahia e para a prefeitura de Salvador foram aumentados em R\$260 milhões. Recursos que se destinam desde a atenção básica, como a ampliação do Programa de Saúde da Família, ao financiamento dos atendimentos mais complexos realizados na rede hospitalar.

A parceria com estados e municípios é prioridade para a atual gestão do Ministério da Saúde. Parceria, é importante que se reitere, que não distingue coloração partidária. Mais uma vez, a prefeitura de Salvador é exemplo disso. O Programa Farmácia Popular do Brasil foi lançado nacionalmente no município, numa parceria direta entre Ministério da Saúde e prefeitura. Parceria que faz com que cinco das 26 unidades implantadas no país funcionem na capital baiana.

Foram ações como essa que possibilitaram, em dois anos, que o Ministério ampliasse em mais de R\$3,5 bilhões os repasses para estados e municípios de todo o país.

Quanto às insinuações infundadas e desrespeitosas no que tange à malversação de recursos públicos, é de fundamental importância reiterar o compromisso do Ministério no combate à corrupção. As investigações da chamada Operação Vampiro são uma demonstração contundente dessa postura. Graças a medidas adotadas pelo ministro Humberto Costa, pela primeira vez, foi possível fazer uma investigação aprofundada e desmontar um esquema de fraude nas licitações de hemoderivados que existia no Ministério da Saúde desde os anos 90, segundo relato da própria imprensa.

O preço do hemoderivado, que era US\$0,42, caiu, depois das investigações, da varredura e das prisões, para os atuais US\$0,16.

No Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into), do Rio de Janeiro, uma ampla auditoria iniciada no ano passado, que examinou 3 mil processos, permitiu a identificação de desvios de recursos ocorridos entre 1995 e 2002. Sete servidores já foram demitidos do serviço público, inclusive, um ex-diretor da instituição.

O Departamento Nacional de Auditoria do SUS foi fortalecido. Em dois anos, quintuplicou o número de auditorias abertas pelo órgão para investigar irregularidades no sistema de saúde pública. Em 2002, o Denasus, realizou 457 auditorias, perícias e fiscalizações. Em 2003, foram 887. Neste ano, até outubro, foi alcançada a marca de 2.064 auditorias. Mais de 80 servidores foram demitidos desde janeiro de 2003 por questões de improbidade administrativa, numa clara demonstração de compromisso ético desta gestão.

Foi dito aqui que o ex-Senador José Eduardo Dutra me deixou documentos da Petrobras. Realmente isso ocorreu, e, mais uma vez, os documentos deixados comprovam que determinadas falas, insinuações ou afirmações acabam não se comprovando na prática.

O Presidente da Petrobras, empresa acusada algumas vezes de ter exercido influência com seus patrocínios nas últimas eleições, deixou-me o relatório de todos os convênios feitos em 2004.

É importante dizer que o maior convênio feito foi exatamente com o Governo do Estado da Bahia, da ordem de R\$1.997.200,00, para que várias Prefeituras

ras – Salvador, Feira de Santana, Jequié, Itapetinga, Ipororó, Vitória da Conquista – pudessem organizar cooperativas de catadores e recicladores de lixo. Foram quase R\$2 milhões. O maior convênio da Petrobras foi realizado exatamente com o Governo do Estado da Bahia, do PFL, para beneficiar Prefeituras.

Além desses quase R\$2 milhões, outras Prefeituras do PFL tiveram 10 convênios, da ordem de R\$1.071 milhão. Depois, do PT, R\$900 mil; em seguida, do PMDB, R\$400 mil; do PSB, R\$100 mil; do PSC, R\$7.2 mil; do PL, R\$308 mil e do PTB, R\$45 mil.

Portanto, trago a esta tribuna os dados que me foram entregues pelo Presidente da Petrobras.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não vou fazer polêmica.

Este País tem memória, conhece a vida política das pessoas, sua prática, e, mais do que ninguém, o povo sabe avaliar os comportamentos, as falas e as reações das pessoas. Por isso, Presidente José Sarney, não preciso lembrar nada, nem falar nada, porque a história política de todos nós é absolutamente conhecida pelo povo brasileiro. Devemos fazer as avaliações e trabalhar para analisar os acertos e os erros de cada Partido ou sigla nesse processo eleitoral.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agora, neste plenário, a prioridade é o que está ocorrendo naquele canto, ou seja, a negociação das matérias que estão na pauta.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não posso conceder aparte neste momento, inclusive porque meu tempo já está esgotado.

A prioridade neste plenário é a votação das matérias importantes que estão trancando a pauta – as três medidas provisórias –, para que, sem obstrução, votemos amanhã os destaques da reforma do Judiciário. Isso é o que o povo brasileiro está ansiosamente esperando que façamos no Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. E S. Ex^a, apontando para o Plenário – e o Brasil todo assistiu – dizia que o importante, neste momento,

é exatamente o que se está discutindo naquele canto, ou seja, destrancar a pauta.

É bom que a Nação saiba que quem trancou a pauta, durante todo esse período, foi o Governo, do qual ela é Líder aqui. Fica a impressão para o Brasil de que nós, Senadores da Oposição, colaboramos para o trancamento, mas quem manda desnecessariamente medidas provisórias para o plenário da Câmara e do Senado para entupir a pauta é exatamente o Governo. E é bom que a Nação tome conhecimento de que, agora, é obrigação do Governo desatar o nó que atou. Aliás, para que a pauta comece a andar, é preciso também que sejam cumpridos os acordos feitos neste plenário e que não estão sendo honrados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, a pauta do Congresso está obstruída há muito tempo, o processo legislativo está emperrado por culpa das medidas provisórias. Mas vamos dividir as culpas, Senador: o Executivo abusa da emissão de medidas provisórias, e o Legislativo curva-se a isso, não reage. Somos culpados também. Como instituição, somos. Todos nós – e me incluo aí.

Por falar em medida provisória, sinto-me muito reconfortado com o parecer emitido pelo ilustre Procurador-Geral da República, Dr. Claudio Fonteles, na Adin impetrada pelo PFL e pelo PSDB contra a edição da medida provisória que deu prerrogativa de foro ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, concedendo-lhe o **status** de Ministro.

Sr. Presidente, o ilustre Procurador-Geral da República repete o que vários Senadores já disseram aqui quando a MP foi editada: em primeiro lugar, a MP não tem urgência; não tinha razão alguma para ser editada às pressas, porque, se o Governo entende necessário dar **status** de Ministro ao Presidente do Banco Central, que enviasse mensagem ao Congresso, capeando um projeto de lei. Jamais por medida provisória.

O Procurador-Geral disse, com todas as letras, que a edição fere o princípio da moralidade administrativa, porque foi uma medida eminentemente casuística, com o objetivo de livrar o atual Presidente do Banco Central de um processo por possíveis deslizes eleitorais e fiscais. Essa medida provisória até hoje não foi apreciada. É possível que passe sem que sejam avaliados os requisitos de urgência e relevância.

Portanto, é este Congresso mesmo, é este Poder que se omite, que promove uma autocastração, que se curva ao Poder Executivo e, repito, transforma-se em subpoder da República. Aliás, a República foi pro-

clamada no Brasil e até hoje não instaurada. Faz-se urgente um movimento republicano neste País, Sr. Presidente.

Finalmente, mudando de assunto, eu gostaria de fazer um apelo ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos no sentido de incluir em pauta e colocar em votação projeto de minha autoria, relatado pelo Senador do Distrito Federal, que estabelece a correção anual da tabela do Imposto de Renda. Ontem, ouvi o pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, declarando-se favorável à correção, fazendo **mea-culpa**, portanto. Faço um apelo também ao Senador: se S. Ex^a realmente é, como Líder do Governo, favorável à correção da tabela do Imposto de Renda, que pune, que castiga injustamente os assalariados do País, então que não crie obstáculos à votação do meu projeto de lei na Comissão de Assuntos Econômicos; se o projeto não for bom, que S. Ex^a o emende, mas que o faça ser aprovado mediante substitutivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 193, DE 2004

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 193, de 2004, que *autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

À medida provisória foram apresentadas 18 emendas perante a Comissão Mista.

Pareceres:

– proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Osmar Serraglio (PMDB – PR), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à medida provisória e pela rejeição das emendas; e

– sob nº 1.697, de 2004, de Plenário, Relatora revisora: Senadora Roseana Sarney, favorável à medida provisória, com a ressalva de que o assunto deveria ser tratado preferencialmente por lei complementar, e pelo não acatamento das emendas.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da última sessão, oportunidade em que foi instruída e teve

sua apreciação foi transferida para hoje, em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 28 de junho e não se instalou;
- a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 9 de julho, tendo sido aprovada naquela Casa no dia 19 de outubro;
- o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se no dia 26 de agosto, e o de sessenta dias de vigência, no dia 10 de setembro, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;
- informa, ainda, que se encerra hoje o prazo de 120 dias de vigência da medida provisória. (Art. 14, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2002-CN);
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 26 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney – PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos tentando, até agora, fazer um acordo com relação à votação dessa medida provisória. Existem muitas dúvidas ainda com relação a essa matéria.

Estados exportadores, como é o caso do Pará, que acompanham essa matéria de perto, dentro da própria reforma tributária, não podem ser prejudicados, como é o caso também de Minas Gerais, porque esse fundo, que seria para compensar as perdas da receita dos Estados exportadores, será apenas, de acordo com essa medida provisória, para pagar os créditos dos exportadores. Para os Estados, não vai importar praticamente nada. Na verdade, pelos cálculos levantados, essa compensação seria de apenas 20% do que os Estados perdem com as exportações.

O Estado do Pará especificamente, pela orientação e discussão da matéria junto com a equipe econômica e com o próprio Governador Simon Jatene, votará contra, a não ser que se faça um acordo para evitar que esses Estados sejam prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em votação os pareceres do Relator, Deputado Osmar Serraglio (PMDB – PR), e da Relatora revisora, Senadora Roseana Sarney, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contra do Senador Ducimar Costa.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da medida provisória e das emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, para discutir a matéria, e também ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Quero me inscrever, Sr. Presidente, para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a medida provisória que estamos votando hoje autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e faz parte do acordo firmado entre os Governadores e a União no ano de 2003, na ocasião da tramitação da reforma tributária no Congresso Nacional.

A Emenda Constitucional nº 42 (parte da reforma que foi promulgada em 19 de dezembro de 2003), além das medidas de caráter emergencial que garantiam o equilíbrio fiscal do Governo Federal, deu um tratamento constitucional em termos definitivos à desoneração das exportações, sendo que parte já havia sido objeto de uma alteração à Constituição (produtos industrializados) e parte pela Lei Kandir, com relação a produtos primários e semi-elaborados. Em contrapartida, em substituição aos repasses da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/96), criou-se o Fundo de Exportação, com repasses da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios, com montante a ser definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela estabelecidos, considerando as exportações de produtos primários e semi-elaborados, o saldo da balança comercial, os créditos decorrentes de aquisições de ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento dos respectivos créditos acumulados.

No que tange ao montante de recursos a ser transferido aos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2005, a título de compensação da de-

soneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados, o referido acordo previa repasse no valor de R\$4,5 bilhões, dos quais R\$3,4 bilhões já se encontram no Orçamento-Geral da União. Do R\$1,1 bilhão restante, o Governo Federal contempla R\$900 milhões mediante a edição da medida provisória em discussão, faltando ainda, para o cumprimento integral dessa parte do acordo, recursos adicionais de R\$200 milhões.

Todavia, ao editar esta medida provisória, o Governo Federal trouxe, no seu bojo, regras e condições que certamente dificultarão a operacionalização dos referidos repasses, além do que as mesmas nunca fizeram parte do acordo firmado com os Governadores. Cada Estado, bem como o Distrito Federal, possui seus próprios critérios de manutenção e aproveitamento, pelos contribuintes, do crédito do ICMS cobrado nas operações e prestações anteriores à exportação, mantendo regras e controles fiscais e financeiros individualizados.

Assim é que apresentei dois destaques para votação em separado que, acredito, vão alterar a proposição no sentido de aperfeiçoar a matéria.

O primeiro destaque é à Emenda nº 13, de autoria do Deputado Walter Feldman, que propõe modificação ao art. 5º da Medida Provisória nº 193/04.

A redação constante nesta medida prevê que serão deduzidos, dos valores a serem ressarcidos, eventuais dívidas vencidas e não pagas contraídas junto ao Tesouro Nacional, relativas à Administração direta e indireta, e também as dívidas contraídas (e não pagas) com os demais entes da Administração federal direta ou indireta.

Em relação às dívidas da Administração direta do Estado com o Tesouro Nacional, o disposto no art. 5º da Medida Provisória se mostra viável. Porém, as demais (da Administração indireta estadual e do Estado com a Administração indireta federal) podem se referir a dívidas não reconhecidas pelo Estado e que seriam liquidadas sem o consentimento da unidade federada.

A aceitação da compensação de débitos de uma empresa do Estado junto a órgãos da Administração direta ou indireta do Governo Federal retiraria do Tesouro Estadual todo e qualquer controle sobre o recebimento dos seus recursos.

Da mesma forma, admitir a compensação de recursos do Estado com supostas dívidas de sua Administração direta junto a empresas da Administração indireta da União equivaleria, Sr. Presidente, a admitir que o Estado possa compensar recursos devidos com a União com dívidas pendentes das empresas federais com o Estado. Como agravante, vários órgãos da

Administração indireta federal são devedores junto a unidades da Federação, e os Estados não possuem qualquer meio coercitivo de realizar compensações com seus débitos.

A emenda que pretendemos destacar para votação em separado propõe a manutenção, tão somente, da possibilidade de compensação relativa às dívidas da Administração direta do Estado junto ao Tesouro Nacional.

O segundo destaque é à Emenda nº 16, também do Deputado Walter Feldman, que propõe a supressão dos arts. 8º, 9º e 10 da Medida Provisória nº 193, de 2004, justificando-se pelo fato de que os dispositivos para os quais se propõe a supressão versam sobre informação a ser prestada pelos Estados, segundo regras a serem estabelecidas pelo Ministério da Fazenda. O parágrafo único do art. 9º da Medida Provisória nº 193, de 2004, por exemplo, prevê a suspensão do auxílio de que trata a Medida Provisória, se o ente federado não encaminhar ao Ministério da Fazenda os demonstrativos da desoneração do ICMS nas exportações e da efetiva manutenção dos créditos. A entrega do demonstrativo não pode ser vinculada ao recebimento do auxílio de que trata a Medida Provisória, sob o risco de que a criação de regras unilateralmente pelo Ministério da Fazenda possa inviabilizar a produção dos demonstrativos a tempo pelas Secretarias de Estado de Fazenda.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os assuntos tratados nas emendas que pretendemos destacar para votação em separado merecem exame mais acurado por parte do Relator da matéria e a sua consequente aprovação.

As emendas contam com o apoio de todos os Estados e foram apresentadas como resultado de entendimento pelo Confaz, visando ao fomento às exportações brasileiras, de vital importância ao resultado de nossa balança comercial e ao atingimento dos expressivos superávits primários que presenciamos hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em relação à Medida Provisória nº 193, estamos em uma situação difícil para analisá-la e votá-la.

Em primeiro lugar, porque vence hoje o prazo. Nós, que já tínhamos pouco tempo para discutir medidas provisórias, vamos ter horas para discutir esta medida provisória. Com isso, os Estados serão preju-

dicados, porque deixarão de receber esses recursos se a medida provisória não for votada ou se sofrer alguma modificação, porque ela não pode voltar para a Câmara, ou caso seja negada aqui.

Então, é uma situação difícil para um problema tão importante como o relacionamento do Governo Federal com os Estados no que diz respeito às exportações.

Foi feito um acordo sobre a compensação da desoneração nas exportações, quando da aprovação da reforma tributária, e ficou estabelecido que no ano de 2004, enquanto não regulamentado o novo Fundo de Exportação, seriam repassados 4,5 bilhões ...

Está difícil de falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – AP. Fazendo soar a campanha.) – Há um orador na tribuna. Atenção!

Continua com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado.

Seriam repassados 4,5 bilhões, mais os recursos relativos ao FPEX, que é a desoneração do ICMS sobre produtos industrializados. Desses R\$4,5 bilhões, R\$3,4 bilhões seriam repassados por intermédio da Lei Kandir, e R\$1,1 bilhão seria repassado por meio de uma medida provisória, que seria feita no valor de R\$1,1 bilhão, com critérios diferentes dos da Lei Kandir.

O Governo Federal enviou uma medida provisória no valor de R\$900 milhões, contrariando o acordo aqui feito, reduzindo o valor de R\$1,1 bilhão para R\$900 milhões.

Sr. Presidente, o único item cumprido – aliás, com o empenho de V. Ex^a, Senador José Sarney –, foi a questão da alteração dos coeficientes, os quais não deveriam ser os mesmos da Lei Kandir. Por ter sido retirado desses valores a questão dos coeficientes referentes a imóveis, a bens de uso, isso passou, então, a incidir somente sobre exportação e os esforços exportadores, permitindo que os Estados exportadores das regiões mais pobres do País, por exemplo, os Estados do Pará e do Maranhão, tivessem uma participação muito maior no que diz respeito ao R\$1,1 bilhão.

Na Lei Kandir, os critérios utilizados eram – e são ainda: o valor das exportações de produtos primários e semi-elaborados, créditos de bens de capital, e perdas com a redução da base de cálculo das operações, como implementos agrícolas. Então, trata-se de um critério que beneficia basicamente, no caso da Lei Kandir, os Estados mais avançados do País.

Sr. Presidente, conseguimos a mudança desse critério em relação a R\$1,1 bilhão, depois de muita luta neste Plenário, capitaneada, como disse acima, pelo Presidente José Sarney, e também com as importan-

tes participações dos Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo, de forma que pudéssemos chegar à posição de que os Estados exportadores com menores arrecadações de ICMS do País tivessem uma participação maior nesse processo. Por exemplo, o Pará, que teria, pela Lei Kandir, 4,36%, passa para 13,89%; Alagoas, de 0,84%, para 4,37%; o Espírito Santo, de 4,26%, para 9,3%; o Maranhão, de 1,67%, para 4,35%; o Mato Grosso, de 1,94% para 9,4%. Esse era o espírito, que foi conseguido, e com o qual implantamos efetivamente essa nova sistemática. Mas, o Governo também inovou em relação ao acordo que havia sido feito, porque passou a exigir, agora dos Estados, informações comprovando a liberação dos créditos acumulados, e essas regras, que não constam na Lei Kandir, são impossíveis de serem cumpridas nos prazos determinados, conforme atestam todos os Secretários de Fazenda. Essas as informações solicitadas, representadas nos arts. 8º, 9º e 10, estabelecendo novas regras, que os Estados e os seus respectivos Secretários se posicionam contra.

Sr. Presidente, o que estaria por trás de tudo isso – creio que esse é o ponto mais importante – são as perdas dos Estados com as exportações. Se pegarmos valores do passado, quando a Lei Kandir foi feita, chegamos a ter, de 1996 a 2004 uma perda de R\$100 bilhões para os Estados, pois quando deduzidas as compensações da União, as perdas remanescentes montariam a R\$ 61 bilhões.

Convém registrar que nos últimos dois anos, com a expansão das exportações, a defasagem entre as perdas de ICMS e o ressarcimento devido pela União aos Estados se agravou mais ainda. Hoje, o ressarcimento da Lei Kandir não representa, Senador Luiz Otávio, nem 20% das perdas em exportação; aquilo que chegou a quase 60%, hoje, por meio da Lei Kandir, não se repõe nem 20%. E mais: em relação ao FPEX, que era algo em torno de 50%, hoje está em 12%.

No momento em que se verifica claramente que cada vez se tem menos compensação pelas exportações, vemos reduzidos ainda mais aqueles valores e regras que foram aqui acordados. Aliás, por essa razão, entendo que enquanto permanecer essa situação de compensação de créditos, fica impossível que algum Estado se engaje no esforço exportador de que este País tanto precisa. O Secretário da Fazenda não tem nenhum interesse em tratar do problema da exportação. Conseqüentemente, o Estado deixa de ter interesse porque se tem uma geração de renda e de emprego, mas não se tem nenhuma geração de impostos.

Daí lanço uma proposição, que fiz aqui, no Senado Federal, no sentido de que os Estados voltem a taxar o ICMS nas exportações. Desse modo, que os

exportadores venham a serem ressarcidos dos impostos do Governo Federal, que é o maior e único interessado no problema no momento, e façam ressarcimento direto aos Estados.

Nesse sentido, não há como discutir a matéria. Se a medida provisória for aprovada hoje, ou se houver alguma modificação, a matéria retornará à Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, perde-se pelo prazo. Se votarmos contra, os Estados perderão. Daqui para frente, precisamos ouvir outras Lideranças para sabermos o que deve ser feito neste momento em relação à medida provisória. No entanto, o que nos chama a atenção outra vez é o fato de chegar a esta Casa uma medida provisória sobre a qual devemos refletir, discutir e decidir em apenas algumas horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas fazer um apelo: assim como o Estado do Pará, há cerca de 14 Estados brasileiros que sempre são penalizados em momentos como este. Porém, não adianta querer esconder o sol com a peneira.

O que estamos fazendo com a Medida Provisória nº 193? Simplesmente amarrando os Estados para que essa compensação seja investida apenas no pagamento dos créditos, o que engessa os Estados, que já são penalizados pela Lei Kandir.

No nosso caso, o Estado do Pará, que tem hoje um peso na balança comercial, exporta mais de R\$2,4 bilhões e importa apenas pouco mais de R\$ 300 milhões, portanto, colabora com o progresso e o desenvolvimento deste País. E, num momento como este, a medida provisória vem justamente prejudicar os Estados exportadores, que já são prejudicados pela Lei Kandir. Acredito que é momento desta Casa refletir.

Faço um apelo aos meus Pares para não votarmos esta Medida Provisória nº 193, porque assim fazendo poderemos votar a Medida Provisória nº 194, tendo em vista que a Medida Provisória nº 193 perde a sua eficácia no dia de hoje. Poderíamos votar amanhã a de nº 194 e daríamos aos Estados a compensação que eles merecem.

Faço esse apelo porque quem sofre são os Estados, que mais produzem para este País. Num momento como este, quando temos como fazer a devida compensação, cria-se mecanismos como esse, que

não estava combinado quando se fez o acordo para fazer as compensações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fica registrado o meu apelo para que V. Ex^{as} possam refletir no momento do voto e compensar aqueles que contribuem para o esforço exportador e para o desenvolvimento do Brasil.

É o momento de o Senado da República fazer esse gesto de compensação e de reconhecimento por Estados que tanto têm sofrido com a injustiça fiscal que se estabeleceu neste País. Há tantos anos prejudicados, esses Estados tornaram-se extremamente extrativistas; neles o desemprego predomina pela falta de uma política eficaz, capaz de gerar emprego e renda no País. Então, não podemos desperdiçar um momento como este, em que temos o mecanismo da compensação.

Faço um apelo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que reflitamos e façamos um gesto de reconhecimento a esses Estados que tanto têm contribuído para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a função do Senador é, certamente, defender os interesses de seu Estado, e essa é a razão que me traz à tribuna hoje.

Tenho absoluta consciência de que a situação que estamos vivendo é delicada e precisa ser amplamente discutida. Na verdade, a solução para o problema, ora em discussão no Senado, leva-nos à necessidade de fazermos, no ano que vem, uma ampla rediscussão da Lei Kandir, até porque o Estado de Minas Gerais, o segundo maior exportador do País, chega à marca de R\$8 bilhões em exportações neste mês que se inicia. Trata-se de um Estado que exporta de veículos automotores até produtos da agroindústria, fora o seu minério de ferro, que vai todo para o exterior, ficando apenas os buracos.

Temos a plena consciência da importância da aprovação dessa medida provisória, mas é importante deixarmos bem claro que a proposta que se faz, neste momento, é, sim, prejudicial aos Estados exportadores.

Vejam só como o art. 5º é proposto na medida provisória:

Art. 5º Para a entrega dos recursos à unidade federada, a ser realizada por uma das formas previstas no art. 6º, serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o mon-

tante total da entrega apurado no respectivo período, os valores das seguintes dívidas [este, o detalhe importante a ser lembrado]:

I – contraídas junto ao Tesouro Nacional pela unidade federada, vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

II – contraídas pela Unidade da Federação, com garantia da União, inclusive dívidas externas, vencidas e não pagas, computadas inicialmente às da administração direta e também, posteriormente, às da administração indireta;

É a este ponto, em particular, que tanto o Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais, quanto o Governador Aécio Neves e os três Senadores de Minas Gerais se opõem neste momento: exatamente a maneira como estão redigidos os incisos I e II do art. 5º. Não há dúvida, Sr. Presidente, de que isso é prejudicial ao Estado de Minas Gerais.

Tivemos a oportunidade de conversar, longa e amplamente, com a Liderança. Procuramos mostrar o caminho que se faz necessário, que é deixarmos de votar ou eliminarmos o art. 5º.

Apresentei, inclusive, um destaque de votação em separado. Espero ter a oportunidade de pedir, no momento preciso, a votação em separado, exatamente porque estamos convencidos.

Vejo que o Estado do Pará se encontra na mesma situação dos Estados exportadores, que têm mais créditos a receber e já foram muito prejudicados pela Lei Kandir – notadamente, Minas Gerais, Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e São Paulo. Todos eles estão na dependência de que se encontre aqui solução melhor.

Com relação às propostas oferecidas neste momento, a manutenção dos R\$6,5 milhões a fim de compensar o não-recolhimento do ICMS das exportações é mantida pelo Governo. E a complementação da proposta anterior em R\$200 milhões, para que não falem recursos e os Estados possam receber o necessário, conforme acordado, não é suficiente para atender ao que estamos observando, com a aprovação da medida provisória.

Minas Gerais é contra, sim, a proposta. O Senador Hélio Costa se posiciona contrário a ela. Não vejo como meu Estado poderá recuperar o que tem perdido. Grande exportador, envia para o exterior produtos manufaturados com requinte, como o automóvel – exportado para o mundo inteiro –, agroprodutos, minérios, madeiras e pedras preciosas. Tudo isso tem de ser recompensado. O Governo tem que encontrar

um caminho, a fim de que meu Estado recupere os recursos perdidos pelo não-recolhimento.

Vejo que a mesma situação enfrentam os companheiros Senadores do Estado do Pará. Observo, também, manifestação nesse sentido dos Senadores do Estado do Espírito Santo. Então, é preciso que se faça uma reflexão.

Apresentarei destaque para votação em separado desses artigos que prejudicam, seriamente, a proposta como um todo. Minha primeira preocupação é exatamente com as Emendas nº 8 e 10, especialmente no que se refere à necessidade de apresentação da documentação pelo Estado. Não havendo tempo suficiente, poder-se-ia prejudicar o recebimento dos recursos destinados a recompor a perda que tiveram os Estados exportadores, como Minas Gerais.

Sr. Presidente, para nós é satisfatório que se faça uma reorganização da proposta. Entendo que a maioria pretende votar. Vejo que a Oposição, em alguns setores, também votará, para não perder a oportunidade de aprovar a matéria, uma vez que hoje é o último dia; se não for votada hoje, certamente perderá a eficácia e, a partir de amanhã, não poderá mais ser apreciada. Por outro lado, pergunto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras se seria o caso de não a votarmos hoje, até mesmo por um pedido de verificação de **quorum**; votaríamos, então, a MP nº 193 amanhã e teríamos condição de encontrar uma solução melhor para todos os Estados da Federação.

Vejo que o Estado de Minas Gerais tem que estar preocupado. Isso é mais uma prova da pujança da economia mineira. Como disseram o Secretário Wilson Brumer e o Governador do Estado, Minas é um grande Estado exportador e não pode ser prejudicado. Como disse o Senador Duciomar Costa, o Estado do Pará não pode sofrer prejuízo por saber exportar. Também o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo não o podem. Então, aquele que exporta vai pagar? Aquele que exporta vai perder?

Eles estão aumentando as exportações brasileiras, fundamentais para a recuperação econômica, para o trabalho que o Presidente e o Ministro Antonio Palocci vêm fazendo. Tudo está calcado no sucesso das exportações. Estamos vivendo um momento de glória no Brasil. O País consegue marcas extraordinárias na exportação de todos os produtos, principalmente os agropecuários. Estamos chegando aos US\$30 bilhões exportados. Não podemos prejudicar os exportadores. Temos de encontrar o caminho para evitar que aquele que gera emprego, ativa a economia, faz com que as indústrias funcionem, permite que os Estados tenham renda com as exportações não seja penalizado.

Essa medida provisória merece ser revista. E a minha posição é a de que possamos amanhã, votando a MP nº 193, encontrar uma melhor solução para essa questão.

Minas Gerais é contra a medida provisória!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há consenso em torno dessa matéria, que é importante. É preciso que se encontre um ponto de afinamento, porque, se essa MP não for votada dentro de um entendimento, quem perderá são os Estados e Municípios. E a União terá o direito de guardar dois duodécimos.

Explico. Senador Sérgio Guerra, o que estamos votando? Nós aqui sabemos, mas quem nos está vendo e ouvindo pela TV Senado pode não estar fazendo a menor idéia. Estamos votando algo muito importante, que é o incentivo às exportações.

Quando discutíamos a reforma tributária – e existe a chamada Lei Kandir, que oferece incentivos de ICMS para empresas que exportam, como forma de lhes dar competitividade no plano internacional, pelo fato de desonerar de um custo o produto exportado –, ficou pactuado que Estados e Municípios (Estados, 75%; Municípios, 25%) receberiam, logo no ano de 2004, R\$1,1 bilhão correspondente ao bolo calculado das exportações brasileiras, incentivos a título de devolução de ICMS. Os Estados prejudicados com o não-recolhimento do ICMS do produto exportado receberiam R\$1,1 bilhão dentro de contas que foram feitas, Estado por Estado, de acordo com o seu peso nas exportações nacionais.

O que aconteceu? Uma medida provisória que estamos votando agora estabeleceu critérios e condições. Quando conversamos por ocasião da reforma tributária, definiu-se o montante de R\$1,1 bilhão. Está-se falando aqui em liberar R\$900 milhões. Já caparam R\$200 milhões.

Quando se discutiu aqui a reforma tributária, não se tratava de exigência alguma para que os Estados e os Municípios recebessem R\$1,1 bilhão, que agora são R\$900 milhões. Agora, na medida provisória, há exigências. E se falava em critérios para, permanentemente, haver a devolução do ICMS. A medida provisória trata da devolução só no ano de 2004.

O normal era votarmos contra. Estamos cedendo os anéis para que fiquem os dedos. Hoje, terça-feira, 09 de novembro de 2004, encerra-se o período, a eficácia da medida provisória. Ainda faltam dois meses. A União já devolveu dez doze avos, desde o começo do ano, dos R\$900 bilhões, que deveriam ser R\$1,1

bilhão. Se não votarmos hoje, a União, gostosamente, vai ter o direito de dizer que, por falta de amparo legal, não vai devolver o ICMS de novembro e de dezembro. E ficarão prejudicados os Estados e os Municípios que não entraram em consenso. Mesmo com os termos da medida provisória não estão de acordo. Mas dos males o menor. Se não votarmos, nem o que é contestado será devolvido a Estados e Municípios.

A minha idéia, normalmente, é a de proteger Estados e Municípios. Mas prejudicá-los na liberação de duas parcelas mensais, as de novembro e de dezembro, é injusto. No entanto, não posso desconhecer, Sr. Presidente, a cizânia que está posta, com toda a justiça e com fortes argumentos, no plenário. Os Estados do Pará e de Minas Gerais julgam-se prejudicados. Vários Estados exportadores julgam-se prejudicados e estão dispostos até a votar contra para criar um caso. Se criarem um caso, em última análise, serão prejudicadas as finanças públicas de Estados e Municípios.

Senadores Mão Santa e Gilberto Mestrinho, apresento uma proposta conciliatória. Há duas medidas provisórias: uma se refere à liberação dos R\$900 milhões, que deveriam ser R\$1,1 bilhão; a outra abre o crédito. A sugestão é a seguinte: poder-se-ia – se o Plenário entender e se o Governo concordar e tomar o compromisso – derrubar a medida provisória que disciplina a liberação dos R\$900 milhões, e aprovar-se-ia a que abre o crédito dos R\$900 milhões, para se rediscutirem os critérios. Haveria tempo – o Governo tem autonomia e é pródigo em edição de medidas provisórias – para o crédito ser aprovado. Assim, pode ser editada uma nova medida provisória para estabelecer um consenso entre os diversos Estados e disciplinar a matéria, fazendo justiça.

Com a palavra o Governo, que não cumpriu o valor, que era de R\$1,1 bilhão e que caiu para R\$900 milhões, que está com exigências e que está editando uma medida provisória somente para o ano 2004, quando deveria existir um critério permanente para 2004, para 2005 e assim por diante.

O meu Partido ficará, em qualquer circunstância, pela minha orientação, com os Estados e os Municípios, mas faz a ponderação e sugere ao Líder do Governo que aqui se sente, em função da proposta que oferecemos, com os Estados que estão em desacordo, para que juntos encontremos, se for o caso amanhã ou depois de amanhã, os termos para, aberto o crédito que aprovaríamos hoje, estabelecer-se um entendimento novo, a fim de que os Estados percam menos do que já vêm perdendo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, sei que este assunto não é simples de ser tratado, principalmente por quem assiste a esta sessão e nos ouve. Pude estudá-lo um pouco. Não sou uma especialista completa na matéria, mas, como representante do PT na discussão da reforma tributária, vi-me obrigada a dedicar-lhe especial atenção.

Por ser representante do Estado do Pará, teremos de esclarecer e repor a verdade dos fatos. A Lei Kandir, aprovada ainda no Governo Fernando Henrique, não previa inicialmente sequer a compensação para os Estados exportadores. Essa foi uma exigência contemplada depois. Também não se previa essa compensação que fosse além do ano de 2002. Foi o Governo Lula, na transição, que acordou no sentido de que essa compensação seria, sim, estendida por pelo menos mais quatro anos. Os Parlamentares que estão aqui há mais tempo e aqueles que acompanham o assunto sabem que o que digo é verdadeiro.

A compensação pelas exportações, pela Lei Kandir, terminaria em 2002; o Governo Fernando Henrique não a estendia mais do que isso. Fez-se um acordo – o Senador Luiz Otávio sabe disso – para estender a referida compensação.

O Estado do Pará, por exemplo, gera saldo de balança comercial positivo, ou seja, vende mais para o exterior do que compra. Traduzindo numa linguagem mais simples: gera saldo positivo, ajuda a que o País tenha saldo de balança comercial positivo, abrangendo-o por inteiro. Então, os Estados que contribuem para isso criam uma externalidade positiva – emprego o termo técnico –, inclusive para os Estados que têm saldo negativo.

Vamos fazer um breve histórico, para que as pessoas entendam do que estamos tratando.

Na discussão da reforma tributária, decidiu-se fazer constar, na própria Constituição, essa isenção de pagamento de impostos, de acordo com o entendimento de que não se exporta imposto, o que é uma compreensão até mundial.

Considero essa medida provisória um avanço; todavia, é insuficiente, porque também não se quis aqui enfrentar uma discussão séria no sentido de que, no dia em que o ICMS for cobrado no destino, e não origem, esse tipo de questão acabará.

O Estado do Pará não vai mais precisar de compensação nenhuma. Os Estados vão cobrar o ICMS. Isso seria o ideal. Certo, Senador Luiz Otávio? V. Ex^a concorda comigo. Infelizmente, não houve acordo. Sabe V. Ex^a que essa foi uma briga que nós tivemos. Defendemos esse ponto, o Governo Federal também o defendeu, mas muitos Governadores foram contra

e inviabilizaram isso. Inviabilizaram que o ICMS fosse cobrado no destino e não na origem. Gostaria que Estados como o nosso Estado do Pará realmente não precisassem desse tipo de compensação, porque poderiam cobrar o ICMS e teriam, assim, muito mais recursos advindos desse imposto.

Além disso, quero lembrar o que nós aprovamos na reforma tributária – creio que as pessoas estão esquecendo.

Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar [ou seja, essa medida provisória existe porque ainda não há lei complementar a respeito, embora eu tenha projeto de lei complementar sobre o assunto], de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados...

Na lei complementar. Aí está o ponto, e faço questão de ler para as pessoas não falarem coisas que não conhecem:

...podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações...

Ou seja, relação entre as exportações e as importações significa saldo da balança comercial. No entanto, tem mais coisa: não é só a relação entre as exportações e as importações. Não é verdade quando dizem que aprovamos o que não estava no acordo. Está aqui o que aprovamos. Os Governadores que estão alegando isso estão dizendo inverdades.

Continuo a leitura:

...os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, §2º, X. a.

O efetivo aproveitamento do crédito é exatamente a compensação às empresas.

Não é verdade quando dizem que o Estado do Pará somente paga o ICMS cobrado fora do Estado. O Estado do Pará teria de pagar um percentual do ICMS, mas não paga, assim como nenhum Estado o faz. Há uma bola de neve em cada Secretaria de Fazenda. As empresas são credoras, mas os Estados não pagam absolutamente nada de compensação. Essa é a verdade. Não é verdade que toda essa compensação seja recolhida em outros Estados. No Pará, segundo informação do próprio Governo do Estado, não chega a 50%. Na época da discussão com o Ministério da Fazenda, o Secretário da Fazenda informou que isso seria em torno de 30%. Assim, 70% do ICMS são recolhidos no

próprio Estado. Então, o Estado não paga, mas recebe o ICMS – ele não retorna, mas recebe. Informação do próprio Secretário de Fazenda na época da discussão: apenas 30% são recolhidos fora do Estado.

Tudo isso seria resolvido se os Governadores não tivessem barrado o recolhimento do ICMS no destino.

O que aprovamos na reforma tributária está escrito aqui. Parece que isso não existe, mas existe sim. Não apenas o saldo, a relação entre exportação e importação, mas a efetiva manutenção e o aproveitamento do crédito, do imposto a que se refere o art. 155. Portanto, isso está colocado, sim, Senador. Não é uma invenção.

Meu projeto de lei complementar é mais completo e leva em consideração todos esses critérios. Espero que esta Casa aproveite este momento para agilizar a sua aprovação. Estabelecemos um percentual para cada um dos critérios e, para o efetivo aproveitamento, há um critério de 10%, algo plausível na minha opinião.

Creio que essa medida provisória não é negativa para os Estados, mas é insuficiente – isso é verdadeiro. Não é suficiente para um Estado como o Pará, mesmo sendo o que mais receberá recursos, visto que 13,9% desses recursos serão destinados ao nosso Estado, e ainda haverá três meses para a regulamentação do processo.

Há uma questão mais difícil que não depende apenas de nós, mas dos Governadores, pois se trata de ICMS. Se aprovássemos o projeto de lei complementar que apresentei e que define claramente como serão distribuídos os recursos, estaríamos dando um grande passo para repor uma perda dos Estados exportadores, principalmente de um Estado exportador como o Pará. Essa perda vem de muito tempo, pelo menos sete anos, quando foi aprovada a Lei Kandir. Vamos dar a César o que é de César – e não há aqui nenhuma de referência ao Senador César Borges.

Não tenho dúvida de que, com a perda da eficácia dessa medida provisória, caso não seja votada hoje, o Estado do Pará perderá ainda mais, como todos os outros Estados. Mesmo que esteja vinculado, como está, uma vez que foi definido na reforma tributária que se teria de levar em conta o aproveitamento do crédito, estaremos deixando, Senador Luiz Otávio, de aumentar a bola de neve que existe, dos créditos das empresas. Essa bola de neve existe e aumenta a cada dia. É necessário refazer a política, porque não pode acontecer o que tem ocorrido no nosso Estado.

Cito o exemplo desse cenário de melhora da repartição, porque foi uma vitória conseguir que considerassem o saldo da balança comercial para repartir esses

recursos em favor desses Estados, mas isso somente terá efetividade e produzirá benefícios para a população caso seja desenvolvida uma política fiscal e tributária responsável em cada Unidade da Federação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Para concluir, Sr. Presidente, pouco vai adiantar o nosso esforço no Congresso se for anulado nos Estados com a concessão de benefícios fiscais, de retorno, aí, sim, extremamente duvidoso.

Cito um exemplo do meu Estado, o Pará: uma única empresa, a Cerpasa S. A., conhecida no Brasil todo pela sua cerveja – aliás, ótima cerveja –, recebeu do Governo um diferimento de 95% do ICMS. A empresa só paga 5%. E, diga-se de passagem, essa empresa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– ...teve esse benefício prorrogado por decreto, em 2003, por mais doze anos, sendo que há contra ela um processo de execução fiscal movido pelo fisco paraense, o próprio Governo do Estado paraense, da ordem de R\$47 milhões, desde junho de 1999.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Quero dizer o seguinte: não é suficiente? Não é suficiente para o nosso Estado. Precisamos avançar, e proponho que aproveemos essa lei complementar. No entanto, não podemos concordar e ser cúmplices de uma verdadeira farra fiscal que está sendo feita nos Estados. Se o Estado do Pará vai ganhar 13,9% desses R\$900 milhões, só o que ele abre mão para uma única empresa, Senador, corresponde a quase todo esse valor. E essa empresa não exporta nada, não é uma empresa exportadora. Esse diferimento é dado simplesmente porque se quer dar essa isenção de imposto. O povo do Pará é que está abrindo mão do imposto. Por isso, não há um único hospital regional em nosso Estado, a não ser em Belém. Não há uma única UTI de urgência, de emergência, no Estado. Acabaram de suspender o processo de licitação do Hospital Regional em Santarém. Fizaram tanta propaganda, mas não há dinheiro para construir hospital. E concederam 95% de isenção para uma única empresa.

Creio, então, que é necessário avançar nessa discussão. Se é para incentivar as exportações e compensar os Estados, precisamos investir mais. Se aumentarem as exportações, precisamos aumentar os

recursos para o fundo de compensação. Não podemos é simplesmente repassar recursos para os Estados, sem sabermos inclusive se serão realmente para compensar as exportações.

Foi um avanço considerar o saldo da balança. Tanto é que o Pará é o Estado que mais recebe: 13,9%. Mas não é suficiente! E vou continuar, como Senadora, lutando para que não só o Pará, mas também o Estado de Alagoas, o Estado de Minas Gerais, os Estados do Paraná e de Santa Catarina, possam ser mais bem recompensados pelas exportações que fazem, que são positivas, não só para esses Estados, mas para o Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Luiz Otávio, último orador inscrito.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou tentar não entrar na discussão regional. Não vou discutir o resultado das eleições, até porque o Governador Simão Jatene não é o único Governador do País, da Federação Brasileira, que está interessado em discutir essa matéria. Governadores de todo o Brasil estão acionando os Senadores, seus representantes legais, para discutir esta importante matéria para os Estados.

Portanto, vou-me reservar para, em outro momento, ler o pronunciamento da Senadora Ana Júlia Carepa, analisar as questões que levantou com relação ao Governador Simão Jatene, e respondê-lo, mas não como Senador do Pará, aliado do Governador, mas como conhecedor da política utilizada no Estado do Pará. Só não quero transformar esta sessão, este momento, em uma questão política eleitoral.

Quando se levanta que a medida provisória está dentro de todo o projeto, não apenas da Reforma Tributária, mas também do Fundo de Compensação das Exportações, não é verdade. É por meio de uma lei complementar que se pode determinar toda a política de exportação de um país e, agora, da discussão que fazemos do Brasil.

Meu Estado, o Pará, e outros como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e a própria Bahia, que têm em sua economia um grande reconhecimento pela necessidade de o País exportar, possuem balança comercial, como aqui exposto por vários Senadores, e uma situação confortabilíssima. O Pará, nos doze últimos anos, exportou US\$2,5 bilhões e importou cerca de US\$300 milhões. E neste ano de 2004 a diferença será maior. Chegaremos a US\$3,5 bilhões de exportação, mantendo o mesmo nível de importação, cerca de US\$300 milhões.

Vejam bem, todo o Brasil cobra do Pará a questão da violência no campo, a questão da necessidade de atender melhor uma população de mais de seis milhões de habitantes em um território de mais de 1,250 milhão de quilômetros quadrados. Todos cobram do Pará o apoio a esses grandes projetos que alavancam a economia brasileira, geram emprego e divisas para o Governo Federal, independentemente de ser o ex-Presidente Fernando Henrique ou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Todos os Presidentes sempre honraram seus mandatos, defendem os interesses do Brasil e são reconhecidos por esta Casa, independentemente de questões partidárias. Porém, não se pode cobrar mais do Estado do Pará, não se pode exigir mais do povo do Pará e cada vez mais aumentar essa diferença.

Portanto, precisamos estabelecer aqui uma parceria, um equilíbrio entre os Estados mais ricos, entre a Federação propriamente dita e Estados como o Pará. A Vale do Rio Doce, tão falada e decantada, agora usa muito dentro da sua logística a solução dos problemas brasileiros. É verdade, é uma empresa importante. O Pará precisa da Vale, mas a Vale precisa muito do Pará. Não existe Vale do Rio Doce sem o Estado do Pará. Portanto, essa questão é muito maior, envolve interesses de exportadores muito grandes, razão pela qual esse é um grande tema, uma grande discussão. Não é o caso aqui de se falar que o Estado do Pará vai perder esses dois últimos meses, os 2/12 desse fundo que era de R\$1,100 bilhões e que agora é de R\$900 milhões. O Pará, como todos os Estados da Federação, já recebeu 10/12 desses recursos. O Pará já recebeu para prestar conta com o exportador. É o que está na medida provisória em seu art. 8º.

Tenho certeza de que o Presidente Lula não está de acordo com essa medida provisória. Sua Excelência foi levado, como é levado em vários assuntos, a assinar uma medida provisória como essa, dizendo que vai proteger, ajudar os Estados exportadores. Mas é o contrário, Sr. Presidente, Senador José Sarney. E V. Exª sabe disso, pois honrou o povo brasileiro com seu mandato e sabe das dificuldades que os Estados, como o Pará, como o Maranhão, enfrentam no seu dia-a-dia. Assim, em uma situação como essa, não podemos deixar de atender o reclamo dos governadores, não do governador.

A Reforma Tributária foi muito bem discutida nesta Casa, é verdade, e dessa discussão saiu um acordo: o total desses recursos seriam R\$8,5 bilhões. Mas só estão sendo liberados R\$6,5 bilhões; faltam, portanto, R\$2 bilhões. Entendo a equipe econômica, o Ministro Palocci, que, por falta de recursos, não conseguiu liberar os R\$8,5 bilhões, apenas os R\$6,5 bilhões, que compõem a Lei Kandir, o FPEX – Fundo de Compen-

sação de Exportações, e esta medida provisória, que trata do fundo de compensação das exportações. Mas não podemos de maneira alguma prejudicar um Estado, que terá de receber esses recursos e entregá-los a um exportador que apenas usa os recursos naturais e a estrutura do Estado: energia, água e segurança pública, que é muito importante. Esses projetos não funcionam sem o governo do Estado. Quem dá segurança, quem evita as invasões, quem conversa com os invasores, com os índios, quem atende a população das cidades em torno desses grandes projetos é o Governo do Estado do Pará. São muitos recursos na área social, na área de educação, na área de saúde, e esses recursos não podem fazer caixa apenas para serem entregues ao exportador, que já tem no seu resultado, nos seus balanços, lucros estratosféricos. É uma injustiça o que se vai fazer com o Pará, com o Maranhão, com o Rio Grande do Sul, como está levantando os braços aqui o grande defensor do Estado de Minas Gerais, Senador Hélio Costa, também do meu Partido, o PMDB.

Portanto, Sr. Presidente, para dar um número mais objetivo, eu diria: o Brasil exporta US\$100 bilhões por ano. Desses US\$100 bilhões, se fôssemos cobrar ICMS, mesmo numa alíquota de apenas 10%, teríamos US\$10 bilhões de ICMS para todos os Estados. Não precisaríamos estar aqui discutindo esse assunto. Bastaria que Estados como o nosso cobrassem o ICMS e a União, o Governo Federal recompensassem o exportador pelo seu esforço de exportar, pela sua capacidade mercadológica de competir nos mercados externos. Não haveria nenhum problema. A própria Senadora Ana Júlia Carepa disse que o ideal seria isso. Mas não se encontrou essa forma ideal de fazer com que os Estados exportadores tivessem essa receita. Por isso, na reforma tributária, foi criado um projeto, um plano para que isso tudo fosse solucionado.

Entendemos perfeitamente que esses recursos, em vez de serem destinados aos Estados, têm também que apoiar a União, o Governo Federal e o Presidente Lula. Só assim Sua Excelência poderá realmente cumprir com seus deveres, com suas obrigações e com seus compromissos políticos e eleitorais.

O Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, encaminhará em favor da aprovação da medida provisória, como também o fará o Presidente da Casa, Senador José Sarney, que encontra, no Estado do Maranhão, uma situação semelhante.

Sou o Relator da próxima medida provisória, que abre um crédito de R\$900 milhões para que esse fundo de compensação possa existir.

No próximo ano, vamos discutir novamente como será feita essa compensação. Portanto, teremos tempo para discutir o assunto, para amadurecer a idéia sem

apenas os Estados. Não se pode punir um Estado como o Pará e os demais que aqui foram citados com o art. 8º da Medida Provisória, que estabelece:

Para efeito de aplicação dessa lei, o Ministério da Fazenda definirá, em 90 dias, a contar de sua publicação, as regras da prestação de informações, pelo Estado e pelo Distrito Federal, sobre a efetiva manutenção e aproveitamento a que se refere o art. 155 da Constituição Federal.

Ainda tem mais nos arts. 09 e 10, que tratam da mesma matéria.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, eu diria que é importante para nós acharmos uma solução para esse problema.

O Senador Agripino Maia, Líder do PFL nesta Casa, apresentou uma proposta de acordo, com a qual teríamos condição de retirar esse § 8º, que prejudica, que obriga, que cria todo esse embaraço para o povo do Pará e também para os Estados exportadores do Brasil, ou então deixaríamos cair a medida provisória para, amanhã, aprovarmos a Medida Provisória nº 194, que abre um crédito de R\$900 milhões para o Fundo de Compensação das Exportações.

Agradeço a atenção de V. Exª e tenho certeza de que esta Casa, mais uma vez, honrará o Brasil e os Estados exportadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Inscreveu-se ainda, depois de encerrada a votação, o Senador Sérgio Guerra, com quem quero, uma vez mais, congratular-me, porque S. Exª é o aniversariante de hoje do Senado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais uma vez estamos diante de um quadro de extrema dificuldade. Governadores se manifestam preocupados com a medida provisória que temos de votar; prazos vencidos comprometem a nossa capacidade de discussão e reflexão. Isso tudo num cenário de desordem crescente.

Aprovamos aqui uma reforma tributária que não valeu; está aí pendurada na Câmara dos Deputados. Converso com companheiros de vários Estados, de vários partidos, e a perplexidade é bastante forte.

Farei apenas alguns comentários: a Medida Provisória, em seu art. 1º, estabelece que a compensação será apenas para o exercício de 2004. Não faz menção aos valores a serem repassados nos demais exercícios a partir de 2005. Pergunto: como serão os procedimentos nos anos seguintes?

A indagação deve-se ao fato de que o ICMS é a mais importante fonte de recursos para os Estados,

que deixam de arrecadar para cooperar com o esforço exportador do Governo Federal, mas estão sem garantias quanto à compensação para os próximos anos.

Mais ainda. No que tange aos recursos a serem transferidos aos Estados e Municípios, a título de compensação e desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados, o acordo firmado pelo Governo, quando da votação da reforma tributária, previu repasses no valor de R\$4,5 bilhões, dos quais R\$3,4 bilhões já se encontram no Orçamento Geral da União.

Em relação à diferença que foi acordada e contemplada no Orçamento, R\$1,1 bilhão, o Governo contempla apenas R\$900 milhões, mediante a edição da Medida Provisória sob análise. Ou seja, faltam para o cumprimento do acordo recursos da ordem de R\$200 milhões.

Os arts. 8, 9 e 10 da Medida Provisória sob análise trouxeram exigências que nunca fizeram parte de acordo com os Senadores ou com os Governadores, quando da aprovação da reforma tributária no ano passado.

A Medida Provisória trouxe exigências que dificultam os repasses porque cada Estado possui seus critérios de manutenção e aproveitamento pelos contribuintes dos créditos do ICMS, mantendo regras e controles fiscais e financeiros individualizados.

De tudo o que depreendemos até a presente situação neste exato momento, há uma tendência a que votemos a Medida Provisória, mas que compromissos muito claros se façam para que, amanhã, não se amplie a dificuldade e se conduza a um processo que, a médio e a longo prazos, possa pelo menos caminhar na direção de um ajuste, e não de um desajuste crescente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Encerrada a discussão.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Solicito verificação de **quorum**, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Estou encerrando a discussão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para falar sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sei que V. Exª encerrou a discussão e inicia o encaminhamento. Porém, o Senador Agripino fez uma proposta concreta ao Governo, e imagino que seja importante que o Governo responda, ou seja, se derrubaria a Medida Provisória para que se ado-

tasse uma outra com novos critérios. Isso poderia ser feito a partir do dia 16, quando se caracterizará nova sessão legislativa.

Eu iria me inscrever para discutir, mas posso fazê-lo no período do encaminhamento. Não há problema. Mas eu gostaria que o Governo respondesse à proposta concreta feita pelo Senador José Agripino.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou apto – e creio que todos os demais Senadores – a votar após o encaminhamento. Mas eu gostaria de registrar a presença honrosa da Prefeita de Uruaçu, SRA. Marisa; Prefeita reeleita por uma das cidades mais importantes de Goiás, que visita o Senado com todos os vereadores daquela cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O registro de V. Ex^a constará dos nossos trabalhos.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.380, DE 2004

Requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 10, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, apresentada à Medida Provisória nº 193, de 2004.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Hélio Costa**.

REQUERIMENTO Nº 1.381, DE 2004

Requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 8, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, apresentada à Medida Provisória nº 193, de 2004.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Hélio Costa**.

REQUERIMENTO Nº 1.382, DE 2004

Sr. Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 13, oferecida à Medida Provisória nº 193, de 24 de junho de 2004.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Aelton Freitas**, PL-MG.

REQUERIMENTO Nº 1.383/2004

Sr. Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 16, oferecida à Medida Provisória nº 193, de 24 de junho de 2004.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Aelton Freitas**, PL-MG.

REQUERIMENTO Nº 1.384, DE 2004

Requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 16, de autoria do Deputado Walter Feldman, apresentada à Medida Provisória nº 193, de 2004.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004.
– Senador **Hélio Costa**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Votação, em globo, dos requerimentos de destaque que acabam de ser lidos pela Mesa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitados.

Votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas e dos destaques, que não houve.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Havendo o devido apoio, vamos proceder à verificação de **quorum**.

*(Procede-se à verificação de **quorum**.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria só de contribuir para a votação, para o encaminhamento da matéria, e esclarecer o seguinte. A primeira questão: nos últimos dois anos nós tivemos um aumento nas exportações de 50%. E como há uma legislação anterior, feita inclusive no cenário adverso de âncora cambial, que é a Lei Kandir, em que além da isenção fiscal há um sistema de créditos, esse crescimento exponencial das exportações está impactando as finanças dos Estados e do Estado brasileiro de uma forma geral.

Portanto, creio que essa é uma questão sobre a qual o Senado Federal deve se debruçar, aprofundando a reflexão a respeito e buscando encontrar um ponto de equilíbrio, porque, se não se exportam impostos, compromete-se a competitividade das exportações. Devemos encontrar um equilíbrio federativo que não comprometa sobretudo os Estados que têm um saldo

comercial muito alto, como é o caso do Pará, entre outros, e que, evidentemente, são os mais apenados por essa situação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Reitero que as Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Para este ano, o Governo se comprometeu a repassar R\$6,5 bilhões, sendo R\$2,2 bilhões para o Fepex – Fundo de Promoção das Exportações, os recursos da Lei Kandir. Esse novo critério da medida provisória foi um trabalho do Senado Federal. Essa tabela que está aqui foi construída exatamente pela mediação do Senador Tasso Jereissati, num trabalho de meses para encontrar um critério que passou a valorizar mais os Estados que tinham saldo comercial. Então, o Pará, por exemplo, nessa tabela, recebe 13,9% dos recursos, quando, antes, tinha uma participação muito inferior.

Sr. Presidente, estou respondendo a questão do Senador José Agripino. Eu gostaria de concluir a minha intervenção para encaminhar e, inclusive, para ajudar na votação, porque as pessoas estão aguardando esclarecimento. Se os Senadores me acompanharem, será mais fácil.

Então, essa tabela foi construída pelo Senado Federal, e o Governo editou, portanto, um crédito, com regras que há dez meses estão em vigor. Os Governos estão recebendo esses recursos, sendo que dez doze avos já foram repassados. O compromisso – e eu estava na reunião com os Governadores – era de que esse valor, com o novo critério, que era a reivindicação de alguns Estados, sobretudo de Minas Gerais e do Pará, seria destinado, no fluxo futuro, a pagar os créditos devidos, porque os exportadores não os estão recebendo. É evidente que isso agride a competitividade do setor exportador da economia brasileira.

Quais são os pontos que estão em discussão? Primeiro, seria R\$1,1 bilhão e não seriam R\$900 milhões. Se o volume total não chegar a R\$ 6,5 bilhões e faltarem R\$200 milhões no Fundo de Promoção das Exportações, o Governo vai repassar esse valor. Assim, o primeiro compromisso que assumo, em nome do Governo, segundo o acordo feito, é o de que serão R\$6,5 bilhões para o Fundo de Promoção das Exportações – Lei Kandir e esse critério novo de repasse.

A segunda questão que está em discussão é a retirada dos arts. 8º e 9º. Como hoje é o último dia de votação, qualquer alteração na medida provisória fará com que ela caduque, pois não há tempo hábil de a Câmara dos Deputados votá-la. Portanto, temos duas alternativas: aprovar ou não a medida provisória.

O acordo que fiz com algumas Lideranças de Oposição, como os Senadores Rodolpho Tourinho, Tasso Jereissati e Sérgio Guerra e outros, que participaram ativamente e que estão preocupados, é o de aprovarmos a medida provisória, em primeiro lugar. Em segundo lugar, na regulamentação das normas de prestação de contas, buscarmos um acordo definindo como será feito esse demonstrativo – que são exatamente os arts. 8º e 9º –, o que será definitivo a partir da aprovação da lei. Em terceiro lugar, abrir uma discussão para o próximo ano, para que possamos rever esse sistema de incentivos e de créditos, porque o impacto nas finanças dos Estados é expressivo, especialmente dos exportadores. Por último, se a medida provisória não for aprovada, o crédito não pode ser repassado.

Os efeitos dos dez meses estão em vigor porque a lei também estava. Vamos, simplesmente, suspender os dois doze avos do que estava programado, e o Governo, pelo art. 62 da Constituição, não pode editar uma nova medida provisória. Dessa forma, criáremos um prejuízo significativo para os Estados, além de um problema, porque aquilo que foi feito durante a vigência da MP está em vigor e deveria ser cumprido pelos Estados.

Por tudo isso, a nossa única alternativa é esse acordo: aprovar a medida provisória; garantir que, se faltarem os R\$200 milhões, eles serão disponibilizados mais recursos para completar R\$6,5 bilhões; e realizar um trabalho para rever, no próximo ano, o sistema de incentivos fiscais em vigor para o setor exportador, dado o impacto fiscal expressivo que alguns Estados estão sofrendo.

Sendo assim, peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que votem favoravelmente à medida provisória.

(Continua em votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentando que a nossa proposta, que atenderia às pretensões de Minas Gerais, do Pará, de Alagoas e de outros Estados, não tenha sido acolhida, o PFL recomenda o voto “sim”, lembrando aos Srs. Governadores a obrigação que têm de, em recebendo esses créditos, devolverem aos exportadores os créditos de ICMS a que têm direito e a que se habilitaram.

É preciso que se compreenda bem que o Senado está votando uma medida provisória que possibilitará, no final de 2004, a devolução dos R\$900 milhões aos Estados exportadores. No entanto, esses créditos são gerados por empresas exportadoras que dispõem de créditos que devem ser pagos pelos Estados.

Aqui, vai o meu apelo a S. Ex^{as}, os Srs. Governadores, para que cumpram as suas obrigações, fortalecendo o sistema produtivo e a geração de emprego e renda neste País.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero considerar, rapidamente, que, infelizmente, uma matéria como essa, em que vários Governadores, inclusive o do meu Estado, solicitavam o destaque para votação em separado, portanto a supressão dos arts. 8º, 9º e 10, acaba sendo votada no último dia de vigência, o que é gravíssimo. Todos conhecemos o impacto para os Estados exportadores que, de 1996 para 2004, constitui um montante de mais de cem bilhões. Ressalvado o repasse para a União, é de mais de 60 bilhões a perda para os Estados, e estamos numa situação como essa, em função da paralisia do Congresso Nacional em relação ao processo eleitoral.

O Líder do Governo assume que modificará a portaria do dia 24 de setembro, que criou mecanismos, obstáculos que não estavam previstos em nenhum acordo feito com a participação dos Governadores. Esses acordos não previram os artigos que constam da portaria.

Como disse o Líder do Governo, espero que uma nova portaria possa ser feita, remendando a outra. Realmente, a situação é particular e gravíssima para nós, que devemos votar uma medida provisória no último dia de vigência, embora saibamos que poderia ser editada uma nova medida provisória, sim, inclusive nesse ano, sim, a partir do dia 16, em que está em vigência a nova sessão legislativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, para posicionar o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Renan Calheiros para orientar a Bancada.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, não há como não levar em consideração a posição defendida pelo Senador Luiz Otávio, os argumentos brilhantes, o discurso convincente, sobretudo. Por outro lado, não há como deixar de levar em consideração a intervenção do Senador Aloizio Mercadante e o que propôs. Então, é importante que perseveremos e acreditemos em uma saída, sobretudo naquela que S. Ex^a indicou.

Desse modo, por termos divisões na Bancada, vou abrir a questão. Votarei favoravelmente, mas a questão é aberta no PMDB.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, encaminho favoravelmente em nome da Bancada do PT e do Bloco de apoio. Portanto, o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O PT vota “sim”.

(Continua em votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa, do PTB.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, quero reiterar o meu apelo às Sr^{as} e Srs. Senadores: como falou a Senadora Heloisa Helena, muitos Senadores, aqui, sequer têm conhecimento real dessa situação.

Chega, de última hora, uma medida provisória na qual se tem que votar de qualquer jeito, porque se sabe que hoje ela perde a sua eficácia.

Ora, os Estados passaram dez meses recebendo essa compensação em um critério. Agora, chega uma medida provisória como essa e, de última hora, teremos que mudar esse critério. Não foi combinado; não houve acordo sobre isso e o que estamos fazendo, mais uma vez, é manter uma injustiça para com os Estados que produzem neste País. Estamos massacrando os Estados produtores, inviabilizando a geração de emprego e renda dos Estados que mais produzem. Essa verdade tem que ser dita aqui.

Por isso, mais uma vez, reitero o meu apelo às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores no sentido de não cometermos essa injustiça com aqueles que produzem. Que possamos dar essa pequena compensação aos Estados que estão produzindo para este País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Eduardo Azeredo, tem V. Ex^a a palavra, pelo PSDB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PSDB encaminha o voto “sim”, conforme o acordo que o Líder Aloizio Mercadante colocou, ou seja, de chegarmos aos R\$6,5 bilhões, acrescentando os R\$200 milhões, se necessário. Que possamos rediscutir para o próximo ano o montante final, que hoje é de R\$900 milhões, e rever a regulamentação da Lei Kandir!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Relator *ad hoc*, registro o encaminhamento do voto favorável. Trata-se de uma medida provisória importante para o País, para se cumprirem os

entendimentos aqui feitos, inclusive quando da votação da reforma tributária, da qual fui o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)
Vou encerrar a votação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia, pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.

Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas quero reiterar que essa

medida provisória não é suficiente. Por isso, estamos nos propondo a discuti-la. Mas faço um apelo aos Srs. Senadores. Existe um projeto de lei complementar apresentado por mim na CAE que definitivamente resolve essa questão da compensação, priorizando os Estados que exportam e principalmente os que têm um saldo positivo na balança comercial.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vou encerrar a votação. (Pausa.)

Encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração*)

VOTAÇÃO NOMINAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 193, DE 2004

AUTORIZA A UNIÃO A PRESTAR AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR AS EXPORTAÇÕES DO PAÍS

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/11/2004

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 9/11/2004 17:49:26
Encerramento: 9/11/2004 18:02:27

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	ABST.
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	ABST.
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO
PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PMDB	RO	MÁRIO CALIXTO	SIM
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PFL	SE	RENILDO SANTANA	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 50
Votos NÃO : 07
Votos ABST. : 02
Total : 59



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e NÃO 7.

Houve duas abstenções.

Total: 59 votos.

Foi aprovada a medida provisória.

Votação, em globo, das Emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

Promulgo a Lei nº 10.966 e determino sua publicação no **Diário Oficial da União**.

É a seguinte a lei promulgada:

LEI Nº 10.966, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2004

Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 193, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica a União autorizada a entregar aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2004, o montante de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstas nesta lei.

Art. 2º O montante citado no art. 1º desta lei será entregue aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na razão de 1/12 (um doze avos) a cada mês, observado o atendimento ao disposto no art. 9º desta lei.

Parágrafo único. A parcela pertencente a cada estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal será proporcional aos coeficientes individuais de participação discriminados no Anexo desta lei.

Art. 3º Os recursos de que trata esta lei serão entregues no último dia útil de cada mês, observado o disposto no art. 11 desta lei.

Art. 4º Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75% (setenta e cinco por cento) e aos seus Municípios 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O rateio das parcelas dos Municípios obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de seus respectivos Estados, a serem aplicados no exercício de 2004.

Art. 5º Para a entrega dos recursos à unidade federada, a ser realizada por uma das formas previstas no art. 6º desta lei, serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurado no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

I – contraídas no Tesouro Nacional pela unidade federada, vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

II – contraídas pela unidade federada com garantia da União, inclusive dívida externa, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta; e

III – contraídas pela unidade federada nos demais entes da administração federal, direta e indireta, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso III deste artigo, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I – a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos, e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vencidos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos; e

II – a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo inciso III do **caput** deste artigo, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

Art. 6º Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do art. 5º desta lei, serão satisfeitos pela União pelas seguintes formas:

I – entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a 10 (dez) anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada com o Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

II – correspondente compensação.

Parágrafo único. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos do art. 5º desta lei, e liquidada na forma do inciso II deste artigo, serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

Art. 7º Caberá ao Ministério da Fazenda apurar o montante mensal a ser entregue aos Estados e aos seus Municípios.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda publicará no **Diário Oficial** da União, até 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para a efetiva entrega dos recursos, o resultado do cálculo do montante a ser entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 8º Para efeito de aplicação desta Lei, o Ministério da Fazenda definirá, em até 90 (noventa dias) a contar de sua publicação, as regras da prestação de informação pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento a que se refere o art. 155, § 2º, inciso X, alínea a, da Constituição Federal.

Art. 9º Após a definição das regras de prestação de informações mencionadas no art. 8º desta Lei, os Estados e o Distrito Federal terão 60 (sessenta) dias para encaminhar ao Ministério da Fazenda os correspondentes demonstrativos.

Parágrafo único. O ente federado que não enviar os demonstrativos referidos no **caput** deste artigo ficará sujeito à suspensão do recebimento do auxílio de que trata esta lei.

Art. 10. A regularização do envio dos demonstrativos de que trata o art. 9º desta lei permitirá o recebimento dos recursos no mês imediatamente posterior, observado o disposto no art. 3º desta lei.

Art. 11. Os recursos correspondentes aos duodécimos dos meses de janeiro ao mês de publicação desta lei serão entregues pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em até 10 (dez) dias contados da referida publicação.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o Ministério da Fazenda fica dispensado de observar o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 7º desta lei

para a publicação do resultado do cálculo do montante a ser entregue aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 9 de novembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ANEXO

AC	0,2744%	PB	1,4302%
AL	4,3752%	PE	0,6902%
AM	3,2328%	PI	0,9683%
AP	0,9973%	PR	8,6683%
BA	4,4506%	RJ	2,3220%
CE	1,9816%	RN	1,9305%
DF	0,0496%	RO	1,1196%
ES	9,2782%	RR	0,2542%
GO	2,7487%	RS	7,5130%
MA	4,3531%	SC	7,5214%
MG	6,3221%	SE	0,2818%
MS	1,6964%	SP	3,5133%
MT	9,3948%	TO	0,7410%
PA	13,8914%	BR	100,0000%

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 194, DE 2004

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 194, de 2004, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), para os fins que especifica.*

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude da não deliberação da Medida Provisória nº 193, de 2004.

À Medida Provisória não foram oferecidas emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 13 de julho, tendo sido aprovada naquela Casa no dia 19 de outubro;

– o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se no dia 30 de agosto, e o de sessenta dias de vigência, no dia 14 de setembro, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 26 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes, porém, designo o nobre Senador Luiz Otávio, Relator revisor, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Apenas quero registrar o meu voto “sim” no que diz respeito ao item anterior da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Ata vai registrar o seu voto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, registro o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Ata vai registrar o voto “sim” do Senador Eduardo Suplicy na votação anterior.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero pelo menos corrigir em tempo que meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Ata vai registrar o seu voto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Peço que a Ata registre o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Senador Antonio Carlos Magalhães também vota “sim”.

Senador Luiz Otávio, tem V. Ex^a a palavra.

Estamos, agora, tratando do Item 2 da pauta.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 194, de 28 de junho de 2004, que “*abre crédito extraordinário, em favor de Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$900.000.000,00, para os fins que especifica*”.

O crédito permitirá a transferência de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, a título de auxílio financeiro, não previsto na Lei Orçamentária de 2004, com o objetivo de fomentar as exportações

do País, consoante os critérios, prazos e condições previstos na Medida Provisória nº 193, de 24 de junho de 2004.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 0162/2004/MP, o Governo Federal precisa, com urgência, viabilizar o repasse dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, pois uma eventual suspensão ou mesmo atraso poderá gerar enormes dificuldades aos entes subnacionais.

Não parece haver óbices constitucionais que se possam opor às providências dadas pela Medida Provisória nº 194/2004. A abertura do crédito extraordinário está amparada nas disposições do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal. De outra parte, são detectáveis os pressupostos de relevância e urgência.

A Medida Provisória nº 194/2004 demonstra-se adequada tanto do ponto de vista financeiro quanto do orçamentário e será viabilizada por meio da anulação de dotação da ação Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações – Fundo de Compensação de Exportações.

Quanto à forma de encaminhamento ao Congresso da Medida Provisória nº 194, cumpre assinalar que a Exposição de Motivos nº 0162/2004/MP supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, segundo o qual o texto de medida provisória há de ser encaminhado a este Poder, fazendo-se acompanhar da respectiva mensagem e do documento em que se exponha a motivação do ato.

O mérito na medida provisória sob análise encontra-se manifesto nas ações por ela albergadas.

Diante do exposto, e por considerar que a Medida Provisória nº 194, de 2004, atende aos pressupostos de relevância e urgência; encontra-se formulada em termos que não ilidem disposições constitucionais; manifesta evidentes méritos, o nosso voto é pela constitucionalidade, relevância e urgência da medida provisória e pela adequação orçamentária e financeira do crédito extraordinário, que, na verdade, é a complementação da Medida Provisória nº 193, que votamos há pouco, que foi relatada pela ilustre Senadora Roseana Sarney, do PFL do Maranhão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

É o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 1727, DE 2004

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 194, de 28 de junho de 2004, que abre

crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$900.000.000,00, para os fins que especifica.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I. Relatório

I.1. Da Medida Provisória

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 194, de 28 de junho de 2004, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$900.000.000,00, para os fins que especifica”.

O crédito permitirá a transferência de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, a título de auxílio financeiro, não previsto na Lei Orçamentária de 2004, com o objetivo de fomentar as exportações do País, consoante os critérios, prazos e condições previstos na Medida Provisória nº 193, de 24 de junho de 2004.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 0162/2004/MP, o Governo Federal precisa, com urgência, viabilizar o repasse dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, pois uma eventual suspensão ou mesmo atraso poderá gerar enormes dificuldades aos entes subnacionais.

I.2. Da Constitucionalidade

Não parece haver óbices constitucionais que se possam opor às providências dadas pela MP 194/2004. A abertura do crédito extraordinário está amparada nas disposições do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal. De outra parte, são detectáveis os pressupostos de relevância e urgência.

I.3. Da Adequação Financeira e Orçamentária

A MP 194/2004 demonstra-se adequada tanto do ponto de vista financeiro quanto do orçamentário, e será viabilizada por meio da anulação de dotação da ação Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações – Fundo de Compensação de Exportações.

I.4. Do Encaminhamento da MP 194/2004

Quanto à forma de encaminhamento da MP 194/2004 ao Congresso Nacional, cumpre assinalar

que a Exposição de Motivos nº 0162/2004/MP supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, segundo o qual o texto de medida provisória há de ser encaminhado a este Poder, fazendo-se acompanhar da respectiva mensagem e do documento em que se exponha a motivação do ato.

I.5 – Do Mérito

O mérito na medida provisória sob análise encontra-se manifesto nas ações por ela albergadas.

II. Voto

Diante do exposto, e por considerar que a Medida Provisória nº194, de 2004, atende aos pressupostos de relevância e urgência; encontra-se formulada em termos que não ilidem disposições constitucionais; manifesta evidentes méritos, o nosso voto é: I) pela constitucionalidade, relevância e urgência da medida provisória; II) pela adequação orçamentária e financeira do crédito extraordinário.

Plenário, 9 de novembro de 2004. – Senador **Luiz Otávio**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pareceres do Relator: Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), e do Relator revisor, Senador Luiz Otávio, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Aprovado, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória, em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República.

É a seguinte a matéria aprovada:

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GR	MOD	U	TE	VALOR
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA								900.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
10 845	0903 0426	TRANSFERENCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DAS EXPORTACOES - FUNDO DE COMPENSACAO DE EXPORTACOES						900.000.000
28 845	0903 0426 0001	TRANSFERENCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DAS EXPORTACOES - FUNDO DE COMPENSACAO DE EXPORTACOES - NACIONAL						900.000.000
								900.000.000
TOTAL - FISCAL								900.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								900.000.000

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 3:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 45, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória

nº 195, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 45, de 2004, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo para bloqueio temporário da recepção de programação inadequada e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 195, de 2004.*

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude da não deliberação da Medida Provisória nº 193, de 2004.

À Medida Provisória foram apresentadas 10 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 3, 4, 6, 7 e 8, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 30 de junho e não se instalou;
- a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 14 de julho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 19 de outubro;
- o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se no dia 31 de agosto, e o de sessenta dias de vigência, no dia 15 de setembro, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 26 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Designo o nobre Senador Tião Viana Relator revisor, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Exª e aos Líderes. Não há consenso no que diz respeito a matéria. Há grandes divergências. E a sua discussão, neste momento, levará a um debate inconseqüente, na minha avaliação. Gostaria que, inclusive, V. Exª consultasse o Líder do Governo nesse sentido, ou seja, com relação ao debate da matéria, para que pudéssemos fazer algo melhor ordenado. É a proposta que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pediria a V. Exª que solicitasse o adiamento da matéria, uma vez que, segundo o Regimento, já decorreram duas sessões para que houvesse consenso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Assim, Sr. Presidente, eu pediria, em nome do entendimento, o adiamento da discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de propor um entendimento para votarmos essa matéria, que é relativamente simples, sob o meu ponto de vista. A Câmara fez uma série de alterações. A nossa proposta, conforme sugeriu o Senador Tião Viana, é voltar ao texto original que foi editado pelo Governo, o que permitiria um acordo, com o compromisso de sustentá-lo na Câmara dos Deputados. Proponho que o votemos amanhã.

Peço ao Senador José Agripino, ao Senador Sérgio Guerra e aos demais Líderes que amanhã votemos, também, a reforma do Poder Judiciário. Concluiremos todo o trabalho – que tem a urgência constitucional da inovação – e entraremos na reforma do Poder Judiciário. Poderemos votá-la na quarta-feira e na quinta-feira, e concluiremos a votação dos destaques da reforma do Poder Judiciário. Foi um trabalho suprapartidário, do Senado Federal, de todos os Partidos. O Relator, Senador José Jorge, fez um excelente trabalho, promoveu um grande consenso.

Peço que nos sentemos para buscar um entendimento, de hoje para amanhã, sobre a medida provisória; depois nos encaminharemos para votar a reforma do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com o consenso das Lideranças, a matéria figurará na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN) – Sr. Presidente, gostaria de me manifestar com relação à proposta do Senador Aloizio Mercadante.

Votar as emendas do Judiciário é desejo do Relator, que é do meu Partido. Esse é o desejo do nosso Partido; não há nenhuma intenção de obstrução.

Quero apenas lembrar que o texto da Medida Provisória nº 195, que trata da introdução de um *chip* bloqueador de canais, é uma matéria polêmica. Na minha opinião, o projeto de lei de conversão é um desastre. A medida provisória contém imperfeições em seu texto. Trata-se de uma matéria que deve ser discutida com lucidez. Há divergências não só no PFL, mas também no PSDB, no PMDB, enfim, em diversos partidos.

Creio que é razoável transferir para amanhã a discussão. É preciso que se consultem os Líderes da Câmara para ver qual é o pensamento de S. Ex^{as} com relação a uma eventual derrubada do projeto de lei de conversão. S. Ex^{as} mantêm o texto original na Câmara, modificado pela eliminação das emendas apresentadas pelos Srs. Deputados? Vai-se aprovar o projeto de lei de conversão com tudo de autoritário nele contido? Então, há uma série de imperfeições que precisam ser resolvidas pela via do debate. É o que proponho: o debate lúcido, racional, razoável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A sugestão de V. Ex^a foi acolhida pela Mesa: a matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Acabo de ser informado de que meu nome não consta do painel da última votação, embora tenha sido um dos primeiros a votar. Apenas por questão de segurança, se isso realmente ocorreu, solicito que conste minha intenção de voto no sentido de acompanhar a Bancada do meu Partido.

Com relação ao item 3, quero fazer um apelo ao meu Líder, Senador José Agripino, a quem sigo: o de que não assuma nenhum compromisso nessa votação antes de ouvir o Partido, porque existe muita divergência, como S. Ex^a já afirmou. Penso que não se deve ter pressa nenhuma na votação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Está encerrada a Ordem do Dia.

Ficam adiados os seguintes itens da Ordem do Dia:

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 45, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 195, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 45, de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo para bloqueio temporário da recepção de programação inadequada e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 195, de 2004.

Relator revisor: Senador Tião Viana

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2004 (nº 3.476/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências*.

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, e de Educação.

– 5 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.136/2004 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003-Complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, que *acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*.

Pareceres sob nº 547 e 548, de 2004, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Sérgio Guerra, favorável, nos termos da Emenda nº 6 – CAE (Substitutivo), que apresenta.

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2002
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 819/2004 – art. 172, I, e do Requerimento nº 1.151/2004, art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar em Boa Vista – Capital do Estado de Roraima.

Dependendo de parecer da Comissão de Educação.

– 7 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2004
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.316/2004 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2004 (nº 2.399/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás e dá outras providências.*

Dependendo de parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, e de Assuntos Sociais.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos

termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1, DE 2003

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.*

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta.

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal.* (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município.)

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

– 11 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 102, DE 2002-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002 – Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem),

que *dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais*.

Parecer sob nº 561, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, reclassificando a matéria como projeto de lei complementar.

– 13 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2004

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal*.

– 14 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2004

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças e adolescentes).

– 15 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres, quando hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização).

– 16 –

MENSAGEM Nº 92, DE 2004

Votação, em turno único, da Mensagem nº 92, de 2004 (nº 365/2004, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 209, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Fernando Antônio da Câmara Freire*

para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene.

– 17 –

REQUERIMENTO Nº 437, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 437, de 2004, do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após ouvir o Líder José Agripino, gostaria de fazer um apelo para que todas as Lideranças partidárias que têm, de fato, divergências em relação à Medida Provisória nº 195 procurem fazer uma reflexão detalhada sobre a matéria, bem como conversar com as emissoras de comunicação do Brasil, e observar, com atenção, o que dizem as Leis nº 10.359, de 2001, e 10.672, de 2003, para que amanhã possamos ter uma votação a favor do bom senso e do entendimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, gostaria de fazer um apelo. O Presidente José Sarney convocou sessão extraordinária do Congresso Nacional para sexta-feira, às 16h, a fim de receber a visita do Presidente da República Popular da China. Trata-se de um horário não-usual. Por essa razão, gostaria de convidar as Sr^{as} e os Srs Senadores para que estejam presentes.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi, 4º Secretário.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Tem a palavra o Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer minhas as palavras do Senador Eduardo Suplicy. Como Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China,

convido os companheiros do Senado para estarem presentes à sessão extraordinária do Congresso Nacional destinada a homenagear o Presidente da China, em visita ao Brasil.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, havia-me inscrito para as comunicações inadiáveis, e o Presidente José Sarney acertou que eu falaria por cinco minutos. Gostaria que V. Ex^a me concedesse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A palavra está assegurada a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento em que o mundo inteiro volta os olhos para o Oriente Médio, não só em face dos conflitos lá existentes, mas principalmente em virtude do estado de saúde do grande líder e Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, pedi inscrição para prestar solidariedade ao povo palestino que reside no Brasil e a todos os palestinos de forma geral.

Estive hoje com o Embaixador da Palestina, o nosso ilustre Musa Amer Odeh, um dos Embaixadores por quem tenho grande amizade, e S. Ex^a estava em companhia de outro guerreiro da causa palestina, Farid Suwwan. Conversamos a respeito do estado de saúde do líder Yasser Arafat, que é gravíssimo. Até hoje, o hospital da Marinha – um dos principais da Europa, senão o melhor – não esclareceu ao mundo qual é a verdadeira doença do Presidente da Autoridade Palestina.

Ninguém até hoje sabe. Existem dúvidas sobre se o líder foi acometido por intoxicação alimentar ou medicamentosa, se sofreu algum processo de envenenamento ou se padece de doença não-esclarecida. Por certo, o hospital militar vai esclarecer ao mundo qual é a verdadeira causa da urgente hospitalização de Yasser Arafat. O mundo ainda não sabe o que está acontecendo.

Mas quero, desta tribuna, mais uma vez patentear minha solidariedade ao nosso querido Embaixador Musa Amer Odeh, a Farid Suwwan, aos integrantes da Embaixada da Palestina no Brasil, a todos os palestinos e aos descendentes de árabes em nosso País e dizer que estamos torcendo pela recuperação de um dos maiores líderes do mundo atual, que é o Presidente da autoridade palestina, Yasser Arafat. Gostaríamos, naturalmente, de conhecer as reais causas da doença que o acometeu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Com a palavra o Senador Sérgio Cabral, informando que a sessão se encerra às 18 horas e 30 minutos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ser bastante breve, até porque me comprometi com o Senador Demóstenes Torres, que em seguida ocupará esta tribuna.

Trato um assunto extremamente importante e que, de certa forma, tem afinidade com esse momento que o Senado vive, o desejo de votarmos imediatamente a reforma do Judiciário, tão desejada pela população brasileira.

A Revista **Exame** desta quinzena, publicação periódica voltada para o segmento econômico, para a atividade empresarial e produtiva, publica uma matéria muito positiva a respeito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, faz uma análise da inércia, das dificuldades, da morosidade e da burocracia da justiça no Estado de São Paulo. O título é “O Exemplo que vem do Rio”. E mostra, por meio de dados, o trabalho da Justiça do Estado, fazendo ver que a ligeireza e a eficiência na distribuição dos processos, nas decisões judiciais e nos trâmites dos processos fazem da Justiça do Estado do Rio de Janeiro uma referência para o Brasil.

Por conta da matéria da Revista **Exame**, chamando atenção para o exemplo do Estado do Rio de Janeiro, quero, antecedendo um grande advogado e jurista, o Senador Demóstenes Torres, ressaltar alguns dados importantes sobre a Justiça daquele Estado.

Em 2003, foram autuados 83.284 processos no Tribunal de Justiça do Estado;

Em 2003, foram julgados 83.498 processos, mais de 100% dos feitos autuados;

Em 2003, na Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foram autuados em 1^a Instância, incluindo todas as varas e juizados especiais, 916.610 processos (não incluídas execuções fiscais, precatórias, notificações, interpelações, justificações e protestos);

Em 2003, foram julgados mais de 712 mil processos em 1^a Instância (78% dos feitos autuados);

Em 2002, o volume de processos em andamento na Justiça do Estado do Rio de Janeiro era de mais de 3 milhões e 703 mil processos. Em 2003, o número de processos em andamento baixou para 2 milhões e 345 mil;

Tempo médio para julgamento em 2^a Instância: 140 dias;

Média de processos julgados por ano por Desembargador Cível: 656 processos (54 processos por mês).

Houve, inclusive, a instalação do Núcleo de Acompanhamento de Qualidade do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que criou o programa “Produtividade Solidária”, que institui mutirões para auxílio de órgãos com volume excessivo de processos.

Vale a pena ressaltar o papel da Escola da Magistratura na preparação dos futuros magistrados e no aprimoramento dos atuais magistrados.

A importância da Escola de Administração Judiciária e a importância da informatização do sistema: 100% dos processos em 1ª e 2ª Instâncias no Estado do Rio de Janeiro são informatizados.

Para se ter uma idéia, em 2003, a página da Internet do Tribunal de Justiça atingiu o patamar de mais de 164 milhões e 790 mil consultas.

Sr. Presidente, o que disse a Revista **Exame**, com o exemplo do Rio de Janeiro e com os números que apresento, tem uma causa: o compromisso dos que chefiaram e chefiam o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – neste momento, o Presidente do Tribunal é o Desembargador Miguel Pachá –, e a parceria entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário no Estado permitiram – já mencionei isso anteriormente – a criação, em 1996, do Fundo Estadual de Justiça, que foi regulamentado em 1999.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – O Rio de Janeiro é o único Estado da Federação em que as receitas provenientes das taxas judiciais vão diretamente para os cofres do referido Fundo, administrado pela própria Justiça. São mais de R\$200 milhões por ano, o que permite que o Presidente do Tribunal não fique de “pires na mão” solicitando ao Executivo, como ocorre no caso nacional, onde o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o do STJ precisam, permanentemente, solicitar repasse de recursos do Governo Federal, e em 90% dos casos nos Estados.

A causa é basicamente esta, independência orçamentária e administrativa. E o resultado positivo quem ganha é o povo do Estado que precisa de Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, como Líder, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: “O Brasil não tinha uma boa opção em 1964”, Leôncio Martins Rodrigues.

Quando ocorreu a crise política entre o ex-Ministro da Defesa, José Viegas, e o Comando do Exército, desta feita provocada pelo conteúdo redentor de nota assinada pelo General Francisco Albuquerque em resposta a publicação pelo **Correio Braziliense** de fotografia em que um preso político é exposto nu, não pude me manifestar nesta Tribuna, pois estava representando o Senado, na condição de observador, na quinquagésima nona Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Agora, a exoneração do Embaixador José Viegas devolve ao debate nacional a delicada questão da desclassificação dos documentos relativos ao Regime Militar. Antes de tratar do tema, gostaria de observar que o ex-Ministro José Viegas é um homem talhado na carreira diplomática, preparado para ocupar postos estratégicos, mas não tinha autoridade, e tornou-se natural a sua saída. Tanto que o ex-Ministro teve a decência e a grandeza de pedir para deixar o governo depois de uma tumultuada relação com as Forças Armadas.

Já a nomeação do Exm^o Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, um político conciliador de grande capacidade empresarial, traz a vantagem aparente de que o Palácio do Planalto estará estabelecendo comando ao transferir parte do poder originário da Presidência da República para a Pasta do Ministério da Defesa. Na verdade, o Governo do PT pode estar criando um pretexto para graves inconvenientes. Não acredito, por exemplo, que seja prudente à figura do Vice-Presidente dirigir o procedimento licitatório da compra das aeronaves de combate que vão reequipar a Força Aérea Brasileira. Destaco o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** do último sábado, que recorda frase do Vice-Presidente, quando da formação do primeiro Ministério do Governo Lula. O nome do Doutor José Alencar havia sido lembrado para a Pasta do Desenvolvimento e da Defesa. Na ocasião, descartou a possibilidade sob o irrefutável argumento: “imaginem o Presidente sendo obrigado a demitir o Vice”. Parece que as coisas mudaram e como justificou uma liderança do PT em nome do Palácio do Planalto: “O Ministro José Alencar é permanente”. Se for assim, o próximo passo será a conferência de poderes regenciais para determinadas figuras da República.

A liberação dos arquivos referentes ao regime militar tem sido tratada de maneira precária, na base da “embromoterapia”. Era curial que se esperasse que o Governo do Senhor Lula fosse tratar dessa questão de Estado com sinceridade e transparência. Não é o que está ocorrendo. Até a crise da fotografia, que trouxe à tona o caso Vladimir Herzog e culminou com a saída do Embaixador José Viegas, o Governo Lula fez o que estava ao seu alcance para chantagear a

sociedade com a tese de que abrir a documentação é obra de revanchismo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Senador Demóstenes Torres, são 18 horas e 30 minutos no relógio do Senado. Prorrogo a sessão por mais cinco minutos, para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em outras ocasiões, praticou a auto-enganação, como foi o caso da teatral expedição do Secretário Nacional dos Direitos Humanos, o Sr. Nilmário Miranda, este, verdadeiro rei do expediente simulado, em busca das ossadas em Xambioá, Tocantins, onde se deu a Guerrilha do Araguaia. No episódio, o “Doutor Direitos Humanos”, que parece não ter lido a obra **Ditadura Escancarada** do jornalista Elio Gaspari, teve o seu dia de “Eremildo, o idiota”. É sabido que os corpos dos combatentes do Partido Comunista do Brasil foram removidos dos cemitérios clandestinos e incinerados.

Ora, Sr. Presidente, hoje quem governa o Brasil é o lado derrotado pelo Regime de 1964, como os ex-guerrilheiros José Dirceu, Dilma Rousseff e José Genoíno, respectivamente o Ministro-Chefe da Casa Civil, a Ministra das Minas e Energia e o Presidente do Partido dos Trabalhadores. No final da década de 1970, fui membro do Comitê Goiano de Anistia e, com muita frequência, sou procurado pelas vítimas e familiares de presos políticos. Eu compreendo a decepção generalizada com a insistência do PT em manter a verdade sob custódia. Ao final, fica sempre sem resposta uma pergunta cheia de mágoa: “O que eles querem esconder?”

Definitivamente, não se pode “fulanizar” o debate e nem tornar obra do mexerico o passado das autoridades brasileiras. Não interessa acusar o Presidente José Genoíno de colaboracionista só porque ele foi preso no Araguaia sem dar um tiro; nem clarear os dez anos da clandestinidade do Ministro José Dirceu; e tampouco mencionar as regalias que o Senador Romeu Tuma proporcionou ao Presidente Lula quando ele era líder sindical e esteve preso na sede da Polícia Federal de São Paulo. O mais interessante é que todos são a favor de abrir os arquivos, mas, inexplicavelmente, há uma força inercial que contém os impulsos. Em junho do ano passado, o Governo Lula expôs o Deputado Federal do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh, um dos advogados mais notáveis de defesa das vítimas do regime militar, a uma situação desconfortável, quando a Advocacia Geral da União recorreu da decisão da Juíza Federal Solange Salgado, que determinou a abertura da documentação referente à Guerrilha do Araguaia.

Sr. Presidente, a crise militar trouxe a figura do Presidente da República ao centro da discórdia e, como é da personalidade do primeiro-mandatário, a conversa adquiriu contornos coloquiais, como revelou a colunista Tereza Cruvinel, no dia 28 de outubro, no jornal **O Globo**. De acordo com a jornalista, assim se manifestou o conspícuo Presidente Lula: “Isso não se resolve com um grito de lá ou um grito de cá”. O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, hermenêuta que é, decidiu estender o alcance da profunda definição presidencial e declarou, conforme reportagem publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**: “Estamos trabalhando neste assunto com determinação, mas com cautela, sem fazer marola, gritaria”. Assim sendo, o Dr. Márcio Thomaz Bastos pode acabar sendo confundido com o personagem de Lima Barreto, o “Genelício”, o “gênio do papelório”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das cruciais funções de qualquer governo é gerenciar as crises, mas a administração do PT é especialista em alimentá-las. As atitudes omissas do Palácio do Planalto no que se refere à liberação dos arquivos do regime militar são a causa das condutas exasperadas. O Governo, ao manter o estado de dúvida, ganha tempo, mas ajuda a ressuscitar o maniqueísmo que deflagrou o golpe de 1964, levou o Brasil à ditadura e que a sociedade não aceita até por uma questão de coerência. Não são contemporâneas as ideologias que antagonizaram, após o fim do Estado Novo, “os lacaios do imperialismo ianque e os títeres de Moscou”. Uma gente que, como se viu, não tinha compromisso com a Nação. Em 1964, o Brasil possuía duas alternativas políticas que necessariamente iriam instaurar um governo autoritário. A esquerda e a direita tinham em comum um profundo desprezo pela democracia. Uma amava a Rússia, Cuba, China entre outros e detestava os EUA, a outra só tinha olhos para a América e não podia ouvir a Balalaica; ambas, esquerda e direita, se esqueceram do Brasil.

Gostaria de fazer uma breve digressão para comentar o livro do Ministro da Educação, Tarso Genro, intitulado **Esquerda em Processo**. Pelo que a imprensa brasileira antecipou, a obra promete ser um novo manual de enquadramento da sociedade aos antigos dogmas do materialismo histórico. Em entrevista domingo no **Estadão**, o Ministro negou que tenha sido da sua lavra a idéia do Conselho Federal de Jornalismo, mas ficou confuso ao tentar explicar o que pretendia quando escreveu sobre a necessidade de um conselho. Já me desculpando pelo estilo literário do Ministro, cito suas palavras: para “regrar e vigiar as regras que permitam a liberdade de informação, o livre trânsito das opiniões, a obstrução de qualquer monopólio na área, bem como a elevação dos padrões éticos e culturais

dos meios de comunicação”. “Regrar e vigiar as regras” é o próprio “bienquadramento”. Assim sendo, parece que o que há mais atualizado na obra é o pensamento do proscrito ditador albanês Enver Hoxha.

Sr. Presidente, da mesma maneira que foi um despropósito o arroubo anticomunista da nota do Ministério do Exército, vai ficar falando rigorosamente sozinho quem pretender fazer da abertura dos arquivos a desmoralização das Forças Armadas. O vexame de ter praticado tortura por razões políticas faz parte do passado, e o acerto de contas foi feito quando o Presidente Figueiredo sancionou a Lei de Anistia, há exatamente 25 anos. O que se produziu de mais horrendo no seio das instituições militares e dos departamentos policiais não pode ser esquecido para que não se repita, mas é inaceitável qualquer tentativa de perseguir punições dentro do ordenamento penal. Os efeitos da Anistia são irretratáveis dentro da melhor tradição do Direito brasileiro.

As Forças Armadas, desde que deixaram o poder, têm prestado, apesar das migalhas de recursos, um trabalho exemplar de proteção do País. São inequívocas e substanciais as iniciativas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no sentido de garantir a estabilidade democrática. As três Forças estão encarregadas de ocupar a vanguarda do desenvolvimento do Brasil; prova é a competência da Marinha, por exemplo, no domínio da energia nuclear. Aliás, no momento em que o Brasil discute a inserção das Forças Armadas na política de segurança pública, não há o menor cabimento fomentar o retrocesso. Acredito que não existe e não haverá ambiente para que seja promovida espécie de gincana de execração das Forças Armadas, mesmo porque as instituições militares gozam da simpatia da imensa maioria da população brasileira.

A desclassificação dos documentos que tratam do período militar precisa ser feita com critério e deve atender a interesses determinados. As limitações devem passar pela classificação do conteúdo da documentação. Nos Estados Unidos, por exemplo, os documentos produzidos na gestão de um presidente são reunidos em um instituto, que leva o seu nome, e passam a ser liberados à consulta, condicionados ao cumprimento de determinado prazo, variando de acordo com o grau de reserva da informação. A legislação brasileira sobre a matéria é composta da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e a grande polêmica que há diz respeito ao Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece dispositivo inaceitável. Consoante o texto, o prazo de cinquenta anos para a desclassificação do conteúdo ultra-secreto pode ser renovado indefinidamente, de acordo com o interesse da segurança da sociedade e do Estado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Concedo um aparte ao ilustre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Demóstenes Torres, ouço atentamente V. Ex^a, bem como todo o País. A grande lição que o País já encontrou, que já lhe foi dada, é a de que ditadura nenhuma é boa. Está aí a literatura que pode atestar. Getúlio Vargas era um homem bom, mas o regime ditatorial não. Ficou, na minha geração, o terror à ditadura Vargas por meio de **Memórias do Cárcere**, de Graciliano Ramos. Agora, há uma ditadura militar que está querendo, por meio de documentos, infernizar a paz, a ordem e o progresso que um País deve ter. E isso também já foi dissecado tão bem por outro escritor, Elio Gaspari, em um conjunto de obras sérias, que documentam o terror que a Nação deve sentir, qualquer que seja a ditadura.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quatro volumes maravilhosos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sim, o trabalho de Elio Gaspari sobre a Ditadura. Quero crer que o País tem que se preocupar hoje é com o grande problema do desemprego e da violência. Na semana passada, estive na Argentina que está dando à América do Sul ensinamentos de civilização; o Chile também. Fernando Henrique, em sua última entrevista, advertiu o Lula. Cada Presidente tem uma missão: a dele foi combater a inflação, que era terrível; e a do Presidente Lula seria o desemprego, que é a causa maior da violência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador Mão Santa, V. Ex^a faz um aparte belíssimo, falando justamente do tema que vou tratar no próximo parágrafo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a liberação da documentação, principalmente em relação às vítimas e familiares da tortura, das mortes e desaparecimentos precisa ser feita não para promover reencontro com a história. Isso não existe. A sua função é de completar a instauração democrática e encerrar o assunto no âmbito das relações institucionais do Estado brasileiro. Realizado com critérios, o conhecimento da documentação do ciclo militar será sadio ao interesse nacional à medida que encerra as pendências guardadas pela confidencialidade das informações. O Brasil não precisa mais se expor a crises recorrentes causadas pelo passado. Eu tenho a plena certeza de que a providência vai fazer bem a todo mundo.

Interessa ao Governo Lula em razão do cumprimento de uma espécie de obrigação natural. O PT sempre perseguiu a abertura dos arquivos e não há melhor oportunidade. Interessa às Forças Armadas, posto que joga uma pá de cal em sentimentos de cul-

pa ou revanchistas. Interessa à sociedade uma vez que poderá remover mitos e sofismas. Interessa às vítimas da tortura, que certamente se sentirão justificadas. Aos pesquisadores, a documentação poderá oferecer subsídios necessários à correta compreensão do período, que sinceramente é envolto em muita inverdade bilateral.

Eu considero que não há nada mais ignominioso do que o aparelho estatal se prestar à prática da tortura. Agora, não considero correto quem se decidiu pelo enfrentamento armado e pela prática do terrorismo. Em qualquer circunstância, a conduta é tipicamente bandida. Eu acredito que a sabedoria desta Casa vai ser fundamental para que se encontre uma saída legislativa que contemple a complexidade da questão com maturidade, paciência e respeito às instituições.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de comentar que foi de uma falta completa de propósito o Excelentíssimo Senhor Presidente da República fazer uso do bordão criado pela Assessoria Especial de Relações Públicas do Governo do General Emílio Garrastazu Médici, em festa na quadra da Portela. Tão logo havia sido encerrada a Cúpula do Rio, o Presidente Lula, provavelmente enfadado do protocolo, “rumou” para Madureira, tirou a gravata, pôs um chapéu da Velha Guarda e sambou na cadência da passista Valéria Valenssa. No embalo do samba, e tendo à mesa Zeca Pagodinho, imaginou-se o dono da República do Rebolado e declarou: “Ninguém segura este País!” No calor da crise militar, o Presidente Lula afirmou que iria tratar as Forças Armadas com muito carinho. Nada mais prudente! Mas não precisava fazer apologia de um tempo em que se produziram os horrores, cuja documentação o seu Governo hesita em apresentar ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de assinalar, com grande alegria, a presença da SRA. Odete Lara, grande atriz do teatro e do cinema brasileiro, do diretor, ator e dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, do Teatro Oficina, que, com os Srs. Ricardo, Marcelo Drummond e outros grandes artistas brasileiros, alguns dos quais do Maranhão, estão visitando, neste instante, o Presidente José Sarney.

Ressalto que esses representantes do mundo cultural brasileiro foram hoje agraciados com a Ordem do Mérito Cultural pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro Gilberto Gil. Também registro a presença do caricaturista e desenhista, um dos mais

brilhantes da imprensa brasileira, que foi meu colega na **Folha de S. Paulo**, Angeli, criador de tantas obras, inclusive o *Chiclete com Banana* e outras de caricatura do gibi nacional.

Também gostaria de assinalar, Sr. Presidente, que, neste ano, a Ordem do Mérito Cultural foi destinada ao Embaixador Alberto da Costa e Silva, um dos maiores especialistas em estudo da África do Brasil, Arnaldo Angeli Filho, Arnaldo Carrilho, que foi um dos grandes cineastas brasileiros, responsável pelo Cinema Novo; o cantor e compositor Caetano Veloso; o Candombe do Povo do Açude – Serra do Cipó; as Ceguinhas de Campina Grande, que cantaram na cerimônia; a Companhia Barrica Teatro de Rua; o Cordão da Bola Preta; Danilo Miranda, que é responsável, há 21 anos, pelo Sesc de São Paulo, com um extraordinário conjunto de contribuições à cultura; o escritor Fernando Sabino, **in memorian**, autor de obras como **Encontro Marcado**, que foi tão significativa para a abertura de janelas e de consciência, juntamente com tantos outros, ao lado de **O Grande Mentecapto**, e obras importantes; Franco Fontana; Frans Krajcberg; Fundação Casa Grande; Memorial do Homem Cariri, Geraldo Sarno; Inezita Barroso, a grande cantora popular; João Donato, que inclusive tocou, no piano, a “Canção pela Paz”, que fez com Gilberto Gil; José Júlio Pereira Cordeiro Blanco; Lia de Itamaracá.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Tem que cantar, Suplicy. “Essa ciranda quem me deu foi Lia, que mora na Ilha de Itamaracá(...)”.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – A Senadora Heloísa Helena é uma ótima cantora. S. Ex^a deveria cantar mais aqui.

A Liz Calder; a Márcia Haydée; a Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaseau; a Vó Maria; Maurício de Sousa, o grande cartunista; movimento “Arte contra a Barbárie”; Odete Lara, nossa atriz, musa do cinema brasileiro, que fez filmes com Valter Hugo Cury e Norma Bengel, que se casou com Oduvaldo Viana Filho, o querido Vianinha; depois, com Antonio Carlos Fontoura. Foi a musa da Bossa Nova.

Ana Maria Magalhães fez o filme “Lara”, com base na vida de Odete Lara, tão belo! Olga Prager Coelho; Orlando Villas-Bôas, **in memorian**; Ozualdo Ribeiro Candeias; o arquiteto Paulo Mendes da Rocha; o ator Paulo José; Edson Arantes do Nascimento, Pelé, que lá estava também sendo homenageado, abrilhantando essa cerimônia; o Povo Panará; Pracatum – Escola Profissionalizante de Músicos; Projeto Dança Comunidade – Espetáculo “Samwaad – Rua do Encontro”; Pulsar Companhia de Dança; Rachel de Queiroz, **in memorian**; Renato Russo, **in memorian**; Teatro Oficina Uzyna Uzona, do José Celso Martinez Corrêa e demais

– eu próprio me sinto quase membro do Teatro Oficina; Walter Firmo; Wally Salomão, **in memorian**.

Enfim, cumprimento o Ministro Gilberto Gil, nosso querido Ministro da Cultura, por estar homenageando pessoas tão bem escolhidas, que fazem da cultura algo tão importante.

Senadora Heloísa Helena e Senador Pedro Simon, o Ministro Gilberto Gil tem dito coisas importantes, como, por exemplo, que a cultura é algo tão ou mais importante que a educação. A cultura transforma as pessoas.

Sr. Presidente, sei que estamos preocupando o Dr. Raimundo Carreiro: “Imagine! Trazer o José Celso aqui sem paletó e gravata”. Mas como é que eu iria pedir ao José Celso, ao Angeli, ao Ricardo e ao Maurício para vestirem paletó e gravatá? Eles estavam no Teatro Oficina.

Sr. Presidente Senador Sérgio Zambiasi, no Teatro Oficina, V. Exª poderá assistir à peça **Os Sertões**. Primeiramente, a terra; depois, o homem – a primeira e a segunda partes; por último, a luta. V. Exª sairá de lá dizendo como todos: “Iól!” (Palmas.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também está presente a SRA. Mônica Dallari, que, por razão especial, hoje se encontra aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ela é a namorada do nosso querido Senador Eduardo Suplicy.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres e, posteriormente, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveito este momento para fazer uma homenagem também ao nosso querido Senador Eduardo Suplicy, que, com certeza, é um dos Senadores mais expressivos desta Casa. S. Exª tem uma grande história no Senado, e todos nós temos muito afeto por essa figura simpática, magnífica e que engrandece muito o Parlamento brasileiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Após cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de homenagear esses verdadeiros ícones da cultura nacional.

Parabéns ao Ministro Gilberto Gil!

Vejo, neste plenário, o nosso querido José Celso Martinez, que foi empastelado como Rei da Vela. Lembro-me de que eu falava justamente sobre a ditadura militar, sobre esse período negro da história do Brasil quando ele entrou neste plenário.

Homenageio também a nossa queridíssima Odete Lara, magnífica musa da Bossa Nova, que tem uma expressão muito grande na cultura brasileira; o cartunista Angeli, que é esse cartunista, esse humorista fantástico, e a todos que aqui se fazem presentes.

Perderei a oportunidade ao deixar de citar algumas pessoas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Naná, irmã do José Celso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Homenageio todas as Srªs e os Srs. nessa pessoa extraordinária que é o nosso queridíssimo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E a Senadora Heloísa Helena passará a fazer parte do elenco do Teatro Oficina no próximo **Os Sertões**.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, a primeira...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço permissão ao Senador Heráclito Fortes, porque hoje quebramos todas as regras da Casa. O Senador Sérgio Zambiasi está ali atento para garantir o cumprimento ao Regimento, como também o Carreiro, nosso Senador **ad hoc**, a Claudinha e todos os outros funcionários e Senadores da Casa.

É evidente que não posso aceitar o convite para manter a eficiência, a presença das pessoas na peça. Eu vou assistir a ela, mas, se eu estiver lá como parte do elenco, com certeza as pessoas deixarão de ir, porque não tenho talento. Infelizmente, Deus não me deu esse talento maravilhoso. Emoção eu tenho muita!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vai virar o novo ensaio geral do carnaval do povo!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar a esta homenagem improvisada e comandada pelo Senador Eduardo Suplicy.

Quero dirigir o primeiro voto de congratulações à Professora Mônica Dallari por ter conseguido destravar o Senador Eduardo Suplicy. Lamento, Senador Eduardo Suplicy, que esse destrave não tenha sido no vigor da sua juventude, porque tenho certeza que a sua veia artística teria feito tanto sucesso no Brasil como V. Exª consegue fazer como este grande Senador da República que é. Antes tarde do que nunca! Aproveito esta homenagem espontânea e descontra-

ida para me associar a esta homenagem que presta aos agraciados hoje.

Tive a felicidade de ver que entre eles há um conterrâneo piauiense, Alberto Costa e Silva, grande diplomata e escritor, que vem mostrando ao Brasil as nossas relações iniciais com a África, seguindo inclusive o talento de seu pai, o velho Da Costa e Silva, que me ensinou a amar o rio Parnaíba, que me une ao Maranhão.

Eu gostaria que os agraciados...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E ele estava lá presente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...de hoje, no ano que vem, além das medalhas, recebessem também os incentivos para darem prosseguimento ao trabalho.

Ouvi uma coisa que me entristeceu muito. Saiu exatamente de uma das musas do teatro brasileiro: Tonia Carrero, que declarou, há pouco, no Cafezinho, que, no fim da vida, pela primeira vez, se viu desempregada.

É a falta não de incentivo, mas da aplicação correta dos incentivos. Creio que é o momento, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a, que tem sido aqui o pai das causas perdidas, é hora de abraçar mais essa e fazer com que a homenagem de hoje, de grande significado, seja transformada também em estímulo e incentivo ao teatro brasileiro, que tem talento para dar, para vender e para exportar. Precisa apenas de uma pequena ajuda. Talvez isso seja o começo. (Palmas).

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento em que temos a grata felicidade de transformar o Senado em uma telúria com a presença de tantos artistas, na verdade temos que felicitar o nosso Senador Eduardo Suplicy. Ele realmente é uma pessoa extraordinária. Diz bem o nosso Senador.

Ao felicitar o Suplicy, podemos começar pela Mônica, pelo que fez, pela demonstração que deu. Vemos, não de agora, mas de uns tempos para cá, que o Suplicy é outro. Ele tem esse sorriso de felicidade, de alegria, que o amor permite.

O Suplicy foi um dos primeiros homens que, neste País, lutaram por democracia e liberdade, que criaram o PT. Na hora mais difícil, sozinho, nesta Casa, ele representava o PT. Agora, traz estas pessoas, a Odete Lara, o José Celso Martinez, mulheres e homens que representam, realmente, a nossa cultura.

Que bom dizer que, no Governo do Lula, quem imaginava, o seu Ministro da Cultura talvez seja a pessoa mais expressiva e de maior representatividade popular. Não há dúvida de que, pela sua pureza, pela sua sinceridade, mostra que o homem intelectual, da música, da dança, o homem do povo sabe ocupar uma Secretaria de Cultura melhor do que qualquer imortal, qualquer superintelectual, vencendo o homem espetacular. Que bom que ele esteja dando, como fez hoje, esses prêmios, que são mais do que justiça tardia e que, como muito bem disse o nosso querido companheiro, deveriam vir acompanhados de uma colaboração para que esses artistas pudessem avançar, desenvolver-se e progredir.

Estamos caminhando para um mundo novo e tenho certeza de que, por intermédio do Ministério da Cultura e da nossa beleza cultural, o Rio Grande do Sul e o Brasil vivem, talvez, seu melhor momento, e nosso amigo Lula, quem diria, tem em Gilberto Gil seu grande Ministro, o que está realizando com mais competência o seu trabalho.

Meus cumprimentos, meu bravo Suplicy. (Palmas.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um registro pela preciosidade do que trata. Quero prestar uma homenagem muito especial ao Arizinho – Ariclenes –, brilhante artista.

Certa vez, Arizinho, perguntaram-me, já como Senadora, se quando criança eu pensava em ser alguma coisa. As pessoas sempre perguntam: “O que você pensava ser quando crescesse? Médica? Engenheira?” Nunca pensei nisso. Talvez por ser de família muito pobre, eu não me permitia ter um sonho grandioso de ser algo quando crescesse. Por isso, sempre agradeço a generosidade do povo de Alagoas. Lá, havia uma moda de que para tocar os tapetes azuis do Senado Federal a pessoa tinha que ser ou da cozinha do crime organizado, ou da varanda dos usineiros, lugares pelos quais não passei. No entanto, o povo de Alagoas, generosamente, concedeu-me a oportunidade de estar aqui. Quando me fizeram a pergunta, descobri, Senador Pedro Simon, que não pensava em ser nada. Eu não possuía um sonho grande. Para mim, era muito lindo – e talvez a única diversão de que dispúnhamos – ir ao circo. Ficávamos assistindo àqueles espetáculos maravilhosos, aos trapezistas e suas estripulias. Então, talvez a única coisa que eu

pudesse ter pensado fosse justamente ser capaz de dar um pulo lindo daqueles.

Parabéns a você, Arizinho!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Veio para o Senado, que tem um pouco de circo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, porque o circo é muito respeitável. Respeito muito os trabalhadores do circo, por isso não posso compará-lo a esta desgraça aqui. (Risos.)

Claro que não estou falando de Simon, que é do meu coração, e de todos que estão aqui também. Não é isso.

Aliás, uma vez, depois daquela fatídica reunião da Liderança do PT, quando se estava armando meu tribunal do Santo Ofício – que, tal qual o outro, de santo nada tinha –, e Suplicy, sempre generoso, na essência um democrata, dei até a declaração de que só não considerava aquela reunião uma palhaçada porque eu respeitava muito o trabalhador do circo. Acabei recebendo, inclusive, uma cartinha muito bonitinha, muito generosa, dos trabalhadores do circo, agradecendo.

Portanto, Arizinho, a homenagem toda especial que esta Casa faz a você, e que seus anjos da guarda o protejam muito para que um dia você possa vir para cá. Nós nem estaremos mais aqui, estaremos debaixo da terra – eu no céu, no exército dos guerreiros celestiais.

Não, o Mercadante, não. Ele vai virar churrasco do diabo, porque a Bíblia diz que ou você serve a Deus, ou ao dinheiro. Então, quem serve ao capital não poderá estar lá.

Espero que todas as crianças deste Brasil que possuam um talento muito especial tenham as oportunidades que você está tendo para brilhar no futuro, porque lugar de criança é assim também, é na escola, e brilhando, brilhando. Esse é o lugar das crianças.

Então, parabéns muito especiais para você.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Esta Presidência quer deixar absolutamente claro que a presença de pessoas com tamanha representatividade no mundo cultural é sempre muito bem-vinda.

Não é a primeira vez, seguramente, que o Regimento Interno é desobedecido. Temos o nosso grande guardião, por quem temos um grande respeito, nosso querido Carreiro, além dos que o acompanham. A sua função é nos alertar para o Regimento, mas é um privilégio receber Odete Lara e seus acompanhantes, dizendo-lhes que são muito bem-vindos.

Estamos muito felizes pelo privilegiado momento que esta Casa está vivendo. Agradeço a Deus a generosidade do Presidente José Sarney de me permitir dirigir o encerramento desta sessão, para viver este

momento histórico para a Casa, que é uma grande parceira da cultura brasileira.

Agradeço a presença de todos. Vou deixá-los à vontade com seu anfitrião, o Senador Eduardo Suplicy, cumprimentando-o pela sua extrema sensibilidade de nos proporcionar este momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Os Srs. Senadores Augusto Botelho, Mário Calixto, Mozarildo Cavalcanti e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 7 de novembro foi comemorado os 114 anos do Tribunal de Contas da União (TCU). O transcurso dessa data é oportunidade para que se homenageie essa mais que secular instituição, que vem sabendo renovar-se ao longo do tempo, e que tão importantes serviços presta ao País.

A relevância do Tribunal de Contas da União fortaleceu-se com as atribuições que recebeu da Constituição de 88. Seu desempenho vem assumindo um destaque crescente no panorama institucional nacional, graças à qualificação técnica de seus quadros e à orientação imprimida por seus sucessivos dirigentes.

O controle das contas públicas, do dinheiro federal aplicado nos mais variados programas, da eficácia das políticas de governo, todas essas são tarefas nobres, indispensáveis ao constante aperfeiçoamento que todos nós desejamos para nossas instituições governamentais. Mais que desejo, é exigência da sociedade.

Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União atualiza-se, constantemente, atento ao que melhor se faz no mundo em matéria de controle patrimonial e financeiro do Poder Público. Ao mesmo tempo, tem consciência da sua tradição histórica, cujas raízes mergulham no período colonial.

Raízes que remontam às Juntas das Fazendas das Capitanias, criadas em 1680; ao Conselho da Fazenda, criado em 1808, por Dom João VI; a um projeto de criação de um Tribunal de Contas, formulado em 1826, já depois da Independência. No Império, esse projeto não se concretizou, pois havia divergências quanto à idéia de se criar um órgão de controle independente do Executivo.

Com a República, por iniciativa do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, criou-se, finalmente, o Tribunal de Contas da União, em 7 de novembro de 1890. A Constituição Republicana de 1891 inscreveu-o em seu artigo 89.

A Constituição de 1988 ampliou substancialmente a sua jurisdição e competência, em relação às Constituições de 34, 37, 46 e 67. Agora, os poderes do TCU podem ser assim sintetizados: no auxílio ao Congresso Nacional, ele exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade; exerce, ainda, a fiscalização da aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Enfim, é o controle externo sobre o Executivo, exercido com autonomia.

Essa atribuição sintética do TCU desdobra-se em muitas, todas relevantes: apreciar as contas anuais do Presidente da República; julgar as contas dos administradores vinculados à União e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores; realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional; fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a Estados e a Municípios; prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas; aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos; fixar os coeficientes dos fundos de participação dos Estados e dos Municípios; apreciar representações apresentadas pelas Câmaras Municipais acerca de não-comunicação da liberação de recursos federais; apreciar representações apresentadas por licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica acerca de irregularidades na aplicação da Lei de Licitações e Contratos; apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades; exercer o controle da legalidade e legitimidade dos bens e rendas de autoridades e servidores públicos; e apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessões de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares. Isto, sem esgotar a relação completa das atribuições do TCU.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com sua ação de controle externo, o Tribunal de Contas da União exerce, em paralelo, sem dúvida, relevante ação pedagógica. Ao lado da ação disciplinadora vem o trabalho didático, possibilitando a disseminação das boas práticas de gestão. Pois não basta apontar o procedimento irregular, é preciso evitar que ele ocorra, indicando o caminho para o gerenciamento correto. Em ação preventiva, o TCU orienta sobre os melhores procedimentos administrativos, realizando cursos e seminários para os agentes públicos e distribuindo manuais e cartilhas para os ordenadores de despesa.

Sr. Presidente, é de interesse de qualquer governo, numa democracia, que seja exercido um controle efetivo sobre sua administração. Primeiro, para melhorar

o desempenho dos seus projetos políticos. Segundo, para evitar escândalos envolvendo os seus integrantes. A primeira preocupação se baseia no cálculo econômico de custos e benefícios, na vantagem de evitar o desvio ou a má aplicação de verbas. Assim, haverá mais recursos disponíveis para seus projetos.

Os cidadãos esperam de seus dirigentes eleitos, dos seus representantes e dos servidores públicos um comportamento correto, a serviço do bem público. Desvios e irregularidades, até mesmo economicamente pouco significativos, podem escandalizar os governados e acarretar desprestígio político ao governo. A integridade na política é um valor superior, critério de escolha dos governantes. De sua parte, o Legislativo, os parlamentos têm interesse fundamental na fiscalização sobre o Executivo, basicamente na aplicação dos tributos. Historicamente, parte freqüentemente dos parlamentos a iniciativa de criação de instrumentos e de órgãos de fiscalização sobre a administração pública.

Assim, a dinâmica da procura da virtude na atuação do Poder Público, reforçada pelas forças atuantes numa democracia, que tendem a promover a alternância de poder, a disputa eleitoral, tudo isso leva a que se constituam e se prestigiem órgãos de controle externo, de que o nosso Tribunal de Contas da União é um bom exemplo. Exemplo também da tendência histórica e internacional de fazer do órgão de controle externo um órgão despolitizado, instância de controle independente. Observada a evolução de nossas instituições e, particularmente, o permanente aperfeiçoamento de nosso Tribunal de Contas da União, constatamos que o Brasil, felizmente, vem trilhando esse caminho virtuoso.

Sr. Presidente, a trajetória do Tribunal de Contas da União é, nitidamente, de progresso e de evolução, principalmente depois da Constituição de 88. Transcorridos 114 anos de sua criação, vemos o TCU fortalecido, sua autonomia consolidada, sua eficácia em ascensão. Fica aqui minha homenagem ao Tribunal de Contas da União e meus votos de seu constante aperfeiçoamento institucional.

Muito obrigado!

O SR. MÁRIO CALIXTO (PMDB – RO. Sem Apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já foi dito que um homem é a soma de suas crenças. Eu, que cheguei a esta casa de leis vindo de um rincão do norte, que foi incorporado ao Brasil apenas pela força e determinação de nossa gente, acredito nos brasileiros.

Não posso crer, Sr. Presidente, que, ao povo ao qual foi dado trazer ao mundo riquezas como as que possui o meu Estado de Rondônia, riquezas como as que possui toda a Amazônia, possa caber um destino

menor, um futuro menor. Como cidadão, como homem de imprensa e como Senador da República, não tenho dúvidas. Se a dúvida, como disse Shakespeare, é “essa traidora, que nos faz perder o que poderíamos ganhar pelo simples medo de arriscar”, conclamo ao risco, sem medo e sem hesitação.

Não poderia ser outra a atitude de um homem que veio do povo, e que ainda representa, de sua tribuna na imprensa rondoniense, os anseios populares que são a orgulhosa marca de sua origem e formação. Trago comigo as mesmas marcas da injustiça e da perseguição que nele, o povo, também com grande clareza, identifico.

Por isso ocupo, hoje, esta outra tribuna, de onde falo em defesa do contingente dos meus concidadãos deserdados, cuja áspera condição de vida é necessário reconhecer, e em cujo socorro é necessário acudir, com o melhor de nossos esforços, seja contribuindo para o bom desempenho das ações compensatórias promovidas pelo Governo Federal, seja apoiando as iniciativas de amparo ao desenvolvimento nacional, para que esse desenvolvimento se dê de forma rápida, crescente e sustentada.

Entretanto, Sr. Presidente, novos obstáculos sempre nos surpreendem no caminho da construção de um melhor devir para os cidadãos de nosso País.

Publicou a jornalista Miriam Leitão, em sua coluna de **O Globo**, neste fim de semana, notícia de pesquisa feita com o segmento de investidores internacionais. Os resultados posicionam o Brasil em 17º lugar entre os países preferidos para investimento. Nosso País, que, no ano passado, num contexto de graves dificuldades econômicas, ocupava a 9ª posição, se vê agora recolhido – justo agora, em pleno desatar das amarras que constrangiam o desenvolvimento econômico – a uma classificação inferior.

O que explica, então, Sr. Presidente, notícia tão ruim? Como entender que, ultrapassados os primeiros momentos de desconfiança no governo do Presidente Lula, ultrapassadas as dificuldades iniciais de domar a inflação, de reduzir as taxas de juros e, enfim, de remover os obstáculos ao crescimento econômico, agora – finalmente, agora, quando crescemos a taxas superiores a tudo o que a economia do País pôde apresentar na última década e meia – somos vistos como menos interessantes aos olhos dos que manejam os recursos de investimento dos países mais ricos e afortunados?

Parte da resposta está na própria pesquisa; na ultrajante constatação de que somos, também aos olhos dos estrangeiros, um país dramaticamente desigual. E mais: entendem os investidores, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a “desigualdade na distribuição da renda”

é um obstáculo à atratividade econômica do Brasil. A desigualdade e as dívidas sociais do nosso País são, por si sós, fatores que limitam a formação de mercado interno e, portanto, o potencial dos investimentos estrangeiros diretos.

Fica claro, então, que a pobreza, no entendimento desses investidores, determinará a continuidade da pobreza. Que o mundo somente cederá ao Brasil os capitais de que necessita, quer seja para dinamizar o processo de crescimento, quer seja para tornar esse processo sustentável, se o próprio Brasil for capaz de se corrigir, se o próprio Brasil for capaz de diminuir os abismos de miséria, de fome e de diferenças sociais que hoje o dividem e o condenam.

Estava correto, portanto, mesmo se tivermos em mente apenas a lógica econômica, o Senhor Presidente da República, ao afirmar que, mais do que um comando de Justiça, as políticas de combate à fome e às desigualdades são um pressuposto do próprio desenvolvimento da Nação. O Programa Fome Zero, com a Bolsa Família, a Geração de Emprego e Renda, entre outras ações, é, assim, mais do que o resgate da desigualdade que moldou o Brasil do século XX; representa a garantia de que necessitamos, um salvo-conduto, para o País que desejamos construir no século XXI.

Tudo isso vem reforçar, Sr. Presidente, a necessidade de esta Casa atuar no sentido de contribuir, no inteiro limite de suas capacidades e de seus poderes, para minorar o quadro das desigualdades.

Peço, por esse motivo, a prestigiosa atenção dos meus Colegas do Senado para Projeto de Lei, de minha autoria, que entendo capaz de consubstanciar reforço significativo às iniciativas governamentais de combate às condições de miserabilidade.

É sabido por todos que os contratos de privatização do setor de telecomunicações resguardam, de forma até mesmo generosa, a sustentação econômica das operadoras de telefonia. As cláusulas de reposição das perdas inflacionárias, ao indexar os preços ao IGP-M, constituem, incontestavelmente, garantia suficiente para a manutenção do nível dos serviços, dos investimentos setoriais e do resultado das operadoras.

Reconhecer a importância dos investimentos estrangeiros nas telecomunicações e garantir aos investidores uma adequada remuneração pelos serviços prestados é de suma importância, até mesmo porque participam esses mesmos investimentos da construção do nosso processo de desenvolvimento.

Uma parcela das receitas auferidas pelas empresas de telecomunicação, entretanto, não guarda relação com os serviços prestados; não apresenta, portanto,

justificativa de apropriação por parte das operadoras. Trata-se dos percentuais relativos aos saldos não utilizados de serviços.

Esses saldos configuram-se, basicamente, a partir de duas situações. A primeira se dá quando o consumidor não utiliza o montante de ligações a que tem direito, a partir do pagamento da assinatura básica. Ou seja, ao pagar a assinatura básica, item obrigatório na estrutura de faturamento do setor de telefonia, o consumidor passa a ter à sua disposição um determinado montante de tempo de conversação. Se esse montante não é utilizado, em período de tempo equivalente ao período de medição do consumo, perde o assinante o direito de uso referente ao saldo não utilizado.

A segunda ocorrência a que me refiro se dá quando caduca o prazo de utilização dos créditos adquiridos para uso em telefones celulares pré-pagos. Como sabemos, Sr. Presidente, as operadoras de celulares pré-pagos devem ser regularmente informadas, pelo consumidor, acerca da compra e ativação de créditos, que são adquiridos pelos consumidores dos serviços em lojas das próprias operadoras ou nas Casas Lotéricas, créditos esses de validade determinada. Caso a utilização desses créditos não se dê, integralmente, no período de validade, perde o consumidor, da mesma forma, o direito a seu uso.

Apresenta-se, então, Sr^{as} e Srs. Senadores, a oportunidade de estabelecer, na forma recomendada pelo Projeto, a destinação do valor representado pelos saldos de créditos não utilizados para as ações definidas no Programa Fome Zero, sem caracterizar, por outro lado, prejuízo aos envolvidos.

Não haverá perdas para o público, uma vez que esses valores já vêm sendo regularmente cobrados, restando já absorvidos pelos usuários das operadoras. Não haverá perdas para as próprias operadoras, vez que os serviços não são efetivamente prestados, ficando mantidas, de toda forma, as garantias de sustentabilidade econômicas de seu negócio, representadas nas regras constantes da legislação específica e dos contratos de concessão de serviços públicos.

Os ganhos, Sr. Presidente, serão para a cidadania, uma vez redirecionados os recursos para apoio às iniciativas do Programa Fome Zero. Os ganhos, Sr. Presidente, serão para a esperança, único remédio que têm os miseráveis.

E o que somos nós, no Senado Federal, se não pudermos transformar a esperança passiva dos menos afortunados, essa esperança calcada na espera e no aguardo de dias melhores, em outro tipo de esperança, mais ativa, mais efetiva, baseada em condições superiores de intervenção sobre o próprio destino?

O que somos nós, os Senadores, se apenas aplaudimos os esforços da sociedade organizada, sem nos comprometermos naquilo que é o dever e apanágio do legislador: levar a justiça ao povo por meio da equilibrada distribuição de direitos e de deveres?

O que somos nós se iniciativas verdadeiramente transformadoras, tal como o conjunto de ações compreendidas no Programa Fome Zero, deixam de contar com recursos valiosos e legítimos por inação legislativa?

O que somos, enfim, se nos omitimos quando mesmo o mundo das grandes finanças internacionais nos cobra mais igualdade, como preço de sua atenção e de sua parceria?

Somos nós, também, Sr^{as} e Srs. Senadores, arautos da esperança e construtores do futuro, por mercê de uma delegação sagrada. Somos co-responsáveis pelo que o Brasil hoje apresenta ao mundo, em termos de injustiça social, mas também nos toca a responsabilidade de fazer com que tudo isso mude. Entendo que deve esta Casa, como tantas vezes o tem feito, ombrear os esforços do Governo Federal e da sociedade civil em prol do objetivo de superação das condições de pobreza e de miserabilidade.

Peço o apoio dos meus Pares ao Projeto, não importando que ele não tenha, isoladamente, o condão de reverter toda a fome e toda a miséria. Nada teria essa força. Estou certo, entretanto, de que ele poderá representar importante alavanca de transformação da realidade.

Como disse o presidente norte-americano Roosevelt: “faça o que pode, com o que tem, onde estiver”. Faço, no momento, aquilo que posso, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho apenas um mandato, concedido pelo bravo povo de Rondônia, e estou numa tribuna, de onde falo a uma Casa que tem, em sua história, dado mostras de grande sintonia com os anseios e as necessidades populares. Tenho a certeza de que não será em vão. Não faltará o Senado à esperança que nele depositam os deserdados e os despossuídos do Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: ocupo a Tribuna desta Casa para tratar de um dos mais importantes temas para nosso desenvolvimento econômico e social: as dificuldades por que passam as pequenas e microempresas brasileiras.

“Ambiente ainda inóspito às pequenas empresas” é o título, muito apropriado, de matéria elaborada por Marcelo Moreira e publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, em 12 de agosto de 2004, e que resume o

conjunto de dificuldades vividas por nossas pequenas e microempresas.

Muito já se falou sobre as pequenas e microempresas nacionais, sobre sua importância para a geração de emprego, renda e para a própria estabilidade social e econômica do País, muito se prometeu como solução, como incentivo e estímulo para esses empreendedores. No entanto, constatamos que, realmente, “o ambiente econômico brasileiro continua inóspito para a microempresa nacional”.

Anualmente, são registradas nas Juntas Comerciais cerca de 470 mil novas empresas, o que aparentemente é um sinal de vitalidade da nossa economia e a confirmação do elevado nível de empreendedorismo existente no Brasil.

Quando realizamos uma análise mais profunda e mais detida dessa situação, verificamos que as coisas são muito diferentes para as pequenas e microempresas.

O primeiro grande e grave problema é a elevadíssima taxa de mortalidade das pequenas e microempresas: 49,4% dessas empresas morrem antes de dois anos de funcionamento; 56,4% das microempresas são extintas antes de três anos de vida; e quase 60% morrem antes de completar quatro anos de funcionamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de algo da mais alta gravidade, de algo que merece uma reflexão profunda de todos quantos têm responsabilidade social e política, pois não podemos permitir que um dos mais importantes instrumentos para a inclusão social, para o crescimento de nossa economia, para a geração de empregos e renda seja destruído de forma tão violenta e perversa.

Não podemos tratar as pequenas e microempresas com a mesma ótica, com os mesmos métodos de avaliação das grandes empresas e corporações.

A grande empresa capitalista dispõe de instrumentos e mecanismos especiais que permitem grande acumulação de capital, em decorrência da própria dinâmica de desenvolvimento do processo da globalização, das inovações tecnológicas, das transformações das técnicas produtivas e de gerenciamento de recursos, do lançamento de novos produtos e serviços, da expansão da sua participação nos mercados locais e globais.

A grande empresa concentra capitais, reforça suas vantagens na competição com seu grande poder econômico e tecnológico, com maiores margens de lucro, com maior ritmo de acumulação de capital e de investimentos, elevando automaticamente o porte de seus empreendimentos e projetos.

Diferentemente, as pequenas e microempresas não dispõem de fontes de financiamento adequadas e suficientes para impulsionar suas atividades, para ampliar sua capacidade de produção ou para penetrar em mercados mais amplos: não podem investir em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nem contam com o apoio de grandes corporações financeiras.

Normalmente, as pequenas e microempresas sobrevivem com uma renda mínima, muitas vezes num arranjo familiar em que quase todos os membros da família trabalham diretamente na empresa: o rendimento é derivado muito mais do trabalho da família do que de um verdadeiro lucro empresarial.

Muitas vezes esses pequenos negócios são destruídos por grandes empresas, num sistema de concorrência em que praticamente desaparece o “raio de manobra” da pequena empresa, pois o *shopping center* não permite o desenvolvimento da pequena loja e a pequena confecção não tem condições de concorrer com a grande indústria de roupas, os grandes supermercados eliminam a possibilidade de concorrência do pequeno lojista.

As elevadas taxas de juros e a carga tributária asfixiante impossibilitam o desenvolvimento das pequenas empresas e, apesar dos anúncios oficiais de apoio ao microempresário, a situação continua muito difícil. Basta pensarmos na gravidade de uma taxa de mortalidade de 60%, em quatro anos, para nossas pequenas empresas.

Estudos realizados pelo Sebrae indicam que existem problemas gerenciais, falta de planejamento, insuficiência de capital de giro, elevado grau de endividamento e outras questões relacionadas com a técnica administrativa e capacidade gerencial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a gravidade dos problemas enfrentados pelas pequenas e microempresas exige uma postura mais ativa do setor público, que não pode relegar à própria sorte um grande número de pequenos empresários, que dedicam suas vidas, toda sua energia, e também de suas famílias, ao desenvolvimento de nossa economia, à geração de empregos e de renda.

Para a grande empresa capitalista, com fontes externas de financiamento e participações em conglomerados financeiros, fechar um empreendimento muitas vezes representa modernidade e aumento futuro dos níveis de lucratividade de seus negócios.

Para a pequena empresa, geralmente uma empresa familiar, o fechamento da empresa representa a falência de uma família, de pequenos fornecedores,

de alguns empregados, além de acarretar muitas dificuldades para pequenos municípios.

Por tudo isso, precisamos adotar uma nova postura, precisamos adotar políticas públicas que possam reverter esse quadro grave de mortalidade de pequenas e microempresas, tanto pelo grande mérito social desses empreendimentos como pelo futuro que representam como geradores de oportunidades de emprego e desenvolvimento da economia.

Deixo aqui meu apelo para que as autoridades governamentais, principalmente as autoridades da área fazendária e de planejamento, adotem políticas que contribuam decisivamente para reverter essa situação de crise de nossas pequenas e microempresas.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é detentor da maior reserva de água doce do mundo, seja ela superficial ou subterrânea. Levando-se em conta a diminuição progressiva das reservas mundiais desse bem, é de se esperar que a água se torne cada vez mais valiosa, fazendo com que nossas reservas sejam cobiçadas por outros países.

Sem dúvida, devemos encarar nosso potencial hídrico como uma grande oportunidade do ponto de vista econômico. Entretanto precisamos, *a priori*, nos preocupar com os problemas sociais advindos da má distribuição da água em nosso território – vide a seca no Nordeste – e com a crescente poluição que vitima os nossos rios.

A Constituição de 1988 já se ocupava de tais problemas ao prever a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o que implica a regulação da utilização dos rios, de forma a maximizar a alocação de água para o desenvolvimento do País, a evitar a poluição e o desperdício – para garantir água doce de boa qualidade e em quantidade suficiente à atual e às futuras gerações – e a assegurar os usos múltiplos dos recursos hídricos.

Com o objetivo de implantar tal sistema, foi criada, no ano 2000, a Agência Nacional de Águas (ANA), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. O atual diretor-presidente da ANA, Jerson Kelman, teve a gentileza de enviar-me o Relatório de Gestão 2003, onde são descritas as principais atividades da Agência no ano passado, visando ao cumprimento de sua missão institucional.

O ano de 2003 foi ímpar para a ANA. Cem profissionais, oriundos do primeiro concurso público realizado por uma agência reguladora, foram contratados.

Espero que tenha sido apenas o primeiro passo rumo à contratação de mais funcionários, que irão dotar o órgão do corpo técnico necessário ao bom desempenho de sua importante tarefa dentro do panorama institucional brasileiro.

Só um corpo de funcionários capacitados, e em bom número, será capaz de trazer à ANA o conhecimento técnico de que necessita; conhecimento, por exemplo, sobre o valor econômico da água para os diversos setores produtivos; sobre o valor social da água como direito humano básico; sobre o custo ambiental, social e econômico decorrente da ausência de tratamento de efluentes; e sobre os conflitos de interesses dos vários usuários dos reservatórios.

Enfim, é necessário valorizar a Agência, e a melhor forma de fazê-lo é dotá-la de pessoal competente e qualificado, que detenha o conhecimento sobre as indestrinçáveis relações entre crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental, três aspectos que devem caminhar juntos, em se tratando da exploração dos recursos hídricos nacionais.

Ainda no exercício de 2003, a ANA pôde planejar suas ações estratégicas de médio prazo, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual 2004-2007.

Além da implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, foram estabelecidos como objetivos setoriais da ANA: a promoção e melhoria da qualidade da água, com ênfase na despoluição de rios e bacias; a promoção da conservação e do uso racional dos recursos hídricos; e a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o Semi-Árido.

Merecem todo o destaque, pela sua enorme relevância, os programas desenvolvidos pela ANA. Um deles, o PROÁGUA-Gestão, se destina a fomentar e promover o uso da água no Semi-Árido brasileiro. Nesse contexto, destaca-se o projeto de construção de cisternas rurais, realizado em parceria com organizações da sociedade civil, e a prevenção de inundações, por intermédio da implantação de sistemas de alerta contra enchentes, envolvendo a integração com a Defesa Civil.

É muito gratificante constatar que a ANA não age tão-somente para minorar os efeitos da seca, mas também para prevenir as consequências do excesso de chuva. Importantíssimo, da mesma forma, é o tipo de ação: muito mais preventiva do que corretiva.

Outra iniciativa digna de relevo é o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), conhecido igualmente como “Programa de Compra de Esgoto Tratado”. O Programa é inovador, pois paga 50% dos

custos de investimento na construção das estações de tratamento de esgotos, mas apenas quando a estação entra em operação. Ademais, a liberação das parcelas está vinculada ao cumprimento de metas prefixadas de tratamento de esgotos.

O Prodes beneficia não só as entidades públicas, como também as privadas, criando atratividade econômica para uma atividade tão complexa quanto o tratamento de esgoto.

Inovadora e eficaz, a ANA vem firmando diversos projetos internacionais de cooperação técnica, ora com organizações multilaterais, ora com outros países por intermédio de acordos bilaterais.

Merece todo destaque o projeto firmado entre a ANA e a Unesco, financiado com recursos do Banco Mundial, no qual foram empenhados, em 2003, pouco mais de R\$2 milhões. Desde o início de sua implantação, esse programa vem promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico em recursos hídricos e a implantação de sistemas de gestão em bacias hidrográficas prioritárias, bem como a implantação de projetos de conservação e revitalização dessas bacias.

Acordos de cooperação técnica na gestão da água foram assinados entre Brasil e Marrocos, e entre Brasil e China. Sem desmerecer o primeiro, o acordo com a China pode trazer grandes benefícios para os dois países, uma vez que o país asiático detém um potencial hídrico invejável, contando com a maior hidrelétrica do mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País que detém a maior reserva de água doce do planeta precisa explorá-la da melhor maneira possível. É preciso considerar o aspecto econômico, segundo o qual a água representará, muito em breve, uma riqueza imensurável. Mas é necessário enxergar a realidade através de um prisma social, levando-se em conta que grande parte de nossa população ainda não tem acesso à água de qualidade.

O manejo racional dos recursos hídricos no Brasil passa, necessariamente, por um órgão regulador forte, com suficiente autonomia para regular o mercado, visando sempre ao bem maior da sociedade brasileira.

Esse órgão é a Agência Nacional de Águas, que une, em seus objetivos e ações, os aspectos econômicos e sociais, agregando, ainda, os fatores ambientais, intrínsecos à exploração dos recursos hídricos nos dias de hoje.

É preciso fortalecer a ANA, por intermédio da correta e suficiente alocação de recursos orçamentários, bem como da realização de concursos públicos,

que garantam a formação de um corpo técnico de excelência.

Fortalecer a ANA é a melhor forma de garantir ao País o bom e correto usufruto do seu enorme potencial hídrico. É aproveitar o potencial econômico, sem descuidar dos aspectos sociais e ambientais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, as matérias remanescentes da pauta de hoje.

ORDEM DO DIA ÀS 15h30

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 45, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 195, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 45, de 2004, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo para bloqueio temporário da recepção de programação inadequada e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 195, de 2004.*

Relator revisor: Senador Tião Viana

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2004 (nº 3.476/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.*

Pareceres pendentes de leitura das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação e dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 3 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130,
DE 2003-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 1.136/2004 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003-Complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, que *acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

Pareceres sob nºs 547 e 548, de 2004, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Sérgio Guerra, favorável, nos termos da Emenda nº 6 – CAE (Substitutivo), que apresenta.

– 4 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2002
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Requerimento nº 819/2004 – art. 172, I,
e do Requerimento nº 1.151/2004, art. 336, II,
do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar em Boa Vista – Capital do Estado de Roraima.*

Dependendo de parecer da Comissão de Educação.

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2004
(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 1.316/2004 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2004 (nº 2.399/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemode-*

rivados e Biotecnologia – Hemobrás e dá outras providências.

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, e de Assuntos Sociais.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1, DE 2003

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.*

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal.* (Excluindo dos bens

da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura*.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 10 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2002-
COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002 – Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais*.

Parecer sob nº 561, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, reclassificando a matéria como projeto de lei complementar.

– 11 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal*.

– 12 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual,

que *altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças e adolescentes).

– 13 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres, quando hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização).

– 14 –

MENSAGEM Nº 92, DE 2004

Votação, em turno único, da Mensagem nº 92, de 2004 (nº 365/2004, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 209, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Fernando Antônio da Câmara Freire* para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene.

– 15 –

REQUERIMENTO Nº 437, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 437, de 2004, do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 07 minutos.*)

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª REUNIÃO DE 2004
(ORDINÁRIA)**

**REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2004, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião de 2004 (Ordinária) do CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, realizada em 18 de outubro de 2004, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada à: **ITEM 1:** Homenagem às Rádios Públicas no Brasil, por ocasião dos 50 anos de morte de **Edgar Roquette Pinto**, um dos patronos da Radiodifusão e Radiofonia no Brasil; **ITEM 2:** Apresentação de Relatórios das Comissões de Trabalho: 01 – Comissão de Regionalização da Programação, 02 – Comissão de Tecnologia Digital, 03 – Comissão de Radiodifusão Comunitária, 04 – Comissão de TV a Cabo, 05 – Comissão de Concentração na Mídia; ; Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO – Presidente
Representante da Sociedade Civil
PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO
Representante das Empresas de Rádio
DANIEL KOSLOWSKY HERZ
Representante da Categoria Profissional dos Jornalistas
BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA
Representante da Categoria Profissional dos Artistas
ROBERTO WAGNER MONTEIRO
Representante das Empresas de Televisão
FERNANDO BITTENCOURT
Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
Representante da categoria profissional dos Radialistas
GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
Representante das Categorias Profissionais de Cinema e Vídeo
RICARDO MORETZSOHN
Representante da Sociedade Civil
MIGUEL CIPOLLA JR. (Suplente)
Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social
ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Suplente)
Representante da Categoria Profissional dos Radialistas
ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO (Suplente)
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo
ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Suplente)
Representante da Sociedade Civil
SIDNEI BASILE (Suplente)
Representante das empresas de imprensa escrita
ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Suplente)
Representante da sociedade civil

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Boa-tarde. São 14 horas e 19 minutos do dia 18 de outubro de 2004, segunda-feira, sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, 10ª Reunião Ordinária do Conselho de Comunicação Social.

Comunico aos Srs. Conselheiros que não participarão da reunião, por motivos justificados, os Conselheiros Emanuel Soares Carneiro, Alberto Dines, Jorge da Cunha Lima e Jayme Sirotsky.

Lembro aos Srs. Conselheiros que as reuniões do Conselho são transmitidas, quando não ao vivo, às sextas-feiras às tardes e segunda-feira pela manhã, constam de publicação no **Diário Oficial** e ficam à disposição no **site** do Conselho.

Comunico o recebimento do Ofício do Secretário da Mesa que dá ciência de comunicação do Sr. Ministro das Comunicações a respeito de medidas para a implantação da TV Digital no Brasil, que encaminhou à Comissão de Tecnologia Digital, para oportuno pronunciamento.

Antes de fazer sua leitura, indago aos Srs. Conselheiros se há reparos a fazer à ata da última reunião. Não havendo reparos, eu a considero aprovada e autorizo a sua publicação.

É o seguinte o texto que me encaminhou o Jornalista Alberto Dines:

“Sr. Presidente José Paulo Cavalcanti, Sras e Srs. Conselheiros, Como, teoricamente, o meu mandato terminou em junho, aproveito esta reunião do Conselho de Comunicação Social, uma das últimas do ano, para apresentar as minhas despedidas formais ao bravo grupo de Conselheiros que aceitou a difícil tarefa de dar vida a este órgão.

Desnecessário lembrar o rol de vicissitudes que retardaram a criação do CCS ao longo de mais de uma década, as dificuldades para montar um órgão auxiliar do Congresso capaz de assessorá-lo em matéria de tamanha relevância política e as difíceis negociações que permitiram, afinal, a montagem do seu primeiro plenário.

Imperioso rememorar, porém, a cerimônia de instalação deste Conselho, com a presença do Presidente da Câmara Alta, o Senador Ramez Tebet, e a convocação feita aos Conselheiros que então empossava.

Embora discreta, sem pompa, a cerimônia conferiu dimensão ao órgão que nascia naquele momento, depois de tantas delongas. Essa dimensão contrasta dramaticamente com a desatenção, descaso, quase desleixo,

demonstrados agora pelas diferentes instâncias do Poder Legislativo, no tocante ao encerramento da primeira rodada de trabalhos e à substituição da primeira equipe de Conselheiros.

Passados quatro meses, um terço do ano, a sociedade brasileira e os próprios Parlamentares ainda não tomaram conhecimento do balanço de atividades do CCS e ignoram seus impasses estruturais e as soluções para superá-los. O pior de tudo é que nem a sociedade nem os seus representantes do Congresso estão acompanhando a escolha dos novos conselheiros.

Se, na montagem do primeiro grupo, a transparência foi substituída por um formidável esforço para a obtenção de um consenso partidário, desta vez não houve nem uma coisa nem outra. A anomalia transcende o protocolo e a esfera da comunicação social; desvenda uma negligência com os pequenos procedimentos que compõem a grande máquina republicana e democrática. Se os Constituintes de 1988 exigiram a criação de um Conselho de Comunicação Social e se este foi criado pelo Congresso em 2002, não faz sentido que, em 2004, apenas dois anos depois, este mesmo Congresso coloque-o no limbo.

Em função desse lapso, o CCS ficou à margem do mais intenso e mais profícuo debate em matéria de imprensa, jornalismo e comunicação social das últimas décadas, motivado pela proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo e da Ancinav.

Ouso dizer que a omissão foi providencial. Se essas matérias tivessem sido encaminhadas ao CCS, seu caráter controverso desvendaria para a sociedade brasileira a incapacidade desse órgão para auxiliar efetivamente os parlamentares, oferecendo-lhes subsídios técnicos desapaixonados a respeito dos prós e contras, conforme o disposto no art. 224 da Carta Magna.

Essa constatação obriga-me a relembrar outro episódio auspicioso quando da instalação do CCS. Refiro-me à decisão de escolher, por consenso, o seu presidente e vice-presidente. Tudo indicava que, apesar do contencioso potencial embutido numa estrutura baseada majoritariamente em representações corporativas, seria possível oferecer ao Congresso contribuições de largo espectro, não sectárias,

para ajudá-lo a tomar decisões políticas, já que seus membros têm legitimidade para tal.

Nesse clima consensual, o CCS encaminhou-se para o seu destino natural: o de converter-se num fórum nacional de comunicação social. Graças a esse espírito, digamos, forenses” e a despeito das naturais discordâncias, criou-se uma pauta permanente, onde incluiu-se, pela primeira vez na história do Congresso, o tema da concentração e da propriedade cruzada dos meios de comunicação.

Na condição de fórum, o CCS convocou especialistas oriundos de diferentes áreas e, com as suas intervenções, editou o livro “Concentração da Mídia”, o primeiro estudo produzido por um órgão público brasileiro sobre tão importante assunto.

A partir de um documento meramente positivo, sem confrontos nem quebras de braço, cumpriu-se plenamente a finalidade de auxiliar o Congresso a conscientizar-se para um problema de capital importância e futuramente tomar as decisões que lhe cabem na matéria. É exatamente isso que se espera num Conselho de Comunicação Social como o nosso, condicionado por limitações estruturais, porém perfeitamente apto a atender às necessidades identificadas pelo constituinte.

Sr. Presidente, meus amigos Conselheiros, junto com a minha afetuosa saudação, peço que aceitem essas breves considerações como contribuição para o aprimoramento do Conselho de Comunicação Social, ao qual tive a honra de servir na etapa inicial e nas seguintes, como seu atento observador.

Alberto Dines.

São Paulo, 18-10-2004”

Havia insistido para que o Jornalista Alberto Dines, amigo queridíssimo, viesse aqui hoje. Ele não veio, pois passou noites em claro e tem que estar amanhã no Rio. Tanto que essa carta é de hoje.

Lamento muito. O Dines é um nome que honra o jornalismo brasileiro e honrou, em nível máximo, este Conselho.

Assim como o jornalista se despede do Conselho, penso que interpreto este órgão ao retribuir a saudação, dizendo que o Conselho se sente honrado por ter contado com uma pessoa com as qualificações profissionais e éticas do Jornalista Alberto Dines.

Passo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente,

quanto a essa correspondência do nosso Alberto Dines, que reflete um certo estado de alma sobre, quem sabe, alguma decepção dele, no que diz respeito aos resultados do nosso trabalho por mais de dois anos, penso que algo parecido ocorreu também com o Conselheiro Carlos Chagas. E, sem ser pessimista, mas talvez realista, entendo que o nosso trabalho, nesses quase três anos, por mil motivos, não foi positivo à altura do que almejávamos quando assumimos este Conselho. As palavras do Conselheiro Alberto Dines devam ser refletidas por todos nós.

No findar dos mandatos dos primeiros Conselheiros, as palavras do Conselheiro Alberto Dines devem ser refletidas, porque, de minha parte, imagino que poderíamos ter feito mais. Eu me esforcei ao máximo; praticamente só faltei a uma reunião nesses três anos, porque estava em viagem ao exterior.

Mesmo assim, sinto que, apesar dos esforços de todos nós, trabalhamos aquém do que queríamos.

Então, finalizo dizendo que o Conselho que vier a se instalar proximaamente deverá refletir bastante sobre o que o Conselheiro escreveu nesse ofício, bem como sobre as palavras que o Conselheiro Carlos Chaves às vezes falava aqui conosco, de uma certa desesperança sobre a efetividade de nosso trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Roberto Wagner.

Passo a palavra ao companheiro Daniel Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, boa tarde.

Gostaria de registrar o reconhecimento ao trabalho do Conselheiro Alberto Dines, destacando que foi uma honra tê-lo como colega de Conselho.

O Conselheiro Alberto Dines sempre trouxe brilho e relevância às pautas e à abordagem dos temas trazidos por ele e demais matérias apreciadas pelo Conselho.

Lamento que o Conselheiro Alberto Dines esteja se despedindo neste período de prolongamento do mandato que nós estamos sofrendo, em função das dificuldades para a eleição da nova composição do Conselho, devido ao esgotamento do período legal de mandato.

Lamento ainda que a avaliação do Conselheiro Alberto Dines seja tão negativa em relação à atuação do Conselho, porque, embora vários aspectos levantados por ele de fato correspondam à realidade, creio que não temos o direito de reduzir a avaliação do Conselho a um conjunto de circunstâncias que marcaram a sua primeira composição.

No Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, nós sempre destacamos que a luta pela democratização da comunicação, nos dava uma única certeza: não teremos nunca um momento no qual definiremos como democratizada a situação da comunicação no País, porque o desenvolvimento da comunicação é recorrente à tecnologia, ao desenvolvimento do mercado, das condições e dos fatos sociais. Enfim, trata-se de uma atitude da sociedade que deve ser permanente em relação a uma área que é crítica para o conjunto das esferas da vida social, seja cultural, econômica ou política. Portanto, a luta pela democratização da comunicação é muito mais uma atitude da sociedade, que deve ser permanente, do que um conjunto ou um programa com objetivos específicos. As grandes mudanças que temos que enfrentar no sentido de fazer avançar a democratização no Brasil, antes de tudo, são uns processos culturais de amadurecimento das instituições, uns processos de amadurecimento do conjunto da compreensão dos diversos agentes sociais que atuam nessa área.

Portanto os problemas apontados pelo Conselheiro Alberto Dines, de fato, são procedentes, sejam as dificuldades de compreensão do papel do Conselho dentro do próprio Congresso, seja essa sensação, que foi referida também pelo Conselheiro Roberto Wagner, de que poderíamos ter feito mais e melhor.

Sem dúvida alguma, o Conselho correspondeu à inauguração de um espaço institucional inédito na sociedade, para tratar, junto ao Estado, neste segmento do Estado que é o Poder Legislativo, mais especificamente o Congresso Nacional, daquilo que até meados da década de 80 era tratado exclusivamente sob a forma decisiva nos gabinetes do Poder Executivo.

Tanto na esfera do Poder Executivo quanto no próprio Congresso se conseguiu dar mais visibilidade e criar um envolvimento mais sistemático de diversos setores sociais com as questões da área de comunicação, o que, sem dúvida, pode e deve ser atribuído ao Conselho.

Por isso, sem desconhecer essa contribuição final do Conselheiro Alberto Dines, com esse inventário de problemas e de vicissitudes que foram por ele apontados, destacamos também que não há muita surpresa em relação a isso. Essas circunstâncias e vicissitudes devem ser consideradas para que essa mudança cultural, que corresponde a um envolvimento direto da sociedade junto ao Estado para tratar das questões da comunicação, prossiga e amadureça.

Quanto, particularmente, a esses Conselheiros que vivem o desconforto de uma extensão de mandato, referenciada pelo próprio Congresso em função das dificuldades para proceder à eleição da nova compo-

sição, espero que prossigam com o empenho necessário para que se consolide essa experiência cultural, produzindo resultados no sentido de trazer para a área da comunicação a transparência e a participação da sociedade, que é absolutamente imprescindível para um segmento que exerce crescentes determinações sobre a cultura, sobre a política e sobre a economia do País.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do companheiro Daniel Herz.

Gostaria de dizer o seguinte: o Conselho não tem rosto ainda. Esses começos são sempre difíceis. Estamos vivendo o híbrido de um órgão que, no futuro, tenderá a ser gestor de conteúdo de informação, um pouco na linha de países que são próximos a nós, onde informação é importante demais para ficar nas mãos do Governo.

Então, assim como o Tribunal de Contas da União nasceu como órgão auxiliar do Congresso Nacional, este Conselho também nasceria tendendo a se institucionalizar. Ou acabará se tornando um espaço de convergência dos atores sociais, um espaço de debate onde os diversos entendimentos da sociedade se encontram para produzir a convergência ou explicitar as divergências.

É natural que as próprias limitações da lei que criou o Conselho levem a isso. Temos uma única atribuição, que é dar parecer em matéria da lei de TV a Cabo. No mais, somos um órgão auxiliar. E é difícil entender como a relação com o Congresso se opera.

Hoje de manhã, descobri que há um projeto em curso na Câmara para alterar a composição e o funcionamento do Conselho. Não pude trazer o texto, porque está bloqueado o sistema. Pedi ao Marcos que tire cópias.

Este é um vício antigo das elites brasileiras: pensar na ação antes de pensar na formação. Eles não conversam, não trocam opiniões com o Conselho, e já estão alterando a lei.

É o Projeto nº 3.575, de 2000. Hoje a Câmara está se mobilizando para alterar um Conselho que ele nem sabe como funciona.

Procurei, em nome do Conselho, muitas autoridades do Governo, sempre usando influências pessoais. Assim estive numerosas vezes com o Ministro da Justiça, o Ministro da Casa Civil, o Ministro das Comunicações, o Ministro Gushiken, na Anatel, até que, há duas reuniões, fizemos uma moção de que o Conselho fosse ao Presidente da Câmara, para externar sua preocupação com a votação da Lei de Imprensa. E, dessa vez, fiz um teste: eu não me envolvi pessoalmente; pedi audiência em nome do Conselho,

porque entendia que, dentro do processo normal, ela seria concedida. Faz dois meses, e o Conselho não consegue uma audiência com o Presidente da Câmara, mesmo esclarecendo no pedido que não levaria mais do que dois minutos. Era apenas para levar a mensagem do Conselho, a respeito da importância da Lei de Imprensa, convidando a Câmara a submetê-la à votação. Há dois meses, estamos esperando que a Câmara encontre um horário para receber o Conselho. Eu não me envolvi de propósito. E o Presidente da Câmara ainda não encontrou dois minutos de que precisávamos.

É complicado. Entendo perfeitamente isso, todo começo é assim mesmo. Pessoalmente, tenho a consciência tranqüila, pois nenhum assunto que algum Conselheiro tenha pedido para debater foi negado, nenhuma autoridade cuja manifestação se tenha requerido deixou de ser convidada. Nenhum dos senhores poderá se queixar de que alguma matéria deixou de ser posta em votação ou em debate por interferência nossa. O começo é difícil; depois as coisas vão melhorar. A prova disso é o extraordinário interesse demonstrado em relação à próxima composição do Conselho, com um volume de candidatos enorme.

Já comuniquei, em correspondência ao Presidente Sarney, que também não pretendo continuar, de forma que caberá aos senhores a tarefa de manter acesa a chama.

Convido para ter assento à Mesa o Dr. Orlando Guilhon, responsável pelo convite e por este evento; o Dr. Jozil Barros, do Jornal Diário de Pernambuco, de Recife, o jornal mais antigo da América Latina, como diz no seu frontispício; e a Dr^a Carmen Roquette Pinto, filha de Edgar Roquette Pinto. Tenham a honra de me acompanhar.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Conselheiro Orlando Guilhon.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Obrigado. Falei de forma sucinta, aproveitando a data, sobre os 50 anos do falecimento de Edgar Roquette Pinto, para prestar uma homenagem não só aos pioneiros da radiodifusão no Brasil, mas particularmente ao que nós chamamos, na cultura radiofônica brasileira, rádios públicas brasileiras que, tendo ou não origem em recursos estatais, exercem uma missão pública na nossa sociedade: comunicar cultura, educação, prestação de serviço e principalmente informação de qualidade à nossa sociedade.

Edgar Roquette Pinto é conhecido como um dos principais antropólogos do Brasil e considerado “o pai do rádio no País”.

Há uma polêmica em relação à primeira rádio brasileira. A Mesa descobriu hoje que a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi fundada formalmente em 1923, embora as primeiras experiências tenham ocorrido em 1922. Há registros de que, em Pernambuco, a Rádio Clube, do Recife, existe desde 1919, por isso a homenagem se estende aos fundadores da radiodifusão brasileira.

Roquette Pinto demonstrou grande interesse pelos meios de comunicação, especialmente pelo rádio do Brasil. Em situação embrionária no nosso País, Roquette previu imediatamente o seu uso como um difusor potencial da cultura popular e, em particular, da questão educacional.

Em 1923, como eu disse, foi fundada, finalmente, por Roquette Pinto e por Moritze, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Em 1934, ela se transformou em rádio municipal, conhecida na época como Rádio Roquette Pinto e, dois anos depois, diante da confusão de rádios comerciais que tinham uma capacidade de competição muito maior, Roquette toma a decisão histórica de entregar a antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Governo Federal.

Há um episódio que talvez, depois, a Dr^a Carmem possa esclarecer, porque o Governo Federal, na ocasião, não entendeu exatamente a medida emblemática que havia na entrega da rádio e pensou em utilizá-la como meio de propaganda oficial do então conhecido DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. E Roquette, na ocasião, fez questão de, junto ao Ministro Capanema, lembrar que não era bem esse o espírito da coisa, enfim, que ele não estava entregando a rádio ao Governo de uma forma genérica, mas particularmente ao Ministério da Educação, por entender que aquela rádio, como outras rádios públicas no Brasil, tinha uma missão institucional a cumprir, que divulgar mais amplamente a educação e a cultura brasileira.

Em função disso é que propusemos esta homenagem, resgatando o fato de que, atualmente, as rádios públicas do Brasil: a Radiobras, a Rádio MEC, a Rádio Cultura, a Rádio Inconfidência, em Minas Gerais, a Rádio Cultura, em São Paulo, a Rádio Cultura, no Rio Grande do Sul, a Rádio Educadora, em Salvador, e várias outras espalhadas pelo Brasil travam uma batalha diária, primeira, pela capacidade competitiva, no momento em que a tecnologia a cada dia apresenta novidades. Está aí a questão da digitalização não apenas da televisão, mas também do rádio no Brasil; prevê-se que, nos próximos dois, três ou quatro anos, as rádios brasileiras estarão, efetivamente, nessa área, já digitalizadas. Portanto, há um desafio para acompanhar esse desenvolvimento tecnológico. Essa, para rádios que muitas vezes não têm recursos, sobrevivem

com muitas dificuldades, é uma tarefa realmente difícil de cumprir. E também manter vivo esse espírito do Roquette, essa missão que ele desenvolveu desde 1923 até 1936, quando entregou ao Governo brasileiro aquela antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que depois se transformou na Rádio Ministério da Educação, Rádio MEC, como é conhecida hoje. Embora institucionalmente não pertença mais ao Ministério da Educação, é uma rádio pública no sentido mais literal do termo. Roquette, em 1923, cunhou uma frase muito bonita – não me lembro exatamente os termos – “aos que geram o progresso da nossa terra”, alguma coisa nesse sentido. Ele previa que o rádio poderia ser um instrumento potente na formação da cultura e da identidade nacional, como efetivamente foi.

Hoje, apesar do aparecimento da televisão, da internet, da multimídia, de forma geral, o rádio continua tendo um determinado papel, principalmente nos rincões da nossa terra onde, muitas vezes, o sinal da televisão ou o acesso, vamos dizer assim, à internet é muito residual.

Chamo a atenção para isso e para a importância das rádios públicas brasileiras, como as que citei: Radiobras, MEC, Cultura, Educadora, Inconfidência e a Rádio Acreana. Todas elas continuam lutando para desenvolver uma missão institucional que significa levar à população brasileira informação de qualidade, prestação de serviços, desenvolvimento da cultura nacional com um forte aspecto da regionalização, como o rádio, mais do que ninguém, consegue fazer neste país. Ao contrário do rumo que tomaram as grandes redes de televisão, que tendem, historicamente, a concentrar o seu processo de produção nas grandes capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, as rádios descentralizaram o processo de produção da notícia, da informação, da cultura e também da educação.

Por último, terminaria chamando a atenção para o desafio que é para a nossa sociedade, junto com o Congresso Nacional, buscar formas de sustentação financeira e orçamentária dessas rádios que precisam ganhar um caráter de autonomia cada vez maior com referência aos governos estaduais, municipais e até federais, sem perder a sua conotação de públicas. Elas não podem se transformar em rádios comerciais, porque têm uma outra lógica, mas precisam ganhar uma certa autonomia e capacidade de competitividade.

E o desafio está colocado, os exemplos são os mais variados, culturalmente falando, desde a famosa BBC londrina, passando pela Rádio Educação Mexicana, pela Rádio Nacional Espanhola, pela rádio francesa, pela rádio italiana e pelas experiências latino-americanas.

Está na hora de o Brasil abrir essa discussão sobre a forma de sustentação financeira não só das rádios, mas das televisões públicas também, como a TVE, a TV Cultura etc. Essas tevês e rádios prestam serviços culturais, educacionais e informativos à população fundamental, mas, para tanto, elas precisam ser competitivas; a qualidade tecnológica daquilo que vai ao ar, tanto sob o ponto de vista visual como radiofônico, precisa ser garantido pelos instrumentos e equipamentos de última geração que estão sendo produzidos a todo o momento no mercado. Não é justo que essa competição se dê em grau de desigualdade.

Era o que tinha a dizer.

Registro, em nome da Rádio MEC e da ARPUB – Associação de Rádios Públicas Brasileiras, recém-formada, que está reunindo todas as rádios públicas do Brasil, a minha homenagem sincera a Roquette Pinto e a todos os patronos e pioneiros da radiodifusão brasileira, em particular a Rádio Clube de Recife, que marcou presença na história da radiodifusão brasileira, quando, em 1919, registrou a existência da primeira sociedade de radiodifusão no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Orlando Guilhon e tenho o prazer de passar a palavra agora ao jornalista Joezil Barros, Superintendente do jornal **O Diário de Pernambuco**, que tem perto de 180 anos, não é Joezil?

O SR. JOEZIL BARROS – Em 2005, serão 180 anos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É Superintendente da Rádio Clube de Pernambuco. E um nome muito conhecido no Brasil, mas especialmente em Pernambuco e no Nordeste. Dirige uma grande cadeia de comunicação ligada aos Associados. Uma pessoa visivelmente comprometida com a democracia. E, portanto, tenho o prazer de passar-lhe a palavra.

O SR. JOEZIL BARROS – Meu caro Presidente José Paulo, Srs. Conselheiros, minha prezada Carmen Lúcia Roquette Pinto, na pessoa de quem me solidarizo com a justa homenagem que está sendo prestada ao Professor Edgar Roquette Pinto, como pioneiro na radiodifusão educativa do Brasil, meus senhores, talvez por ausência de informação ou certamente por falta de pesquisas mais diligentes, o pioneirismo do Professor Roquette Pinto na formação da radiodifusão brasileira está para a história do rádio da mesma forma que os irmãos Wright estão para a história da aviação, pois, assim como, para boa parte da humanidade, os americanos têm o crédito de terem sido os primeiros a voar com um aparelho mais pesado que

o ar, numerosas pessoas igualmente dão a Roquette Pinto o crédito de ter sido o pioneiro da radiodifusão no nosso País.

No entanto, em seu livro “O Rádio no Brasil”, o jornalista e pesquisador J. Alcides mostra que foi o contabilista português Augusto Joaquim Pereira quem, em 1919, instalou no Recife a primeira emissora de rádio do Brasil, a Rádio Clube de Pernambuco.

Apesar da óbvia falta de registro das primeiras transmissões, a Rádio Clube tem certidão de nascimento e paternidade conhecida, começando pelo edital de convocação, publicado no **Diário de Pernambuco**, quando foram convidados os amadores de telegrafia sem fio a comparecer à sede da Escola Superior de Eletricidade, no bairro recifense de Ponte d’Uchoa, no domingo, 6 de abril, de 1919, às 13h, para a fundação da Rádio Clube de Pernambuco, sob a presidência do contabilista e radioamador Augusto Pereira, secretariada a assembléia por Alexandre Borges.

No dia seguinte, o vespertino **Jornal do Recife** noticiava a fundação da emissora, que inicialmente era destinada aos amadores da telegrafia sem fio, uma vez que não existia o termo radiodifusão.

A atual Rádio Clube teve a sua fundação devidamente comunicada ao então Ministério da Viação e Obras do Governo Federal, ainda em 1919, e passou a operar, reunindo os aficcionados do rádio com os aparelhos receptores de radiotelefonia, aproveitando equipamentos importados.

De sua fundação até 1930, o prefixo da emissora foi SQIC. Em 1931, mudou para PRAP e, em 1936, passou para PRA-8, o que até hoje ainda é mantido.

Ainda, segundo J. Alcides, o engenheiro eletricista Oscar do B. Moreira Pinto se junta ao grupo entre 1920 e 1921 e passa a ser o diretor técnico da emissora que surgia, montando os receptores com os quais os associados da estação ouviam as transmissões, por meio de dos radiozinhos de cristal, equipamento artesanal de recepção formado por um fragmento de galena, sulfato de chumbo natural, ligado a uma antena por um arame fino. Rudimentares fones de ouvidos completavam o serviço, levando as transmissões aos ouvintes.

Nesta época, a Rádio Clube transmitia óperas, recitais e música clássica em geral, utilizando discos cedidos pelos seus associados. Somente a partir de 1923 o som da Rádio Clube pôde ser ouvido no centro da cidade e em alguns bairros periféricos, isso depois de ter sido adquirido um transmissor de 10 Watts.

Hoje, a emissora opera com um transmissor de 100 quilos e, desde 1952, pertence ao **Diário e Emissoras Associados**.

Ainda segundo o mesmo pesquisador, data de 20 de abril de 1923 a fundação pelo professor Roquette

Pinto da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a qual, treze anos depois, seria transformada na Rádio do Ministério da Educação, como foi dito aqui.

Com o apoio governamental, o Professor Roquette Pinto aproveitou os equipamentos trazidos para o Brasil pelas empresas norte-americanas Westinghouse e Westingeletric para a exposição comemorativa do primeiro centenário de independência, realizado no Rio de Janeiro. Com todos os méritos, ele se transformou no pioneiro da Rádio Educativa do Brasil.

Ainda segundo Renato Failante, que é pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e J. Alcides, o próprio Roquette Pinto jamais se arvorou pai do rádio. Pelo contrário, ao fundar a sua Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, reconheceu que a emissora recifense era a decana da sociedade brasileira de rádio.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho

– Representante da sociedade civil) – Tenho agora o prazer de passar a palavra a Dr^a Carmen Lúcia Roquette Pinto, professora universitária, especialista em tecnologia ambiental, trabalhando na área de energias alternativas e tratamentos de águas par processos biotecnológicos, essa jovem encantadora que tenho aqui ao meu lado e a quem, com muito prazer, passo a palavra.

A SRA. CARMEN LÚCIA ROQUETTE PINTO

– Em primeiro lugar, agradeço o convite, que muito me honra, e a todos os Conselheiros, E um prazer enorme estar aqui.

Esta homenagem, na realidade, é para o meu pai, mas também para todos os homens que pensaram o Brasil e o seu povo, na democratização da informação, como deve ter sido o caso dessa pessoa, também cheia de méritos, de Pernambuco. Isso só soma. Não é bem como os irmãos Wright. Creio que há uma soma que prestigia o Brasil, não é verdade?

Meu pai tinha muita preocupação com o homem brasileiro. Ele era um humanista. O homem, para ele, era realmente a coisa mais importante que existe na face da terra. E não podemos negar isso. Às vezes, nós nos esquecemos, mas sabemos que é assim.

O que o levou ao rádio foi a grande preocupação com a educação e justamente com a democratização da informação. Ele tinha essa preocupação com a educação muito acentuada, de levar o que fosse possível, em termos de cultura e educação, a todas as camadas brasileiras. Nunca se conformou com essa divisão enorme que, àquela época, já existia, dos excluídos. Então, ele queda realmente que isso fosse uma coisa que se pudesse acabar, que todos tivessem a mesma oportunidade.

Quando começou a possibilidade da radiodifusão, das ondas, ele vislumbrou imediatamente a grande ferramenta que era para satisfazer o seu ideal. Daí se voltou para o rádio.

Na realidade, ele se formou em Medicina, depois enveredou pela Antropologia, viajou com Rondon, razão pela qual tem um livro famoso de repercussão em Antropologia, que é um dos primeiros do Brasil, chamado “Rondônia”, que foi um levantamento. Hoje se chamaria Levantamento Ambiental. Foi um levantamento humanístico, etnográfico, etnológico e antropológico de toda a região onde Rondon foi botar o telégrafo. Ele acompanhou aquilo tudo e depois, junto com seus colegas do Museu Nacional...

Aliás, é uma coisa importante até de se dizer, porque, de fato, meu pai foi uma pessoa que sempre trabalhou em equipe, sempre soube que nada se faz sozinho. A equipe, o grupo é fundamental.

E, quando fundou a rádio, depois desse trabalho antropológico e tal, ele o fez em função da educação. E, com esse grupo de cientistas com quem ele já trabalhava e tinha fundado a Academia Brasileira de Ciências, inclusive o Moretzsohn, que era o Presidente, e outros amigos, os irmãos Osório de Almeida, que eram cientistas famosos, e mais alguns de quem não me lembro no momento, ele fundou a Rádio Sociedade, como já o nosso colega falou, aproveitando aquele equipamento.

Então, na realidade, o pioneirismo não foi só dele; está se vendo que também em Pernambuco houve esse grande passo. Sabemos da importância do rádio. Está certo, existe televisão, satélite, etc, mas sabemos que aquele radinho de pilha serve às populações carentes – pelos meus dados, eram 15 milhões; outro dia vi 12 milhões, então já melhorou um pouquinho – de brasileiros que não têm energia elétrica. A única maneira de eles se conectarem com o resto do Brasil e do mundo é aquele radinho. Sabemos que é de uma importância fundamental, além de permitir que se façam outras coisas: você pode passar roupa, lavar roupa e cuidar de criança ouvindo rádio, não é? A televisão já é um pouco mais elitista: você tem que se sentar para assisti-la.

Então, o rádio sempre terá seu grande papel de informação, de educação e de cultura.

Fico muito satisfeita por este momento, porque, na realidade, os valores do meu pai, da democratização da informação principalmente... Informação é poder, sabemos disso. No momento, isso está sendo muito valorizado, o que me agrada sobremodo, porque, durante muitos anos, isso foi, de cena maneira, esquecido.

Penso que estamos num momento importantíssimo e este Conselho é de suma importância. Foi um prazer enorme assistir um pouco do trabalho do Conselho. Percebo que, como tudo que começa, é muito difícil. Estamos dando os primeiros passos realmente na democracia. Ainda estamos indo. Temos que ter paciência, e os senhores são de uma importância fundamental, porque há naturalmente um vício, há o negócio de que o cachimbo faz a boca torta, um vício de achar que muita gente dando palpite atrapalha. E sabemos que não é bem assim; ao contrário, muitas cabeças sempre pensam melhor que uma só. É claro que a democracia dá mais trabalho, não é verdade? Uma pessoa resolve e faz, isso é mais simples aparentemente. Mas os resultados são caóticos.

Eu queria dizer que tenho grande prazer em estar aqui. Acho que este Conselho é de suma importância.

Eu só queria dizer mais uma coisa: meu pai, na realidade, foi um homem de ação, um empreendedor. Embora ele tivesse um problema bem grave, a partir dos 50 anos, para se mobilizar, porque ele tinha problema de coluna, ele nunca deixou de agir. Assim, o fazer é muito importante. Ele foi um homem de fazer. Ele se identificava como uma pessoa que tinha um grande prazer no movimento e no trabalho manual.

Acho isso de extrema importância para o Brasil, porque o trabalho manual, no Brasil, sempre lembrou a escravidão. As pessoas às vezes tinham até horror desse trabalho. Os senhores são jovens, mas eu, que sou mais velhota, me lembro de que havia um desprestígio muito grande no trabalho manual. Hoje, graças a Deus, essa situação já se modificou.

Portanto, grande prazer no movimento e no trabalho manual; grande curiosidade pela natureza – ele sempre foi uma pessoa muito ligada à natureza – e um pouco de amor aos livros. E claro que sabemos que não, porque ele sempre foi um estudioso. O que ele quis dizer foi o seguinte: o saber fechado, só dos livros, não adianta bulhufas! Na realidade, temos que pegar esse saber e aplicá-lo em soluções que melhorem a nossa vida e a do nosso povo.

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigada! (Palmas.)

Ah, sim! Vou ler uma frase dele, que o nosso amigo achou muito interessante – realmente é: “O rádio é o jornal de quem não sabe ler, é o mestre de quem não pode ir à escola, é o divertimento gratuito do pobre – como já falei – é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado”.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pergunto se alguém do Conselho gostaria de se manifestar.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Tenho uma curiosidade histórica. Não sei se a senhora se lembra do momento em que o seu pai, que era detentor de uma outorga de uma rádio, repassou-a para o Estado. Quando isso ocorreu? De que forma? E qual foi a razão pela qual seu pai abdicou do direito de ter uma rádio própria, portanto de ter a condução desse meio de comunicação? Qual a razão ou quais as razões que o moveram a repassar essa rádio para o estado?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Em 1936, D^a Carmen não era nem nascida!

A SRA. CARMEN LÚCIA ROQUETTE PINTO – Infelizmente, já era nascida, mas era muito pequeninha.

Eu tinha uma irmã mais velha, vinte anos mais velha que eu, que acompanhou todo esse período do meu pai. Eu realmente não acompanhei.

O Dr. Guilhon falou aqui nos motivos que o levaram a passar a rádio para o Governo. Na realidade, eles não fizeram a rádio para ganhar dinheiro. Eles fizeram a rádio com aquele ideal de divulgar a cultura, a educação. Inclusive eles tinham uma coisa que até hoje não se conseguiu no Brasil, que era a formação da educação à distância. Essa era uma bandeira deles e que até hoje está difícil.

Ninguém nunca se debruçou sobre a obra do meu pai. Isso nunca foi feito. Ele sempre foi muito elogiado, mas a obra em si era muito pouco estudada. Agora está sendo, graças ao MEC, a Rádio MEC, ao Museu Nacional, a Fiocruz. Está sendo feita uma série de homenagens a ele. Os estudiosos estão se debruçando sobre o que ele fez, para que se possa aproveitar dali coisas que ele já havia vislumbrado e até mesmo uma visão crítica.

Em 1936, não acompanhei isso, mas sei que era um grupo de cientistas, como falei: o Moretzsohn; os irmãos Osório de Almeida; Venâncio Filho, que foi um grande amigo dele, e muitos outros – cujos nomes, no momento, não estou me lembrando – que fizeram a rádio na realidade.

Esse trabalho foi feito por um grupo de idealistas, que provavelmente pouco entendiam de administração de empresas. Posso imaginar que isso não deve ter sido nada fácil para eles. Eles ainda foram tocando. No início, quando pensou em doar, ele e os seus amigos, naturalmente, a Rádio Sociedade, foi sempre

com esse intuito, de que o Governo poderia, digamos, alçar maiores vôos do que eles, que, com capacidade econômica e administrativa pequena, não poderiam ir muito adiante. Foi até interessante. Isso foi no tempo do Ministro Capanema, que, pelo que li, foi bastante progressista, apesar de um Governo meio ditatorial. Ele era bastante progressista e vislumbrou a importância do Rádio. Meu pai era muito amigo dele. E, conversando com o Capanema, ele disse que ele e os amigos tinham vontade de doar a Rádio por esses motivos que acabei de explicar.

Capanema, então, foi conversar, naturalmente, com as altas esferas e voltou dizendo a ele que tinha sido muito bem recebido a idéia, mas que o Governo gostaria que fosse doado ao Departamento de Imprensa e Propaganda, que era altamente reacionário, de censura, a antítese da liberdade de imprensa.

Meu pai disse que não, porque o meu pai era um democrata visceral. Nunca se interessou por política partidária, mas já nasceu democrata pela própria natureza, graças a Deus. Ele não aceitou de jeito nenhum e disse que doaria a Rádio para o povo e, então, ele escolheria a rádio, que, na época, era Ministério da Educação, Cultura e Saúde. Assim ele disse e assim foi aceito, porque ele não aceitaria, de jeito nenhum, por um instrumento de repressão. Isso foi uma coisa muito interessante, porque demonstra que essa preocupação cultural dele para a divulgação da cultura e da educação, da democratização da informação, já mostrava um sentido bastante aberto, democrático e refratário a soluções de prepotência.

Então, trinta e seis... Foi exatamente por isso que ele doou. Acho que respondi à sua pergunta, dentro do possível.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passo a palavra à Conselheira Assumpção Hernandes.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE – (Representante da sociedade civil) – Primeiro, cumprimento toda a representação desse esforço por implantar essa inovação no Brasil e gostaria de dizer que se Roquette Pinto precisasse ser homenageado pela questão da implantação da rádio, poderia ser por ter uma filha.

Se não fosse homenageado pela implantação, da forma como fez, enfim, com os princípios que ele aplicou à implantação de rádio no Brasil, ele deveria ser homenageado por ter tido uma filha como a D^a Carmen, que acho uma pessoa fantástica, com uma visão maravilhosa.

A SRA. CARMEN LÚCIA ROQUETTE PINTO – Imagina! Obra dele, não é?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Aliás, não dele apenas, não é, Dr^a Carmen?

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Tenho certeza de que ele está igualmente feliz pelas duas obras.

Queria apenas acrescentar, além de tudo que já foi e será dito pelos meus Colegas, uma particularidade. Na verdade, o rádio, hoje, não apenas atende aos distantes e às pessoas que não têm. Eu e muita gente que moramos no grande centro urbano e que passamos horas no trânsito congestionado fazemos do rádio a multiplicação do tempo, porque não adquirimos cultura, informação, além de ouvirmos músicas maravilhosas em rádios fantásticos. Então, o rádio continua sendo um bem, independentemente de estarmos em um grande centro urbano e com muita oportunidade, mas com tão pouco tempo, que o rádio resolve realmente tanto, inclusive para a empregada doméstica, que pode trabalhar e ouvir sua programação preferida. Do mesmo modo, ocorre com a diarista que, logo cedo liga o rádio na programação de que mais gosta.

A SRA. CARMEN LÚCIA ROOQUETTE PINTO – Até no Cooper nós utilizamos o rádio!

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Exatamente.

Então, é maravilhoso que tenhamos essa rádio. Mais lindo ainda é que a história esteja ligada a pessoas tão generosas e com essa visão de como a rádio foi implantada no Brasil. Temos a obrigação, nesse Conselho, de fazermos jus a esses pioneiros e mantermos a rádio, televisão e outras formas que surgirão de veiculação de conteúdo para alcançarmos os objetivos propostos pelos nossos pioneiros maravilhosos.

Muito obrigada por esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a Conselheira Assumpção.

Agora, como mediador, vou dar o direito de resposta ao companheiro Ricardo Moretzsohn que foi citado e tem o direito de se defender.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – A minha intenção, diante da agradável surpresa em tê-la aqui, era fazer uma menção exatamente no sentido de que não bastasse todos os méritos do seu pai, ainda deixar de herança essa filha. Mas já que pegaram a minha fala, nós não combinamos, mas... (risos.)

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Eu sou suplente.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Gostaria de me congratular com essa homenagem, evidentemente, em relação à radiodifusão, especialmente à pública, apenas fazer um pequeno comentário pegando um trecho da apresentação do Orlando Guilhon no sentido de que estamos, efetivamente, precisando nos preocupar com o financiamento das rádios públicas, por se tratar de algo que escutamos aqui e ali, eventualmente. Mas, evidentemente, parece não haver uma intenção, nem um projeto pensado, seja por parte do Governo, seja por parte de qualquer representação social de como fazer isso. Particularmente, não tenho a menor dúvida de que o fortalecimento da rádio pública, no Brasil, é algo de uma grandeza que talvez ainda não tenhamos essa dimensão apropriada em relação a isso.

Então, além das tevês públicas, penso que as rádios públicas, principalmente, têm um papel fundamental para grande parte da população brasileira. Temos que começar a fazer essa discussão, inclusive não sei se esta instância, o Conselho de Comunicação Social, poderia auxiliar nesse sentido. Já discutimos, eventualmente. No entanto, há uma certa estranheza – sabemos que não queremos uma rádio pública dependente da verba do Estado – em termos uma verba publicitária do Governo, que é colocada integralmente nas rádios e tevê comerciais, enfim, poderia haver um projeto do Governo no sentido de ajudar alavancar a forma de fortalecer a rádio pública.

Muito obrigado pela presença de todos, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Obrigado, Conselheiro Ricardo.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo dos Santos, que a solicitou.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para agradecer o Orlando pela idéia dessa homenagem simbólica, merecida e justa, e por estar entre nós a professora e pesquisadora Carmen Roquette Pinto, lembrando-me de seu pai, e de um quase-conterrâneo, que veio com essa informação da Rádio Clube de Pernambuco. Sou nordestino, mas moro no Rio quase a minha vida inteira. Nasci na Paraíba, em Pilõezinhos, perto de Guarabira. Então, fico honrado de o Nordeste ter sido... Mas isso, como a professora Carmen colocou, soma-se. Não há o menor problema nisso.

E dizer, Orlando, que esta é uma homenagem ao comunicador, ao radialista, ao trabalhador, àquele que não tinha televisão. O cinema iniciando os seus

passos no Brasil, mas o rádio é que cumpriu o papel de informar, de comunicar, de entreter, de divertir. As rádonovelas, não tenho essa idade, mas me lembro da minha mãe com o ouvido num rádio de madeira, aquele negócio enorme, curtindo as rádonovelas. Que papel o rádio teve no País, quão importante foi o seu papel!

Estendo essa homenagem, e penso que esse é o objetivo do Orlando Guilhon, ao comunicador brasileiro. Com todo respeito aos meus colegas, tenho de lembrar hoje, professora, o seu pai como antropólogo, que pensava no homem, no ser humano, na formação geral do homem. Hoje, temos um pouco do mesmo dilema dele à época, de democratizar a informação, de valorizar e apostar no ser humano. Refiro-me aos radiodifusores comunitários. Em alguns casos, há problemas – não vamos entrar aqui nesse mérito –, mas também têm hoje algumas metas e ideais, como o seu pai, que é a democratização, de fato, da comunicação. Não basta ser informado, mas informar sobre a maneira daquela comunidade, daquele lugar, daquele bairro. E comunicar como pensa ser melhor comunicar e não de uma forma moldada, como disse o Guilhon.

Então, como homenagem, colocaríamos isso, Sr. Presidente, ao radialista, ao comunicador brasileiro, os que já se foram e construíram essa história maravilhosa do rádio no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Obrigado, Conselheiro Geraldo Santos.

Concedo a palavra à Conselheira Berenice Bezerra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Boa-tarde a todos, em especial aos nossos convidados. Gostaria de parabenizar a iniciativa do Conselheiro Orlando Guilhon, porque essa homenagem, de todas as formas, mostra-se apropriada. Não fosse pelos tremendos méritos dos pioneiros em si, mas por conta de hoje ser exatamente o Dia Nacional pela Democratização da Comunicação, 18 de outubro.

Penso que esse espírito altruísta e democrático que norteou em especial Edgar Roquette Pinto, poderia, se Deus quisesse, brilhar novamente no céu do nosso Brasil e iluminar essas pessoas que hoje vêm se envolvendo numa ação ou reação sem precedentes contra a democratização da comunicação, no momento em que o Governo brasileiro, por meio do projeto do Ministério da Cultura, coloca em discussão a necessidade de regulação de toda essa atividade, em especial da televisão e de todo o conteúdo audiovisual brasileiro.

Acredito que o sistema de rádio e tevês públicos, inclusive, é a grande ausência nesse projeto da Ancinav, que começamos a discutir amanhã na nossa subcomissão aqui do Conselho. Então, fica aqui como uma ação concreta.

Em paralelo a essa homenagem, proponho já à nossa Comissão que coloque e leve ao Ministério da Cultura a necessidade de se resolver, nessa oportunidade, o financiamento e o custeio das rádios e tevês públicas em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Berenice Bezerra.

Concedo a palavra ao Conselheiro Daniel Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Registro um agradecimento aos convidados pela contribuição que trouxeram para o debate desse tema, destacando que, de fato, não resta dúvida em relação à precedência histórica e ao pioneirismo, que merece ser atribuído... Como pesquisador da área, já tinha constatado: falta consolidar ainda essa identificação da precedência da experiência da Rádio Clube de Pernambuco na radiodifusão brasileira.

Acho também que foi bastante generosa e adequada a analogia feita pelo Sr. Joesil em relação à aviação, porque se identificarmos os irmãos Wright em Pernambuco, sem dúvida nenhuma, o Santos Dumont da radiodifusão brasileira é Roquette Pinto. E se essa analogia tem alguma validade, acho que é na identificação do projeto para a radiodifusão brasileira que foi traçado por Roquette Pinto que nós deveríamos perceber o fundamento dessa homenagem.

A Professora Carmen lembrou uma realidade que merece ser examinada e merece ser reconhecida pelo Conselho, que é a percepção de que algo se perdeu nesse caminho. Entre essas formulações iniciais, essa abordagem inicial, que, sem dúvida nenhuma, teve a sua forma mais acabada e mais avançada nas formulações de Roquette Pinto, e as primeiras legislações, chegando até a legislação vigente hoje, algo se perdeu na sociedade no sentido da cobrança de um papel social, de uma missão para a radiodifusão. E quando falamos em radiodifusão, temos que entender hoje – pensar apenas no rádio seria até diminuir o valor das contribuições de Roquette Pinto – o conjunto da comunicação social eletrônica – se ele fosse vivo hoje, com certeza, teria largado o seu projeto no sentido do aproveitamento das possibilidades, das potencialidades das diversas tecnologias de comunicação social eletrônica.

O Código Brasileiro de Telecomunicações que é a Lei nº 4.117, de agosto de 1962, que ainda continua vigente, só tem um fragmento de definição sobre o papel social, sobre a missão da radiodifusão: é quando diz que a programação deve ser subordinada às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão. Ou seja, é um raciocínio circular em que cabe descobrir o que é a finalidade educativa cultural inerente à radiodifusão. Como isso é irrespondível – a resposta está encerrada na própria pergunta –, temos os descaminhos constatados que levaram a aspectos grandiosos e a aspectos perversos da radiodifusão e da comunicação social eletrônica como um todo.

Se ainda temos uma necessidade crucial é a de definirmos qual é a missão social, qual é o papel da radiodifusão. Essas questões estamos debatendo hoje quando discutimos esse aspecto do conteúdo da produção audiovisual referido pela Conselheira Berenice, quando discutimos um projeto para a tevê digital no Brasil e para a digitalização da comunicação social eletrônica como um todo.

São absolutamente atuais as formulações de Roquette Pinto e constituem uma contribuição extremamente importante para respondermos essa pergunta que tem que ser definida pela sociedade nos meios de regulamentação: qual é a missão social, qual é o papel social? Isso não pode ficar em aberto, o único segmento para o qual respondemos essa questão foi o da TV a Cabo, mas mesmo assim, ainda não foi suficiente, porque não foi totalmente aplicado, sofreu resistência por parte do estado, sofreu resistência por parte do setor privado. De qualquer maneira, foi o único segmento para o qual se respondeu desassombradamente qual é a missão social, qual é o papel desse serviço.

Em relação à radiodifusão e à comunicação social eletrônica, essa pergunta continua em aberto, e acho que é o pano de fundo da maioria das questões trazidas ao Conselho. Vamos ter de responder isso, agora, nesse debate da produção audiovisual, e também na definição da tecnologia digital.

E proporia também, finalmente, que os materiais, as formulações, os textos de Roquette Pinto que tratam dessa questão e que podem ser disponibilizados, que o Conselho disponibilizasse, na sua página, como base para que sejam realmente referência para este debate e que se perceba, para aqueles que não têm conhecimento, o quão atual ainda persistem como um projeto para a comunicação social eletrônica do País.

Então, poucas homenagens poderiam ter sido tão apropriadas como esta e tão pertinentes à temática debatida em uma instituição como esta e acredito que o nosso homenageado tem muito com que contribuir com o conjunto das questões que são aqui debatidas.

Obrigado pela presença da professora Carmen, porque, sem dúvida nenhuma, vemos muito de Roquette Pinto na sua postura e no conteúdo profundamente humanista da sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Daniel.

Conselheiro Fernando Bittencourt, por favor.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Apenas para me congratular com o Conselho, porque foi inteiramente positiva esta homenagem aos pioneiros da rádio, especialmente o depoimento da Dr^a Carmen, que considerei muito interessante. Anotei aqui um pequeno detalhe que já sabíamos, mas é sempre importante uma pessoa como a senhora vir aqui, falar e mostrar que existem vários países dentro do Brasil. Temos, hoje, entre 12 a 15 milhões de pessoas que só têm acesso à comunicação de rádios a pilha porque não têm energia elétrica. Então, vivemos em um País onde se tem, de um lado, 15 a 20 milhões de pessoas que vivem em nível de Europa, e, de outro lado, 15 a 20 milhões de pessoas que vivem sem energia elétrica. Isso mostra a complexidade do nosso dia-a-dia neste País e como é desafiante para nós acharmos solução para esta situação.

Parabéns ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Fernando.

Quero apenas fazer uma correção, porque sou do pedaço do Brasil desassistido: na Zona da Mata, mesmo quem não tem luz, assiste também à televisão com o auxílio de bateria. Isso só não é possível quando se adentra o interior e, assim, perdem-se os sinais das repetidoras de televisão. Mas há um grande número de residências sem energia que assistem à televisão com bateria de carro, e após a última programação, a novela das oito, desligam. Vão dormir às nove horas porque acordam com o sol – o que não diminui a importância do rádio. Isso é apenas para mostrar, para quem não conhece o interior do Nordeste, que também lá se assiste televisão, mesmo sem luz, com o auxílio da bateria.

Roberto Wagner, imagino que já se tenha manifestado.

Pergunto se o Conselheiro Paulito gostaria de usar a palavra.

Por favor.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Eu aproveitaria para saudar a iniciativa pelas presenças da Dr^a

Carmen e do Dr. Joezil. Mas não poderia deixar de fazer referência, já que pertencem a uma família que está no rádio há 73 anos, são quatro gerações seguindo o iniciado pelo Professor Roquette Pinto. E o que me chama a atenção de uma forma muito intensa é que o rádio nasceu pelas mãos da iniciativa privada.

O Professor Roquette Pinto foi pioneiro, foi um empresário que entendeu a radiodifusão como iniciativa privada. É importante também que se destaque que o rádio nos seus primórdios foi, na verdade, fruto de uma sociedade de um clube de amigos que, de alguma forma, contribuíam para a manutenção das emissoras de rádio, que, posteriormente, se transformaram em emissoras comerciais, e são a base de sustentação da radiodifusão brasileira, diferentemente até do ocorrido em vários outros países nos quais a radiodifusão nasceu na mão do Estado e, em alguns deles, foi controlada pelo Estado até um passado muito recente.

Eu não poderia deixar de fazer esse registro e cumprimentar a todos pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Paulito.

O Conselheiro Cipolla gostaria de usar a palavra?

O SR. MIGUEL CIPOLLA JÚNIOR (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Um minutinho só. E só para cumprimentar a Mesa e, em particular, a Dr^a Carmen. A lembrança de Roquette Pinto é importantíssima não só pela iniciativa de ter instituído, digamos assim, um veículo de comunicação, pensando na função social desse veículo, desmistificando, por assim dizer, um aspecto puramente comercial desse meio de comunicação. Relembro que, na realidade, essa semente que foi plantada pelo rádio foi, posteriormente, propagada pelos outros meios de comunicação. A televisão, nos seus primeiros anos, baseou-se, realmente, muito no rádio. A programação televisiva, realmente, era uma retransmissão do que se fazia no rádio, tentando um novo formato de que, até então, não se tinha experiência alguma. E mais do que nada, reafirmar, efetivamente, que o momento, hoje, é de reflexão, para que possamos estabelecer parâmetros não só para o rádio, evidentemente, mas para toda a comunicação eletrônica – como mencionou o nosso colega Daniel – porque a função social desses meios para um País com a dimensão continental como o Brasil é de extrema importância.

Evidentemente, quando se critica ou quando se faz menção a processos que hoje estão em debate, para que se estabeleçam parâmetros ou diretrizes para que esses meios possam melhor servir aos interesses sociais do País, não se pode criticar a **priori**, tem-se

que, necessariamente, discutir o assunto e, então, determinar qual o meio mais eficaz e pertinente para que o País possa, efetivamente, baseado nesses meios, conseguir uma maior e uma melhor justiça social.

Gostaria, então, de deixar registrado e, mais uma vez, parabenizar a Dr^a Carmen e o professor Roquette Pinto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Cipolla.

Com a palavra o Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Boa tarde a todos. Quero saudar o companheiro Orlando Guilhon, já que nós dois aqui representamos, somos indicação da Fiderte – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Rádio e TV. E, sem querer tornar este momento numa sessão de corpo – que seja o corporativismo – mas tem sido muito ser lembrado pelo companheiro Guilhon.

Quero, então, saudar o Sr. Joezil e a Sr^a Carmen Roquette Pinto e dizer que é muito bom saber que o Sr. Roquette tinha, exatamente, essa formação inclusive humanista, porque, agora mesmo, no dia 7, realizamos na Câmara Legislativa de Brasília uma sessão solene de homenagem ao radialista e, ao falar de radialista, obviamente fala-se muito de Roquette Pinto. Nessa sessão solene, lamentávamos exatamente a razão – e muitos nos perguntam – por que comemoramos o “Dia do Radialista” no “Dia do Rádio”? E cria-se uma grande confusão. E dia 21 de setembro, é dia 25 de setembro? Enfim, que dia? O fato é que, nessa sessão solene, para resolver essa problemática, resolvemos homenagear o rádio e o radialista.

Naquela oportunidade, dizíamos exatamente que Boquette Pinto, ao fazer a doação da rádio, mostrou que não estava a fim de explorar – não devia ter uma alma muito capitalista. Ele resolveu entregar para lá, porque não dava para estar brigando por tostões, quando certamente tinha a alma maior de ver a comunicação como um bem necessário à humanidade. E não que tivéssemos que disputar centavos, a tantos segundos. E mais: como representantes dos trabalhadores naquela solenidade, dizíamos que, em momentos como este – já que há segmentos neste Conselho que representam o lado empresarial –, quando pensamos na estrutura da comunicação, hoje, dia 18, quem faz o rádio é o radialista. Portanto, não existe só o equipamento. Em que pese a tecnologia muito avançada, hoje, por exemplo, uma emissora de rádio se mantém no ar apenas com um cidadão, isso quando faz o favor, porque, na maioria das vezes, o programa está acontecendo em São Paulo, falando dos buracos da Avenida

São João, e o “carinha” lá no meu Estado do Piauí tem que conviver com o buraco da Avenida São João, sem saber do buraco que está em frente ao cemitério São José, na capital do Piauí, Teresina.

É preciso que tenhamos a clareza desse somatório do equipamento e do homem, inclusive o homem ouvinte, Telespectador. Quando digo “homem”, estou referindo-me a esse conjunto riquíssimo que Deus deu: o homem e a mulher. Então, nós, humanos, estamos do outro lado do equipamento e também estamos no equipamento. Logo, é preciso que aqueles que estão no equipamento tenham a consciência de Roquette Pinto e que nós, ouvintes, também saibamos cobrar e não fiquemos engolindo e às vezes comendo gato por lebre.

Então, as minhas saudações a todos vocês.

Joezil, não temos que colocar uma concorrência, mas é preciso ter os pontos nos is. O Brasil, infelizmente, peca por isso. Há muito tempo, admiro José Paulo Cavalcanti, que tem uma cabeça fantástica. Comparado a ele, conheço Daniel Hertz: guardam informações e mais informações e ainda se dão ao luxo de viajar no campo universal; aqui e acolá, lançam mão de coisas que foram ditas ou estão acontecendo do outro lado do mundo, o que nos ajuda muito. Daniel Hertz, com quem há muito tempo tomo assento, e Orlando Guilhon, que também tem essa mania, graças a esses maníacos estarem atentos à história, ainda sobra alguma informação, mas pergunto: o conjunto da sociedade brasileira infelizmente, às vezes, tem um somatório de informações... Não que queiramos estabelecer concorrência, mas é preciso ter o pinga no devido i, assim como Roquete Pinto não quis, de maneira alguma, como o senhor diz na sua própria fala, estabelecer essa disputa. É preciso que digamos exatamente o que é. Vimos agora o roubo dos quadros. A senhora de um dos ladrões colocou um quadro de Portinari na cozinha, achou aquelas tranças feias, tirou, jogou pra lá e não sabia que era um quadro de R\$3 milhões. Por conta do quê? Da desinformação, porque não temos esse cuidado.

Então, Orlando Guilhon, já que o senhor faz parte inclusive da direção, é preciso que a nossa fundação, a antiga Rádio MEC, Fundação Roquette Pinto, faça o devido resgate e venda, a menor preço, essa informação acerca do rádio brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o companheiro Chico e já manifesto uma certa perplexidade: a comparação do buraco da avenida São João é com o buraco do Cemitério de São José ou com o buraco da rua que passa em frente ao Cemitério São José?

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – É o buraco que fica na frente do Cemitério São José.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas na rua?

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Na rua.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Ah, sim.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Porque lá dentro os buracos estão com seus respectivos defuntos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Fiquei perplexo com essa informação. Agora V. Ex^a esclareceu.

Tenho o prazer de passar a palavra ao companheiro Antônio Telles, que, se quiser brindar o público com mais uma exibição da sua máquina musical, pode fazê-lo.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Peço desculpas à Mesa pelo concerto que promovi involuntariamente, mas quero prestar a minha homenagem a Carmen Lúcia Roquette Pinto, essa figura adorável que eu não conhecia, a qual fico muito feliz em conhecer, filha do pioneiro Roquette Pinto. Creio que é uma coincidência fantástica que ela tenha vindo aqui se apresentar para nós no dia exatamente, como lembrou a nossa querida Berenice, em que se comemora a data da democratização dos meios de comunicação.

O rádio é, pela sua natureza, por excelência, um veículo democrático. É aquele veículo que atinge a todos indistintamente, que está presente na solidão da grande cidade assim ao lado da fogueira no sertão de Minas Gerais ou na praia do Nordeste. Da maneira mais ampla, ele está falando com todos e levantando o ânimo das pessoas e agindo em favor da humanidade, como Carmen lembrou que era o propósito principal do seu pai.

Lembro essa capacidade humana do rádio, no momento em que estamos vivendo uma situação muito peculiar na comunicação brasileira, no momento em que um gigante internacional das comunicações, Sr. Rupert Murdoch, apresenta-se como o titular de uma megafusão de empresas, DirecTV e Sky, por meio de da News Corporation, e se apresenta agora, na mídia brasileira, como o novo **Tycoon** das comunicações no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Posso fazer um pedido a V. Ex^a?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Pois não, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É tão consistente essa matéria, que vou propor a V. Ex^a o seguinte: preste a sua devida homenagem à Sr^a Carmen e, assim que nos despedirmos dela, vou-lhe devolver a palavra.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – De acordo. Terminando, Dr^a Carmen, aceite o meu abraço afetuosos. Espero poder revê-la por muito tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Antônio de Pádua Telles.

Conselheiro Antônio Ferreira de Sousa Filho, por favor.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, praticamente já foi dito tudo a respeito da pertinência da homenagem ao Sr. Roquette Pinto, com o que concordo.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar para fazer uma rápida reflexão sobre o funcionamento do Conselho. Considerando o conteúdo do relatório do companheiro Dines, muito interessante, percebo que, quando temos oportunidade de trazer alguém como a Dr^a Carmen, alguém que tenha uma contribuição a dar para a discussão, que nos faça refletir sobre problemas reais, o resultado é muito positivo. Isso deve servir de lição para essa reflexão que estamos fazendo a partir do documento de Alberto Dines.

Creio que um dos fatores positivos do funcionamento do Conselho é exatamente esse tipo de ação, como o convite a pessoas como a Dr^a Carmen ou de outras áreas que têm contribuição a dar à discussão, ao debate.

Esse caminho é positivo, e temos que aprender a lição neste momento de reflexão sobre que caminhos este Conselho pode seguir. Realmente há o risco de virar um órgão burocrático de funcionamento eficaz, mas verificamos que, quando a discussão gira em torno de uma questão concreta trazida por algum convidado da importância da Dr^a Carmen –que está representando o Dr. Roquette Pinto –, a discussão do Conselho fica mais consistente e positiva.

Portanto, considero que um dos caminhos que devemos perseguir é o de trazer pessoas importantes do nosso meio para contribuir para a discussão do Conselho. Tenho certeza de que esse é um dos critérios por que luta o Presidente deste Conselho.

Louvo o critério de funcionamento deste Conselho de convidar pessoas para serem homenageadas e trazerem sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Antônio de Souza e pergunto se alguém da sociedade civil teria interesse em se manifestar sobre essa matéria.

Não havendo ninguém interessado, passarei a palavra aos dois homenageados e encerraremos esta primeira fase da reunião.

Com a palavra o Dr. Joezil Barros.

O SR. JOEZIL BARROS – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, agradeço com muita emoção o honroso convite para vir a este importante Conselho falar sobre o início da radiodifusão no Brasil e identificar em Pernambuco o pólo inicial desta atividade. Também fiquei muito emocionado com o pronunciamento da Sr^a Carmen Roquette Pinto, que mostrou a cada um de nós o quanto de homem público, voltado para o social, existia na figura de seu pai.

Ratifico meus agradecimentos e informo àqueles que reivindicaram um conhecimento maior sobre a realidade do rádio no Brasil que pode ser que esteja esgotado esse livro, mas vou tentar conseguir exemplares do livro do escritor e jornalista J. Alcides, que, por sinal, está morando em Brasília, para encaminhar a cada um dos senhores. Já estou com a relação dos endereços dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a presença do jornalista Joezil Barros.

Passo a palavra a essa menina Carmen Roquette Pinto.

A SRA. CARMEN LUCIA ROQUETTE PINTO – Muito obrigada pelo “menina”.

Mais uma vez, agradeço a grande honra de estar aqui.

Chamo a atenção de todos para dois pontos: primeiro, como o colega falou, alguma coisa se perdeu. Isso foi muito bem colocado. Não foi alguma coisa, mas muita coisa. Muita coisa se perdeu daquela época em que havia realmente homens, cientistas, homens de pensamento que queiram fazer algo não somente para fazer documentos, mas para dar soluções aos problemas. É muito interessante retomarmos essa linha inclusive no sentido de, não digo acordar, mas, pelo menos, dar uma sacudida em nossas áreas científicas, técnicas, de educadores etc, de que eles têm um papel muito relevante, assim como esse Conselho.

Percebi, no princípio desta reunião, que havia um certo desânimo neste Conselho. Vocês não podem de-

sanimar, não! É importantíssimo. Vocês serão a mola da retomada disso que se perdeu. É vital.

Outro ponto é o seguinte: quando se fala que o ideal seria a sustentabilidade das rádios, a parceria com as empresas é muito importante, mas o papel do Governo é fundamental. Na área de educação e saúde, se o Governo não estiver com o pé ali... Se, quando ele está, às vezes, não sai, imaginem sem ele estar. Se deixar por conta do mercado, é claro que o mercado só vê lucro.

O desenvolvimento de que tanto se fala é sustentável porque tem três pernas: do econômico, sem dúvida, do ecológico e do social. O desenvolvimento sustentável de que tanto se fala é apoiado nessas três pernas. Para isso, é necessário que tenha, sim.

Nos países citados pelo Dr. Guilhon, todas as rádios do governo têm subsídios fortíssimos. A BBC tem subsídios fortíssimos do Estado, manda e tem uma força enorme. E é muito natural porque o Estado tem que ter algum mecanismo que divulgue sua política de educação e cultura. Como ele faz isso? Ele tem que ter uma emissora. Aí entro também nas outras formas de comunicação, como televisão, cinema, etc. E necessário. Isso não quer dizer que eu seja a favor do estatismo. Não é isso! Sou 100% à liberdade de opinião. Mas é preciso que haja algum meio para que o Estado possa divulgar sua política educacional e cultural.

É muito importante tudo o que vocês falaram e agradeço muito a todos. Mas penso que é muito importante mesmo pegar o que se perdeu, jogar a bola para frente, para o gol, e não ficar só na linha de fundo.

Por isso, agradeço profundamente as homenagens prestadas ao meu pai, em setembro e outubro, porque, pela primeira vez, está-se aproveitando o trabalho dele no sentido da retomada, de se pegar a sementinha lançada, até corrigindo algumas falhas, e tocar o trabalho para frente.

Agradeço profundamente tudo o que vocês falaram, dou os parabéns e digo a vocês uma coisa: Tenham paciência, porque vocês vão chegar lá. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos continuar. Dra. Carmen Lúcia, meus parabéns.

A SRA. CARMEN LÚCIA ROQUE PINTO
– Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não vou lhe acompanhar, porque temos que continuar os trabalhos. Orlando José Ferreira Guilhon, por favor, acompanhe a Dra. Carmen.

Eu pediria que o companheiro Antônio de Pádua Telles de Carvalho viesse para a Mesa a fim de continuar aquela exposição.

Apenas para registro, a principal fonte de financiamento do BBC não é tributo, não é o Estado, é uma taxa paga diretamente pelo contribuinte à qual o Estado não tem acesso, mas o sentido de financiamento público está presente. Não é exatamente imposto, mas se pode dizer que é uma fonte segura de financiamento que não vem do mercado.

Pedi ao companheiro Antônio de Pádua Telles de Carvalho que, tivesse a gentileza de retardar a exposição. Como já havíamos ajustado, V. Exa. tem garantida a palavra para fazer a exposição desse tema tão relevante para a democracia brasileira.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da Sociedade Civil) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, aproveitei aquela circunstância em que se estava homenageando a professora Carmen Lúcia para me referir a essa contradição que está presente no trato da comunicação brasileira. No momento em que estamos homenageando aqui, no Dia Internacional da Democratização da Comunicação, o veículo rádio, que é, de fato, o mais regional dos veículos, aquele que está ao lado de cada um dos cidadãos, desde o mais humilde, estamos assistindo, exatamente na vertente oposta, a fusão de dois megagrupos estrangeiros que agora se apresentam com todo o poder para assumir de fato o futuro da comunicação brasileira. Pelos documentos a que tive acesso aqui, que foram apresentados, já existe material disponível a respeito da história dessa fusão, que está se dando hoje várias vezes durante nossos debates aqui neste Conselho.

Tive a oportunidade de prevenir, de advertir, de lembrar que algo estava se tramando, que se pretendia de fato, por meio de um propósito megaconstruído, tomar conta do sistema de comunicações no Brasil, porque é evidente que isso, mais cedo ou mais tarde, aconteceria, sabendo-se que o Brasil é o único território disponível no Globo hoje que tem uma área contínua onde se fala a mesma língua, com costumes absolutamente semelhantes, sem grandes diferenças senão de caráter econômico, e, portanto, este território, esta Nação, estaria, evidentemente, como alvo da cobiça internacional. Essa cobiça, a meu ver, manifesta-se pelo desejo de assumir o poder sobre a comunicação da maneira mais ampla, mais irrestrita, por quê? Porque essa é a maneira de invadir. Essa é a maneira de tomar conta. E fico perplexo em ver como os Poderes públicos, tanto o Executivo como o Legislativo e o Judiciário, estiveram ausentes e se mantêm ausentes diante dessa realidade, não podendo alegar, em nenhum momento, desconhecimento do que se passava.

Hoje estamos enxergando uma das maiores revistas de circulação semanal do País, apresentando

o Sr. Rupert Murdoch como o xogum da comunicação no Brasil. Não menciona que ele está em tratativas, mas dá como fato consumado que a negociação da fusão da Sky/DirectTV com a Net é uma realidade e que apenas depende agora de negociações com alguns órgãos do Poder Executivo para que o negócio todo se estabeleça, torne-se uma realidade. Mas há conselheiros muito mais capacitados para apresentar as origens dessa questão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Peço ao Sr. Conselheiro que iniciou este debate que permaneça aqui porque vou secundá-lo.

Essa é uma crônica de um desastre anunciado que tem muitos culpados. E entre esses culpados, sem preferência na ordem em que serão aqui inquiridos, está, o Congresso Nacional, abúlico, que assiste impotente ao desastre da conformação do modelo de comunicação que temos. Há sete anos e dois meses está pronto um projeto de lei de imprensa na mesa do Presidente da Câmara. Esse projeto não é posto em votação. É algo que nos causa perplexidade. Um culpado é o Congresso Nacional. Outro culpado é a Anatel. A Anatel sabe que há uma única lei no Brasil, mas de televisão por assinatura, que é a Lei do Cabo. A Anatel sai criando, fora da lei, sem nada que autorize, um conjunto de meios. A tevê por satélite, por exemplo, não está em lei nenhuma; o MMDS não está em lei nenhuma. As informações que tenho é de que o MMDS e o DTH estão, hoje, 100% em mãos de grupos estrangeiros. E a vontade nacional, indicando que não pode haver conteúdo em mãos de estrangeiros, está destrozada por uma agência reguladora que não consegue compreender o seu papel, que considera o Bom Dia Brasil, às sete horas da manhã, como radiodifusão, tevê aberta, e aí tem que ser controlado por brasileiro, mas que às nove horas o mesmo programa em videotape pode passar sem que seja controlado por brasileiros, porque deixou de ser radiodifusão, para ser telecomunicação. Um programa gravado, videotape, deixou de ser radiodifusão para ser telecomunicação. Sem perceber que o importante é ter transmissão de conteúdo.

O que não queremos é que a transmissão de conteúdo fique nas mãos de estrangeiros. E um negócio complicado. A Anatel é culpada por isso. Há quanto tempo este Conselho vem insistindo na necessidade de dar um basta nisso. Estamos criando esqueletos atrás de esqueletos. Montanhas de fatos consumados. E amanhã ou depois, quando vier uma lei dizendo que não pode mais, a culpada é a Anatel.

O terceiro culpado é o Cade, que não consegue pronunciar-se a tempo, além de não estabelecer normativas.

Informação, hoje, tem uma dimensão de estratégia. Informação é soberania. Em um momento estratégico, o Governo deve ter o papel de ancorar os grandes grupos nacionais, que precisam estar presos no jogo internacional – estou entre aqueles que se filiam a esse pensamento. E o Governo quer criar uma televisão denominada Brasil Internacional, ou qualquer outro nome, para empregar 20 ou 30 jornalistas e fazer programas que não terão audiência internacional.

A percepção da dimensão estratégica de informação chega a ser ingênua. Não se conseguirá entrar no jogo internacional com uma TV Brasil internacional. Serão 20 ou 30 empregos para pessoas ligadas ao Governo. Ninguém vai assistir a isso. Durante a Guerra do Golfo, foram Al Jazeera e Al Arabiya, empresas gigantes quase do tamanho da CNN. O conceito está errado.

O mercado não garante qualidade. The National Geographic, da BBC, não conseguiu concorrer com o programa Roletrando da Sky – o nome não é esse. A versão inglesa do Roletrando não é semelhante à brasileira porque, lá não há vogal. Fica fácil demais. No Brasil, se o Sílvia Santos não escolher palavras com vogal, a dona-de-casa brasileira não conseguirá acertar as palavras. E o prêmio médio é de, pelo menos, dez vezes mais. A BBC não consegue competir com isso.

Ao chegar aos Estados Unidos, o FCC disse: “Não pode, companheiro. Isso é só para americano”. Ele respondeu: “Não tem problema.” Renunciou à nacionalidade australiana para ser americano. O conceito dele é o lucro. Mandou para o espaço a sua cidadania. Ele disse: “Se é assim, não faz mal. Sou americano”. Se amanhã disserem que é preciso ser brasileiro, ele se naturaliza brasileiro também; se puder.

É um momento complicado, preocupante.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUATELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, peço licença para lembrar a V. S^a o caráter de ele imprimiu à Fox News, empresa hoje voltada exclusivamente para a defesa do poder militar nos Estados Unidos na guerra do Iraque.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Há alguns problemas. A Copa do Mundo foi a competição entre uma emissora de tevê aberta e o Murdoch, na tevê fechada. As pessoas da área sabem que esse projeto pretendia comprar o direito de transmissão da Copa do Mundo para passar em tevê fechada. Era um caminho para massificar. Levou uma emissora de tevê aberta

a pagar preço estratosférico, mas era uma escolha estratégica e não poderia ser diferente. Não foi um litígio entre uma emissora e outras emissoras abertas. Era uma emissora aberta e o Dr. Murdock. Quem é do ramo sabe que o embate real se deu entre um grande grupo brasileiro e esse senhor. A idéia era comprar Copa do Mundo, Campeonato Brasileiro, Olimpíadas e oferecer o pacote de tevê fechada a um preço bem barato. Por isso, nos Estados Unidos, há 89%, só TV por Assinatura.

Estamos assistindo impassíveis a essa situação. No Senado, há uma lei em tramitação que libera a TV a Cabo para ser controlada por empresas estrangeiras. Nós nos pronunciamos contrariamente por unanimidade. O parecer do Senador José Jorge não foi editado ainda, e estamos assistindo impassíveis à consumação do desastre, que é a desnacionalização dos meios de comunicação brasileiro. Não estou de acordo com a visão de nenhum desses, nem creio que a papel do Governo brasileiro seja fazer uma TV Brasil internacional. O Brasil tem que entrar nesse jogo para dizer: “Não pode!” Tem que dizer com clareza o que pode ou não. A Pepsi-Cola comprou a Seven-up. A Coca-Cola foi atrás e comprou um refrigerante chamado Dr. Pepper’s que, apesar do nome – doutor pimenta –, é um refrigerante à base de cafeína. A Federal **Trade Commission** foi lá e disse:

“Devolvam! Não pode. Vocês duas estão grandes demais.” No mercado de refrigerantes, não podem crescer. E nosso País assiste a isso nos meios de comunicação em silêncio. Ele está dentro de todas as regrinhas da Anatel. Se for barrado, será pelo Cade, mas a Anatel pode fazê-lo. E silencia em troca de quê? TV a Cabo só pode ser controle de brasileiros? A TV por Assinatura é a mesma coisa. E só um satélite. A programação é a mesma. E a Anatel age como se isso fosse a Casa de Noca e que qualquer um pudesse vir aqui.

Então, pessoalmente, estou enormemente contrariado e fico contente, Dr. Antônio Telles, porque não conversamos antes sobre esse assunto, mas estávamos sentindo a mesma coisa. Isso é o que penso. Considero esse assunto importante e vou ouvir o Conselho.

Roberto Wagner, por favor.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, esse assunto já foi debatido, aqui no Conselho, nos últimos dois anos. Sempre tenho pregado que há um vácuo jurídico no Brasil, porque o art. 21 da Constituição separa serviços de telecomunicações dos chamados serviços de radiodifusão. Estas minhas palavras geraram – penso – subsídios para que o Conselho se posicionasse, naquele parecer que emitiu sobre o pro-

jeto do Senador Ney Suassuna, contrário à quebra do limite de 49% das ações nas chamadas TV a Cabo.

No caso da DirecTV e da Sky, há um vácuo jurídico. A culpa não é da Anatel. Não há proibição legal de que se juntem as empresas de telecomunicações, como entende a Anatel – entendo como empresa de radiodifusão, mas não importa –, e as por satélite. Não há limites. O limite vai ser fixado – penso – no âmbito do Direito Econômico pelo Cade. Mas isso não impede que a sociedade se movimente e diga que é contrária a esse tipo de acontecimento societário, exatamente porque vai acarretar danos enormes. Participei, a um mês, de um seminário no Rio de Janeiro, e o assunto era esse. Tratava-se da possibilidade jurídica de as empresas de telecomunicações virem a fazer transmissão de conteúdo por meio de telefones ou tecnologia, pela internet. Eu disse que existe um nó jurídico enorme, que dificilmente será superado sem maiores embates, porque as empresas de telecomunicações têm o limite zero de capital estrangeiro. As empresas de TV a Cabo têm um limite de 49% e as de tevês abertas, 30%. O senhor disse algo que julguei extremamente interessante, exatamente por isso; essa era a minha tese no seminário. Uma empresa de telecomunicações, quando transmite conteúdo, entra no âmbito da limitação de 30%. Ela não tem limite, mas a Constituição impõe 30%. Então, vamos ter de, em curto prazo – e seria ideal no próprio Conselho –, criar um debate específico sobre o assunto. Não pode uma empresa que não tem limites transmitir algo a que Constituição imponha limites. E a mesma coisa da Internet. Não há limite para o capital estrangeiro. A Internet vai transmitir conteúdo que é próprio de uma empresa de radiodifusão que tem limite de 30%.

Então, a recíproca teria que ser verdadeira. As empresas de radiodifusão poderiam também, **stricto sensu**, vir a fazer o que as empresas de telecomunicação podem fazer, que é transmitir tecnologia em telecomunicações.

Do jeito que está certamente as empresas de radiodifusão no Brasil, sobretudo as tevês abertas, não vão sobreviver, serão esmagadas exatamente por que isso é verdade. O que é televisão? Conteúdo e imagem. Quem tem uma boa imagem e o conteúdo, vai ser procurado pela audiência, no caso específico da compra, por exemplo, da Copa do Mundo. Se a IG compra a Copa do Mundo e transmite o evento pela internet certamente a audiência será dela porque o conteúdo é atrativo e ela fornece a imagem.

Considero grave esse assunto, que foi muito bem abordado pelo companheiro Telles. A sociedade ainda está anestesiada com a questão das eleições. E penso que o Cade terá que sofrer um embate político enorme

porque não se trata de uma decisão apenas de direito econômico, é muito mais estratégico do que econômico. Com a fusão, já se diz que 95% da audiência das IV por Satélite serão da Sky, que, na verdade, está comprando a Directv. Assim, a Directv vai acabar e ficará o Sr. Murdock com 95% da audiência.

Ora, se uma empresa tem 95% da audiência, faz pacotes econômicos e começa a colocar bons conteúdos, entra na TV a Cabo e, sobretudo, massacra as chamadas TV abertas. O caso é de fato fundamental. Posicionei-me sobre o assunto várias vezes neste Conselho. Defendo a tese de que eles não podem transmitir conteúdo, terão que mudar a Constituição Federal, tem que haver uma emenda à Constituição. Não é possível se fazer tábula rasa da Constituição.

O pessoal da Anatel, nesse ponto, acredita que, como a Constituição é de 1988 e houve uma mudança de paradigma na tecnologia, atualmente telecomunicação e radiodifusão se confundem. Mas isso não interessa, pois o texto constitucional não foi mudado e diz claramente que o serviço de radiodifusão remete para o Capítulo V, nos arts. 220, 221 e 222, que tratam apenas de radiodifusão/televisão e rádio. Portanto, pela legislação atual, não se pode transmitir conteúdo se não for pelos meios de radiodifusão.

Lembremos que, há uns dois anos, quando a Anatel criou aquele Serviço de Comunicação Multimídia, uma resolução já implementada, o Conselho fez aqui um trabalho articulado e a Anatel recuou. Na resolução do SCM constava a possibilidade de se fazer transição de conteúdo. Mostramos que não havia base jurídica para isso e a Anatel recuou.

Desta forma, parabeno o conselheiro Telles e o Presidente por terem dado ao assunto essa importância e quero dizer que o Conselho tem de se mobilizar e fazer chegar ao Cade que esse é um assunto não de direito econômico, mas de direito estratégico do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a palavra do Conselheiro Roberto Wagner, mas peço vênua ao Conselho para fazer um comentário de meio minuto.

Se em princípio, em substância, manifesto concordância com o Conselheiro Roberto Wagner, na forma, não. Não aceito que a ausência de referência legislativa à TV por Satélite leve à conclusão de que não há nenhum limite institucional para as TV por Satélite. Ao contrário, a boa hermenêutica do direito e os princípios da analogia rezam que, na ausência de uma regra, se aplique à regra de um instituto semelhante.

A TV a Cabo tem lei, e uma TV por Assinatura não pode fugir a ela. Salvo em se admitindo que a

Anatel pudesse autorizar isso, por resolução interna – um poder que acredito não tem, mas admitindo-se que tivesse –, só poderia ser diferente da legislação da TV a Cabo naquilo que dissesse respeito especificamente às características tecnológicas que diferenciam um satélite de um cabo. Fora daí, não pode.

Estou à vontade, Conselheiro Wagner, porque fui Presidente do Cade, órgão que continua em meu coração – nessa posição, vejo-me como Presidente do Cade. Lembro que, quando estava saindo, havia um problema complicado com relação a algumas **franchisings**. Principalmente no que se refere à Coca-Cola, vamos dar nome aos bois. Uma revenda de veículos automotores mantém um conjunto de regras que vigoram no caso de cancelamento da concessão. Mas há uma série de outras atividades que não possuem regras. Por exemplo, a Coca-Cola. O contrato é renovado todos os anos, você tem que ter máquinas, uma linha de montagem para engarrafar, caminhões com o marca do produto, garrafas e caixas de plástico que servem apenas para acondicionar Coca-Cola. E o contrato deve ser negociado a cada ano. Quando deixei o Cade, determinei estudos para uma resolução em que as normas se aplicariam a todos os sistemas semelhantes ao de veículos. A Lei Ferrari, dos veículos, seria aplicada a todos os sistemas similares. O que significa dizer que, se a Coca-Cola multinacional quisesse cancelar o contrato com uma empresa brasileira, deveria seguir os critérios da Lei Ferrari, e indenizar, todos os equipamentos úteis para a Coca-Cola. Assim como na Lei Ferrari, pois há alicates e peças que só servem para trabalhar com peças daquela marca específica. A resolução que eu preparava no Cade impunha regras. Se a Coca-Cola não renovasse o contrato, não haveria problema. A pessoa compra caixões, caminhões, garrafas, o que for, mas recebe indenização por três anos de lucro da atividade no futuro.

É impossível imaginar que TV a Cabo e TV por Satélite não são a mesma coisa. E dizer que esta está livre porque não há lei. Mas não está livre. Essa é uma visão equivocada da Anatel. Estou de acordo em substância com V.Ex^a, mas, na forma, como advogado, não concordo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, apenas uma observação. Espero que V. Ex^a tenha razão. Mas eu e meus colegas advogamos nessa área para empresas de telecomunicações contra. A tese é a de que o princípio geral é que o serviço de telecomunicações não possui limite de capital estrangeiro. Esse é o paradigma. Em segundo lugar, serviço de TV a Cabo e serviço de TV por Satélite são serviços de telecomunicações no entendimento da Anatel. Assim

sendo, qual é o raciocínio jurídico? Todo serviço de telecomunicações não possui limites. Quando o Governo quis limitar, criou a exceção. Portanto, não há limites, e a exceção são as chamadas TV a Cabo. E V.Ex^a, que também é advogado, sabe que o princípio tem base. Não discordo de seu princípio. Estou dizendo que, nos escritórios de advocacia com os quais trabalho, há duas teses. A minha é a de que não há possibilidade. Concorde com V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Por outro fundamento. Não é por analogia com a TV a Cabo. E pela transmissão de conteúdo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mas a seu fundamento agrego outro. No bom Direito, o princípio geral é mais forte do que o princípio particular. Portanto, o princípio geral de que serviço de telecomunicações não possui limites. Essa é a regra geral. E o Governo criou uma regra específica. Para a TV a Cabo existem limites. Para a Internet e outros serviços de telecomunicações não haveria limites. Entendo V. Ex^a. Espero que tenha absoluta certeza jurídica, e que isso seja um fato.

O Conselheiro Antônio de Pádua Telles de Carvalho colocou muito bem que há um imbróglio jurídico, há um vácuo jurídico enorme, e certamente os bons advogados vão se aproveitar da hipótese, que considero absolutamente real no campo do Direito, de que a regra geral vai se permitir. Não há limites em serviço de telecomunicações. O Governo fixou um específico para TV a Cabo. Para os outros não há limites. Esse é o entendimento que está em ebulição nos escritórios que cuidam do assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço. Está bem marcado. Ele não estabeleceu limites para TV por Satélite por uma razão simples: porque não havia na época TV por Satélite. Esse é o caso típico por analogia.

Lembro-me de que, quando comecei a estudar Direito Comercial, veio o advento dos aviões. Durante muito tempo toda a legislação de transporte de avião era a da Marinha Mercante. Não podia ter legislação para avião por uma razão simples: não havia avião.

Pode-se dizer que, como chegou um meio novo que não tem procedimento previsto, pode tudo. Não, senhor! Esse meio novo é muito parecido com os princípios da Marinha Mercante. Aplica-se.

Não havia TV por Satélite, ótimo. Havia TV a Cabo, ótimo. Veio a TV por Satélite, nunca a Anatel poderia ter agido como se não houvesse limite algum. Se for um meio novo, aplica-se a esse meio novo todas as

limitações de um meio absolutamente análogo, que é a TV a Cabo.

Não quero cansá-los. Só quero pedir permissão ao Conselho para marcar nossas identidades e diferenças. Peço desculpas se cansei os membros do Conselho.

Vou continuar a ouvi-los, na ordem física.

Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – A discussão desse assunto é pertinente no Conselho. Eu diria que temos que estruturar melhor a discussão pela sua importância.

Quero lembrar só um tem, porque não sei se todos estão atentos: no momento em que essas duas empresas, as suas matrizes se juntaram nos Estados Unidos – o que também foi um ponto de debate bastante grande nos Estados Unidos, e acabou que o FCC aprovou a junção das duas empresas -, a partir daí, eu diria que ficou muito complicado que o mesmo não ocorresse no Brasil. De fato, mesmo que haja algo contra, alguma regra, alguma norma, alguma regulamentação contra, a DirecTV, na sua origem, já está na mão da **Sky**.

Confesso que não sei qual é a solução, o que aconteceria ou o que acontecerá se por acaso alguma regulamentação impedir que isso ocorra. Parece-me que isso é algo que vai acontecer, queiramos nós ou não. Isso virou um tato consumado á medida que a origem das empresas já se juntou.

Mas eu só queria deixar claro que não estou preparado para discutir isso a fundo. Acho que isso deve ser pautado talvez para a próxima reunião, para que possamos trazer mais subsídios para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Antes de passar a palavra ao conselheiro Daniel Herz, já vou antecipar que, ao fim deste debate, eu gostaria de ter duas pessoas, não mais do que duas. Eu queria duas pessoas, de preferência que representassem segmentos diferentes, para prepararmos uma moção para que, na próxima reunião, esse assunto fosse discutido com calma. O debate que vamos travar agora deve servir de subsídio para a moção.

Os senhores já podem pensar nos nomes. Eu queria designar uma pessoa do lado das empresas de televisão e outra do lado dos trabalhadores, para fazer essa moção. Ela deve estar pronta até o dia 1º, para que possamos distribuí-la antes e debatê-la, porque, para mim, talvez não haja nada tão importante nesse setor quanto essa matéria.

O SR. ANTONIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, eu poderia fazer uma proposição?

Dada a gravidade da situação, imagino que poderia ser enviada uma recomendação à Comissão de Comunicação do Senado, para que fossem convocados os executivos dessas duas empresas, a fim de que o próprio Cade e outros órgãos do Executivo não precipitassem a aprovação desse acordo de venda antes de a Comissão de Comunicação do Senado pelo menos ouvir alguma das pessoas ligadas a esse processo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Minha idéia é a seguinte: o Congresso não vai funcionar normalmente antes do segundo turno das eleições em boa parte das capitais brasileiras. Nossa reunião será oito dias depois do segundo turno. Então, o procedimento que viermos a tomar será a tempo de fazer isso.

Impressiona-me a observação do Fernando Bitencourt. Tomando contato com esse tema, gostaria de fazer uma reflexão mais detalhada. Na fase das proposições, cuidaremos desse assunto. Talvez – não estou convencido de que seja tão urgente fazer isso – pudéssemos deixar que essa sugestão viesse na moção. Seria uma contribuição de V.Ex^a à moção que será feita para que providências sejam tomadas.

Com a palavra o Conselheiro Daniel Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Para darmos uma referência da importância desse assunto, poderíamos utilizar uma advertência do Conselheiro Telles a respeito do alcance da intervenção no mercado brasileiro de comunicação social de um grupo desse mediante o serviço de televisão por assinatura via satélite. Penso que seria interessante transformar essa advertência numa imagem para que os conselheiros, que talvez não tenham percebido esse alcance, e também o público que tem acesso aos debates do Conselho possam aferir o real significado dela.

Se o grupo News Corporation adotar no Brasil o mesmo modelo que adotou na Inglaterra e distribuir decodificadores a R\$10,00, R\$15,00, R\$20,00 ou de graça, em escala de milhões e oferecendo uma assinatura com quinhentos canais por R\$10,00, R\$15,00 ou de graça – no DTH seria possível fazer isso -, poderá ter vinte, trinta, quarenta milhões de assinantes imediatamente.

Fazendo uma transposição do modelo adotado na Inglaterra, não seria impossível que esse grupo, hoje o principal sustentáculo na mídia do Governo Bush, não que outros grupos que representam interesses estratégicos do Estados Unidos seriam menos prejudiciais aos interesses do país se estivessem atuando aqui...

Estamos falando do grupo que representa a aliança do complexo industrial militar com a indústria do petróleo e o significado específico que tem nessa conjuntura. Então, não é qualquer grupo. Penso que qualquer grupo seria preocupante, mas este, sem dúvida nenhuma, traduz a projeção de interesses estratégicos desses segmentos que hoje ocupam o poder real nos Estados Unidos. Acredito que essa imagem dá uma idéia do significado e da potencialidade de ameaça ao conjunto do sistema de comunicação social no Brasil.

Faço um reparo, sem nenhuma divergência em relação à impropriedade constatada pelo Presidente de ressaltar a posição da Anatel, porque a origem dessa situação é anterior à Anatel, que já encontrou uma situação estabelecida de fato. Essa história começa com as Portarias nºs 87, 88 e 89, de 25 de abril de 1996, que cometeram uma das maiores atrocidades da era das comunicações no Brasil, que está atravessada de situações problemáticas, que são objeto de tolerância. A referência do Presidente é absolutamente procedente. Há tolerância do Congresso, do Poder Executivo, do Judiciário, da Procuradoria da República, e, em alguma medida, da própria sociedade em relação a fatos problemáticos. No Conselho, a pauta envolvendo todos esses problemas é tão grande que nos debruçamos sobre eles conforme foram surgindo ou à medida que ficassem insuportáveis. E esse é um deles. E insuportável a situação que está criada hoje e não é diferente da que já vinha se estabelecendo quando o grupo abriu, alienou integralmente o serviço, para o controle do seu serviço para o Grupo Rioux. Mas a situação que temos hoje, pelo potencial, pela dimensão que adquiriu, torna o assunto insuportável.

Foi por meio dessas portarias que se introduziu a figura jurídica, o conceito jurídico de televisão por assinatura via satélite. Até então inexistia, em qualquer referência legal, esse serviço, pois ele aparece pela primeira vez em ato oficial, no ato de outorga dos serviços de satélites aos grupos Globos e Abril. Também surgiu a concessão de uma rádio por assinatura via satélite para o grupo Bandeirantes, que acabou não sendo implementado.

O serviço surge, foi criado no ato de outorga. Quer dizer, é um serviço novo que teria de ser regulamentado por lei com a mesma fundamentação que se regulamentou por lei a tevê a cabo. No entanto, o serviço surge num ato de outorga, vindo a ser regulamentado posteriormente por portaria e, depois, por decreto, de forma, na nossa avaliação, absolutamente legal.

Eu só queria registrar aqui que foi distribuído o material para os Conselheiros, para dizer que não houve descaso da parte das entidades da sociedade civil que acompanha as questões da democratização.

O que houve foi uma documentação da situação de impotência da sociedade em relação a essa tolerância citada pelo Presidente do Congresso, do Judiciário, do Executivo e da Procuradoria-Geral da República.

Em 1997, as entidades que atuam por meio de do Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação entraram com uma ação popular, com uma denúncia no Tribunal de Contas da União, com uma representação junto à Procuradoria Geral da República e também, por intermédio do Deputado Jacques Wagner, com um Projeto de Decreto Legislativo em que o Congresso estava sendo convocado a cassar esses atos francamente ilegais e com um projeto de lei que pretendia estender ao serviço de tevê por assinatura vários dos requisitos do serviço de tevê a cabo.

Essas duas propostas legislativas, o projeto de lei e o decreto, foram arquivados no ano passado, com a mudança da Legislatura, não houve deliberação do Congresso sobre eles, e se encontram atualmente arquivados desde 2003. Portanto, penso que o Conselho tem que recuperar esse processo, e, até pela responsabilidade que tem no Congresso, tem que indicar para o Congresso que o Congresso foi usurpado da sua função regulatória dessas matérias, porque é constitucional e legalmente indicado por uma série de argumentos que a matéria só poderia ser regulada por lei e jamais poderia ter sido regulamentada pelo Executivo, tal como foi, por portaria, e muito menos aceita essa excrescência do serviço ser criado sem regulamentação, num ato de outorga, como aconteceu.

Penso que todos os argumentos em relação à similaridade de procedimentos e exigências e a gravidade da situação fazem com que o conselho tenha de assumir uma posição.

Independentemente de iniciativas que possam ser tomadas pelo conselho e pelas entidades aqui representadas junto ao CADE e às outras esferas do Poder Executivo, têm de ser apontados ao Congresso Nacional o resultado dessa tolerância e, sobretudo, a usurpação que foi praticada em relação ao Congresso Nacional de ser regulamentada dessa maneira francamente ilegal e inconstitucional uma matéria que somente poderia ser regulamentada por lei.

Fica disponível aqui a documentação que ampara essas ações de 1997.

Sobre o início desse processo, penso que esse fundamento ainda é persistente.

O fato de isso envolver interesses de grupos – interesses estratosféricos na esfera internacional, inclusive, hoje – não é justificativa para que se aponte a necessidade de indicar onde estão os interesses nacionais, onde está a afirmação de soberania, onde está a afirmação das necessidades culturais, econômicas

e políticas que o Brasil tem em relação ao serviço de televisão por assinatura.

Creio que, em relação a essa responsabilidade, se o Conselho não cumprir isso em relação ao Congresso Nacional, realmente não serviremos para nada aqui. Não teremos sentido se não apontarmos para o Congresso Nacional as consequências e o significado que teve e que tem essa usurpação praticada pelo Poder Executivo, do início do patrocínio desse serviço, que foi por meio dessas portarias de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Agradeço ao Conselheiro Daniel Herz.

Conselheira Berenice, quer usar da palavra?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim, Sr. Presidente.

Meus colegas, mais uma vez, nesta questão, recebemos os frutos de uma opção que, no Brasil, faz-se de se privilegiarem e valorizarem a abordagem e a leitura da questão tecnológica sobre a questão do conteúdo. Está-se sempre considerando mais importante a materialidade de propriedade dos meios de comunicação que a transmissão de conteúdo. No entanto, hoje, vemos, nesse episódio, flagrantemente, a importância fundamental e determinante – como disse o Daniel – do conteúdo audiovisual sobre a economia, a política, a cultura do País.

A impressão que tenho, particularmente, é que há uma tentativa de desnacionalizar – pode parecer demagogo, podem considerar emocional ou coisa de mulher – as mentes e os corações da nossa gente, do nosso povo, da nossa Nação. É para isso que estamos caminhando.

Não segui o caminho jurídico, mas sei que não há possibilidade de que uma lei, seja qual for, ou um contrato, seja qual for, prevaleça contra o interesse público.

Concordo com todos que estão aqui dizendo que nos cabe alertar as mais altas esferas de todos os poderes, neste momento, no nosso País, que uma ação contra o interesse do povo brasileiro está sendo perpetrada, na perspectiva de uma ação que precisa – não somente no Brasil – ter uma delimitação, que é o que se chama de globalização, mas que, no fundo, é puramente um direito absoluto predatório de exploração dos povos, das riquezas dos povos e dos mercados nacionais pelo capital especulativo.

Não há possibilidade, nesse caso, de criarmos perguntas aos nossos engenheiros. Infelizmente, sei que a resposta é não. Não há uma barreira que nos proteja da emissão desses sinais. Não há. Esta é uma questão que deveria ser tratada como foi a da fronteira

do Acre entre outras tantas que já tivemos em nosso País, quando ousamos desafiar e fazer prevalecer o nosso direito. É uma questão de soberania.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Berenice.

Passo a palavra a o Dr. Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, amanhã vamos ter uma reunião da Comissão de Regionalização sobre a tentativa do Governo Federal, via Ministério da Cultura, de transformar a Ancin em Ancinav. Ainda não sabemos o horário, talvez seja às 9h – ainda agora ouvi o Conselheiro Roberto dizendo que talvez não possa vir pela manhã –, mas tem muito a ver com o assunto a reunião de amanhã.

Na exposição de motivos que o Governo apresenta para a criação da Ancinav, há fundamentos absolutamente positivos e afirmativos, citando vários artigos da Constituição. Muitos deles falam em soberania, defesa da cultura, defesa da nossa identidade como povo que tem cultura própria e conhecimento acumulado e que precisa preservar isso. O próprio Ministro disse, quando visitou o Conselho, que esse projeto não é ainda o definitivo, o grande projeto, o grande marco regulatório, mas é o início.

Eu acredito, colegas de Conselho – eu nem sequer faço parte da Comissão, mas vamos participar junto com o Telles desse grupo de trabalho sobre a Ancinav – que será amanhã, às 9h. Talvez mude o horário, mas vai se realizar amanhã. Há um problema quanto ao horário.

Creio que esta Comissão é um espaço importante.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Comissão decide isso depois.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – É um espaço importante, Sr. Presidente, não só para as questões específicas da Ancinav. Exemplos ilustrativos práticos como esse nos balizam e dão o tom da importância dessa questão.

Foram colocadas com muita propriedade o que não está nas nossas mãos, no nosso poder: a inércia e a inoperância de órgãos importantíssimos como o Cade e o próprio Congresso nessa questão e outra – mas especificamente nessa questão. Mas o Conselho pode e deve – o Daniel colocou muita bem, se não o fizer não tem razão de existir o Conselho – provocar

com toda serenidade e respeito, mas de forma incisiva esses órgãos do Poder Público e da sociedade organizada como a ABI, a OAB entre outras em uma grande mobilização a respeito dessa ameaça que está aí batendo à nossa porta e entrando em nossos lares sem pedir licença. E o que está acontecendo.

Penso que isso vai ajudar na análise da nossa questão interna sobre a Ancinav, com a perspectiva do que isso representa e do que outros países estão fazendo – há aqui o documento da política francesa para audiovisual. Nós teremos como dever de casa a tarefa de procurar subsídio em outros países para saber como estão se comportando diante desse massacre econômico, cultural e informativo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Eu vou repetir o que os companheiros já disseram. Eu só gostaria de destacar dois aspectos: quanto ao primeiro, curiosamente iniciamos esta reunião de hoje com a carta de despedida do Dines, perguntando-se sobre a função deste órgão.

Então, ratifico a posição enunciada pelo Daniel, porque, se este Conselho não fizer isso, ele não serve para nada. Temos de concordar que é provável que talvez estejamos próximos de passar pela porta, porque é cabível.

Sr. Presidente, agora faço uma solicitação. V. Ex^a já se antecipou dizendo a respeito de se escolher dois conselheiros para produzir uma moção. Ouvi atentamente a discussão com o Conselheiro Roberto Wagner. Creio que seria de grande valia contarmos neste momento com a sua sapiência jurídica, com o seu brilhantismo jurídico e, mais do que uma moção, naquele aspecto que V. Ex^a coloca a analogia com a lei do cabo, acredito que esse argumento de base jurídica deveria fazer parte da manifestação do Conselho, ou seja, seria um argumento que sustentaria. Pelo menos, seria uma opinião balizada, um argumento balizado que daria sustentação a essa posição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

Com a palavra a Conselheira Assumpção Hernandes Moraes de Andrade.

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE – (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, realmente estou absolutamente surpreendida pelo fato de que um problema desse tamanho, que atinge diretamente a questão da soberania

nacional, tenha recebido tão pouca atenção e tão pouca discussão pública. Também me surpreende que o projeto do Ministério da Cultura que propunha organizar a Casa para que não se transforme num terreno baldio o audiovisual no Brasil tenha recebido atenção total da mídia inteira brasileira, puxada pelo monopólio da tevê, cruzado com o jornal, com as rádios e com as revistas, e seguido, subserviente e incompetentemente, pelo resto da mídia brasileira, que não se deu ao trabalho de se debruçar sobre a proposta, de verificar tudo aquilo para que se alertava, apesar de que eu também entendo e concordo que há coisas a serem mudadas – e nós as estamos mudando. É para isso que existe um projeto de lei. Supõe-se que um projeto seja uma coisa que ainda vai ser estudada. No entanto, recebeu-se como se fosse o ato criminoso do ano. E, deliberadamente, durante mais de um mês, falaram-se absurdos sobre o projeto.

Tive a oportunidade de assistir a um Senador do Distrito Federal, em uma entrevista à TV Câmara, comentando a Lei da Ancinav, discutindo a dificuldade que o cinema brasileiro ia ter para lançar um filme com 200 cópias, pagando taxa. Mas S. Ex^a não viu que o cinema brasileiro não paga aquela taxa. São apenas 10% só daquele total.

Então, vejam a irresponsabilidade dos nossos legisladores. Em uma tevê pública, que tem o maior compromisso de informar o eleitor, um senador se dá ao luxo de desmerecer, de desqualificar uma proposta do Ministério da Cultura, com informação errônea.

Esse fato está na mesma altura do tratamento de criminalidade que foi dado ao projeto de lei da Ancinav pelo conglomerado todo da propriedade cruzada da nossa mídia, que agora vai ser passada para um gângster do exterior. E agora temos que nos surpreender, correr atrás. E quem sabe – por quê, não? – essa mídia poderia agora usar todo esse poder que ela tem não só de ocupar o espaço de informação, de carregar o resto que tem no seu caldo, e discutir essa questão. E por que não legislar com emergência, se tanta legislação emergencial está sendo feita? É questão de soberania nacional, não uma brincadeira. Estou estarrecida, escandalizada, chocada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as considerações da Conselheira Assumpção.

Com a palavra o Conselheiro Antonio de Sousa.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO (Representante das categorias profissionais de cine-

ma e vídeo) – Sr. Presidente, também estou surpreso, como todos, com a matéria. Como já foi dito por todos, reveste-se de importância à questão do conteúdo nacional, a discussão do conteúdo nacional, porque, no final das contas, o capital não tem pátria, ele vai a todo lugar. Existe uma tentativa de controle dos países, mas o capital é predador. Acho que a questão que se sustenta hoje ainda é a de soberania e conteúdo nacional e de emprego. O Brasil tem vocação – já provamos nossa competência no cinema e na televisão – para fazer produtos de qualidade. Esse é o foco da questão. Somos um país que tem competência para produzir conteúdo de qualidade. Quero saber se esse capital vai produzir nossos filmes e nossas novelas ou se será tudo importado para ser dublado e colocado no ar. Pode-se pegar um testa-de-ferro brasileiro para ter um canal de televisão e trazer os programas importados, como o Sílvia Santos traz as novelas mexicanas. Não terá adiantado nada. Continuaremos com o conteúdo estrangeiro no ar, sem emprego e sem conteúdo nacional.

Esse é o ponto importante da questão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Antônio de Sousa.

Com a palavra o Conselheiro Orlando Guilhon.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Não vou fazer uma intervenção de juízo de valor porque todos já explicitaram a gravidade da situação que estamos enfrentando. Ainda bem que o Antonio falou antes de mim e lembrou que o problema é um pouco mais complexo do que apenas capital estrangeiro, porque há formas de se burlar isso diante da lei.

Eu gostaria de propor, como encaminhamento, uma nuance em relação ao que estou percebendo que está sendo desenhado. Primeiro, com relação à questão da moção. Poucas vezes vi uma temática que unificasse tanto o Conselho, em que pesem as nossas eventuais nuances e divergências sobre como encaminhar, mas acho que há um razoável grau de unidade de que a situação é grave e merece um posicionamento firme e efetivo do Conselho. Nenhum Conselheiro se sentiria bem participando de um Conselho desse tipo sem um pronunciamento forte em relação a essa situação.

Em se tratando de uma moção que muito mais procura alertar, “botar o dedo na ferida”, do que apresentar soluções alternativas do ponto de vista do Judiciário, Legislativo, do Executivo etc., eu perguntaria

se é preciso esperar uma nova sessão do Conselho, daqui a três semanas, para que tornemos pública essa moção. Lembro-me de uma situação semelhante, com relação a Anatel, há pouco tempo, em que acabamos fazendo uma consulta eletrônica em torno de um texto, de uma resolução final, porque tínhamos um deadline a respeitar na nossa negociação com a Anatel. Pergunto se não poderíamos, ao invés de construirmos essa moção e irmos para uma próxima reunião, parece-me que no dia 8 de novembro, antecipar esse processo de aprovação e já tomarmos público para a imprensa, para as autoridades, o conteúdo de uma moção, desde que tenha como limite de posicionamento aquilo que tem sido a referência das intervenções até agora, razoavelmente unitárias com relação à gravidade do que estamos enfrentando.

Dada a gravidade dessa questão em particular que estamos tratando, não deveríamos dar um caráter um pouco diferente à próxima reunião do Conselho, ou seja, não deveríamos já convocar, não apenas burocraticamente, fazendo esforços políticos para convocar setores do Legislativo, do Executivo e do Judiciário para participarem dessa reunião? Não seria o caso de, junto com essa moção, fazer uma convocação ao Cade, a Anatel, a Secom, ao MiniCom, enfim, a setores do Executivo, à Comissão de Comunicação da Câmara, à Comissão de Comunicação do Senado Federal, ao Ministério Público, à Procuradoria-Geral da União, aos setores do Judiciário? Não temos a pretensão de que o Conselho vai ditar normas ao Legislativo, ao Executivo. Também queremos ouvir, mas temos coisas a falar, e uma das coisas que nos preocupa é ficarmos falando entre nós aquilo que ninguém escuta, que ninguém ouve. Então, acho que seria de bom-tom que essa nossa preocupação chegasse a quem de direito: às autoridades competentes do País na área do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, e que envidássemos esforços para chamar também a sociedade civil.

Quando nos interessou, trouxemos aqui o Ministro da Cultura, cineastas, atores etc. Agora, podemos também fazer uma razoável mobilização, chamar a imprensa, as emissoras. Sei que temos nossas divergências com relação aos grandes grupos de comunicação do País, mas temos também pontos de unidade. Particularmente, nessa questão, é possível criar uma plataforma de interesses de unidade razoavelmente ampla sob o ponto de vista da defesa dos interesses nacionais, culturais, econômicos, etc. Então, vamos chamar também as grandes redes de rádio e de televisão.

Podemos fazer dessa reunião do dia 8 não apenas uma reunião comum, uma reunião qualquer de trabalho do Conselho, mas fazer uma espécie de audiência pública, chamando o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e a própria sociedade a se manifestarem. O grau de unidade política que vamos conseguir construir, ao final dessa audiência pública, vai depender da nossa competência como articuladores políticos de buscar os canais competentes de diálogo, de costura política nos Três Poderes e na própria sociedade. Se, em parte, representamos uma parte expressiva da sociedade civil brasileira, certamente não podemos ter a pretensão de representar toda a sociedade civil brasileira. Há muitos setores da sociedade civil organizada que não estão presentes neste Conselho e que deveriam ser ouvidos numa questão delicada como esta. Acredito que podemos transformar isso num fato político de maior repercussão. Talvez, a partir daí, o Presidente da Câmara, do Congresso, e outros setores tenham maior sensibilidade para abrir as portas e receber o Conselho para futuras audiências. E uma sugestão que faço aos senhores conselheiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Orlando Guilhon. Pereira quer falar?

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Ratifico a proposta de Orlando Guilhon. A Carmen estava dizendo neste instante: paciência. Agora, é até bom que ela permaneça ainda entre nós para ver por que às vezes ficamos impacientes. É bem possível que, nesse processo que ora estamos discutindo, essa questão não seja nova para nós. Aqui no Conselho de Comunicação, em alguns momentos, apontávamos para essa preocupação. Lembro-me de que o Conselheiro Wagner, algumas vezes, levantou isso, assim como o nosso Presidente.

Se formos fazer uma repescagem de nossas atas, verificaremos que, em alguns momentos, abordamos isso. Alertamos a Anatel de que poderia acontecer isso. E hoje estamos aqui com a sensação de estarmos discutindo sobre o leite derramado. Mas, mesmo às vezes, sendo sobre o leite derramado, entendo que não devemos jogar a toalha. Aí, Orlando Guilhon, que não apenas a próxima reunião seja convocada em caráter de audiência pública, mas se até lá, nessa reunião do dia 8, sentirmos que devemos dar seqüência, que o façamos. Embora este Conselho, com essa forma-

ção aqui, ao apagar das luzes, quando estamos em um processo de mudança, inclusive para novos conselheiros, a sensação que tenho é a de que a chuva aconteceu e os relâmpagos estão acontecendo exatamente neste momento. Quer dizer, todos nós que aqui não ficarmos, teremos a sensação de que deixamos algo a ser feito.

Eu já estou com raiva de mim mesmo por estar no final de um processo, cujo desdobramento não sabemos qual será. Não estou querendo fazer disso exatamente um apelo. No entanto, eu gostaria que nos movimentássemos na perspectiva, a partir dessa audiência, em que haverá inclusive a presença do Cade, já que sinto que essa audiência certamente vai ocorrer, de pegar toda a proposta e fazer uma moção. Já temos as duas pessoas da Santíssima Trindade que poderão dar essa contribuição, que é o próprio presidente do Conselho e o Conselheiro Wagner, acrescido do Antônio Telles e Daniel Herz. Essas quatro pessoas, embora sejam somente três as pessoas da Santíssima Trindade, mas violentamos e elevamos para quatro. Certamente, a força cristã de Deus nos perdoará. Não iremos para o purgatório só por conta disso.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está certo.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Então, façamos essa audiência. Vejam que estou, talvez utopicamente, imaginando que consigamos, pelo menos, o efeito Nestlé-Garoto, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Obrigado, Conselheiro.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Pelo menos isso. Estou aqui sonhando com isso.

E é bom que a nossa Carmen Roquette Pinto esteja aqui, neste momento, pois se sabe lá se a energia de Roquette Pinto não baixará sobre este País, para que possamos ainda recuperar esse leite derramado?

Para concluir, embora estejamos no apagar das luzes e o nosso raciocínio fique bastante comprometido, porque o Presidente fica de lá da mesa olhando para nós com a sensação “conclua, conclua”, creio que, de imediato, hoje, aqui desta reunião, já que somos órgão auxiliar do Congresso, para não surpreendermos, saia uma carta dirigida do Conselho ao Presidente do Congresso, o Senador José Sarney, para dizer da nossa

insatisfação e da nossa mobilização com vistas a essa audiência do dia 8.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. Exª tem certeza de que acabou ou deseja falar mais?

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Eu estou convencido pelos seus brilhantes olhares.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Cipolla, você quer falar? Por favor.

O SR. MIGUEL CIPOLLA JÚNIOR (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Só um minuto para poder encerrar o assunto.

Evidentemente, esse particular problema levantado é um ponto emblemático de toda a questão que está por trás dos meios de distribuição de sinal neste País e de conteúdo, quando falo em sinal. Então, evidentemente, deveríamos, quando nos articularmos para tentar achar uma solução, encaminhar uma sugestão de solução para o problema, desvincular o problema do meio utilizado – porque, hoje, estamos discutindo o satélite; amanhã, pode ser o celular. Com a tecnologia evoluindo, nada impede que tenhamos conteúdos a serem veiculados nos celulares das pessoas. Hoje, são mais de 40 milhões de aparelhos que podem ser utilizados para isso – e nos atermos efetivamente a um processo, onde o conteúdo a ser distribuído possa ser, de alguma forma, regulado e orientado. Esse é o ponto essencial da questão.

E só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Miguel Cipolla Júnior.

Concedo a palavra à Drª CARMEN Roquette Pinto

A SRA. ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE – (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, antes de ela começar a falar, penso que V. Exª deveria convidá-la a estar presente, como sociedade civil, a todas as nossas reuniões.

A SRA. CARMEN ROQUETTE PINTO – Muito obrigada.

Estou adorando, porque, quando começou a reunião, veio a carta do Dines, que foi como “água fria na fervura”, houve um cedo desânimo.

Então, realmente, se o Dines estivesse aqui, talvez ele mudasse de idéia. De fato, é muito importante,

mesmo que não haja uma posição deliberativa, a informação, a transmissão de um entusiasmo, no sentido de resolver um problema tão grave, inclusive nessa questão da soberania, porque a decisão virá em função de se conseguir convencer a população, o meio da área de comunicação da importância disso.

Sabemos que as pressões, no bom sentido, são importantíssimas, porque, às vezes, até determinados erros são feitos propositadamente, mas muitos são sem querer. No momento em que há uma pressão realmente, aparece um sol no fim do túnel.

Portanto, acho importantíssimo isso que os senhores estão resolvendo. Estou gostando muito, porque aí vejo realmente a influência do meu pai, com relação a não se ficar só “chovendo no molhado”, no blá-blá-blá. Os senhores estão tomando medidas sérias, importantes, possíveis.

Então, os senhores estão de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira CARMEN Roquete Pinto.

Pergunto se alguém da sociedade civil quer usar da palavra. (Pausa.)

Não havendo, eu gostaria de dizer o seguinte: o Fernando Bittencourt tem razão quando pede uma certa atenção em relação a um grande conjunto de questões sobre os quais deve haver uma reflexão mais tranquila. Ele próprio fez um enunciado com o qual não estou de acordo – a idéia de que, como nos Estados Unidos a DirecTV já se juntou, aqui seria mais ou menos inevitável, onde há uma lógica hegemônica por trás dessas medidas, nos Estados Unidos.

Escrevi um livro em 1994, num tempo em que os Estados Unidos compreendiam que a comunicação era um fenômeno nacional. Toda lógica deve ser voltada para o mercado e a democracia dentro dos Estados Unidos. Depois, eles compreenderam que o mercado é o mundo, é uma visão hegemônica. A informação, nos Estados Unidos, é fator de dominação, de hegemonia, de expansão do imperialismo americano.

É curioso porque, do ponto de vista econômico, como lá se deu, aqui também tivesse que acontecer o mesmo. Mas, do ponto de vista institucional, exatamente porque se deu lá, aqui não podemos deixar que aconteça.

Daniel, por exemplo, convirjo em quase tudo, mas não seria tão condescendente com a Anatel. Quando o Governo baixou as resoluções que criaram a TV por Assinatura, existiam duas características: primeiro,

nada obrigava a Anatel a manter as resoluções. Ela não estava obrigada, absolutamente, a mantê-las. O ato de manter, de não revogar, de não alterar, é uma aceitação ou cumplicidade – escolham as palavras.

Por outro lado, em defesa ao Governo, e em crítica a Anatel, quando o Governo deu a TV por Assinatura, deu-a a grupos brasileiros. Não foi da mão do Governo que as TV por Assinatura passaram ao controle de grupos estrangeiros, foi da mão da Anatel. Portanto, se você pode ainda absolver parcialmente ou ter palavras de condescendência com a Anatel, porque não foi ela que baixou a resolução, embora seja censurável que tenha mantido, ela não pode ser perdoada quando, no seu império, aceitou a substituição do controle brasileiro pelo estrangeiro.

Proponho que esses dois sejam, o Conselheiro Fernando Bittencourt e o Conselheiro Daniel Hertz, sem nenhuma diminuição de todos os outros que estão qualificados. Mas esses, por razões ligadas às próprias representações, penso que têm sobre todos nós outros uma dimensão a mais. Tenho uma visão abrangente disso e quero, por lealdade, expô-la.

Se você tem uma empresa em dificuldade econômica e tem um bem para vender, a venda está dentro da lógica da empresa. Agora, do País, o que temos que exigir do Governo é uma ação pró-ativa. Por exemplo, a ação do Governo talvez não seja “não pode”, mas “você está vendendo porque não tem dinheiro?” Vamos acertar essas coisas. “É para isso?” “Qual a grana que está aí?”

Não bloqueio nenhuma variável. Sei que, nesse jogo complicado que é a comunicação, é preciso não ser ingênuo. “Você está vendendo por quê?” “Por que está em crise financeira e precisa de grana?” “Qual é a grana que vai entrar nesse negócio?” “Se for por essa aqui, não precisa vender porque eu banco.” Por exemplo, não estou dizendo que a variável seja essa.

Eu queria dizer que deveríamos adotar uma atitude de não fechar porta nenhuma, uma abertura ampla.

Eu sugeriria que o Daniel e o Fernando, nesse relatório, se não houvesse pontos em que não houvesse convergência, não há mal nenhum em dizer: “Olha, há questões, ainda, sobre as quais não conseguimos produzir consenso”. E que eles assinalem quais são. Mas era importante que vocês avançassem para fazer o maior volume possível de consenso.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação

social) – Estávamos discutindo, aqui, inclusive coloco em questão o fato de eu pertencer à empresa que está envolvida por ser um fato bastante delicado e politicamente pesado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas foi por isso que V. S^a foi escolhido.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Claro que eu posso contribuir muito no aspecto técnico. Mas, talvez, no aspecto político, a minha contribuição possa ser vista de maneira atravessada, e eu não sei se ajudaria ou não o grupo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Fernando Bittencourt, eu nunca indiquei conselheiro. Sempre perguntei quem gostaria de participar das comissões. Esta é a única vez em que eu faço isso, porque V. S^a, nesses dois anos, se fez respeitado, é uma pessoa honrada, e todos sabemos que o interesse coletivo está acima do pessoal, e o conhecimento de causa que V. S^a tem, como técnico enormemente qualificado, será fundamental. A idéia que eu tenho é que...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Talvez pudéssemos melhorar esse aspecto, se colocássemos mais alguém no grupo.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, penso que, neste momento, tendo em vista termos prazos a serem cumpridos, concordo que estamos sentido essa reserva, e é bom que ela aconteça com toda a transparência. Gostaria de, diretamente, sugerir que o Conselheiro Daniel representasse os trabalhadores e o Conselheiro Paulito assumisse a representação das empresas de radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Berenice, por razões óbvias, se o Conselheiro Fernando Bittencourt pudesse contribuir, S. S^a emprestará a legitimidade do próprio conjunto de forças que S. S^a representa, sem nenhum demérito dos demais, mas uma representação dos dois, com poderes para ouvir quem quer que seja. Não é limitado. Agora, eu gostaria que V. S^{as} fizessem o possível para que, até o dia primeiro, pudéssemos enviar o texto. Talvez, cada um pudesse ficar com uma parte. S. S^{as} sabem, pois já trabalharam juntos. Penso que seria bastante bom. Se não houver consenso, explicito o consenso. “Olha, há

certas questões às quais a gente não consegue...” Enfim, explicitem as questões, e a gente faz o consenso aqui; ou o documento sai sem consenso. O documento vai ser uma definição e uma preocupação nossa. Pode ser que, em relação às questões, queiramos melhor discuti-las. Nós não precisamos fechar questão sobre nada. A menos que haja solicitação em outro sentido, eu não marcarei nenhum outro assunto para a reunião do dia 8, porque entendo que, pela importância do assunto, ele vai consumir a reunião toda. Para nós não ficarmos lamentando de ter de cercear com olhares os Conselheiros para que sejam breves. Então, vamos fazer a reunião do dia 8 só sobre este tema.

Com a palavra o Sr. Guilhon.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Só para um esclarecimento: o Presidente citou a possibilidade de já convocar representantes das comissões parlamentares, que é o caso do Senado e da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Fui muito claro, Orlando: eu preferiria ver o resultado do trabalho dos dois, porque, se houver o consenso que eu espero, irei convocar. Se o trabalho dos dois for cada um para um lado e consenso nenhum, eu não vou fazer.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Só para eu entender: se houver realmente a possibilidade dessa costura e desse consenso, quero saber...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Aí, convocarei todos, sem nenhuma dúvida. Vou convocar as comissões...

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Quer dizer, isso significa convocar também o Cade, a Anatel, o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vou convocar todos. Vou-me dirigir ao Presidente da Anatel, para que ele próprio venha.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Então, seria importante que essa reunião estivesse pronta

rápido, porque dela vai decorrer a movimentação que vamos fazer.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON

(Representante da categoria profissional dos radialistas) – Exatamente. Quando mais cedo ficar pronto, mais cedo poderemos movimentar nessa postura política.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Obrigado, Orlando Guilhon.

Concedo a palavra ao Sr. Daniel Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas)

– Gostaria de propor um detalhamento desse encaminhamento nos seguintes termos: que fizéssemos uma... Não temos como nos posicionar e detalhar a argumentação sobre esse tema muito rapidamente, tão rapidamente quanto uma moção exigiria. Portanto, eu dividiria em três itens o nosso encaminhamento: primeiro, que fizéssemos uma moção em curto prazo, em uma semana; segundo, que no prazo de quinze dias fizéssemos essa audiência, sem a necessidade da presença de todos os conselheiros, porque o objetivo da audiência é colher subsídios e levantar posicionamentos que poderiam ser conduzidos, assim como outras tantas audiências que já realizamos, em que, a partir de uma pauta de perguntas, de questões, fizemos indagações a pessoas que poderiam contribuir. Então, acho que deveríamos manter, mesmo coincidindo próximo ao período eleitoral. Enfim, garante-se que algum conselheiro dê condução, e todos os outros conselheiros, mesmo os que não puderem participar, encaminhariam as perguntas à pauta de indagações. Até a próxima reunião, traríamos um relatório, distribuído uma semana antes, com os vários elementos levantados, até onde foi possível desenvolver esse trabalho antes da próxima reunião.

Em relação a essa moção, que seria um posicionamento preliminar e emergencial do Conselho, acho que deveríamos aferir aqui a base de consenso em relação a alguns pontos básicos. Eu apontaria quatro pontos, se essa for a metodologia adotada.

Sobre a composição desses encarregados de fazer isso, destaco aqui que, de fato, talvez não seja a mais adequada essa indicação do Conselheiro Fernando Bittencourt, que, sem dúvida nenhuma, como poucos, pode contribuir com a matéria. No entanto, tem uma realidade que pode colocá-lo numa situação de constrangimento, mesmo que tenhamos a certeza de que a sua posição, que aqui se dá representando

a SEI, Sociedade de Engenharia de Telecomunicações, sempre primou pela independência e, enfim, pela soberania em relação às matérias, diferenciando-se inclusive de posições do grupo em que ele trabalha. Mas a realidade é que ele trabalha no grupo que está envolvido diretamente nessa questão e, portanto, seja qual for a sua posição – temos certeza de que, assim como as outras aqui tomadas, seriam independentes, teria autonomia para fazer isso –, trata-se de uma situação de potencial constrangimento e, até o resultado final disso, não vai faltar quem diga que a posição, contrária ou favorável, enfim, seja qual for, é uma manobra desse grupo. Então, até para livrar o Conselheiro Fernando, pois aqui falávamos que sua contribuição é imprescindível para o equacionamento desse assunto. Creio que poderíamos livrá-lo desse constrangimento colocando outro representante do segmento empresarial que não tenha uma ligação direta com o grupo que está envolvido diretamente nesse processo.

Essa é a proposta de encaminhamento que eu faria, reiterando o apelo para que o presidente leve em consideração esses argumentos para a escolha dos responsáveis por esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil)

– A minha primeira observação é a seguinte. Lá na minha terra tem uma frase que todos conhecem: “Mão aberta é uma tapa, mão fechada é um murro”. Acredito que, se fizermos vários documentos, somados, eles não vão ter a força de um documento único, isto é, em drágeas, vamos dividir o impacto. A minha percepção é que melhor seria se houvesse um único pronunciamento que sintetizasse o que pensamos.

Por outro lado, no Congresso Nacional, esta semana será de esforço concentrado; na próxima semana não vai acontecer nada. Na primeira semana de novembro, a terça-feira já é feriado, será uma semana troncha. Na primeira semana em que o Congresso vai funcionar de verdade é a semana que começa no dia 9, terça-feira. Estou convencido de que o dia 8 é uma boa data e deixa confortável sobretudo você que terá que preparar alguns documentos.

Em relação ao Conselheiro Fernando Bittencourt: o meu convencimento é de que não haverá pronunciamento nem de Fernando nem seu, o pronunciamento será do Conselho, com todo o conjunto de convergências e contradições que caracterizam um conselho. O fato de alguém redigir o primeiro texto não vai querer

dizer nada. Ou alguém vai pensar que, porque alguém redigiu o primeiro texto, o Conselheiro vai votar num sentido ou em outro? Só porque alguém redigiu? As pessoas vão votar as palavras da moção ou da proposta quaisquer que elas sejam, independentemente de quem as tenha redigido.

De qualquer forma, a minha proposta seria manter os dois, ficando Fernando Bittencourt com a delegação de, se no curso dos trabalhos se sentir constrangido, indicar um conselheiro para substituí-lo. Está bem assim? Se no curso do trabalho ele sentir que pode haver constrangimento, indicará alguém que o substitua.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Já que o assunto chegou a este ponto, quero dizer o seguinte. Estou aqui representando a SEI e sempre balizei a minha posição por assuntos tecnológicos, porque acho que o meu chapéu é o chapéu da SEI. A minha contribuição maior é a contribuição que sempre dei nesses dois anos: no lado mais tecnológico, sabendo que o grupo, o Conselho, tem outros representantes que representam as empresas e que não é preciso que eu fique aqui representando as empresas. Achei que a minha contribuição para o Conselho seria muito mais rica – e sempre agi assim – se me pautasse pelo aspecto tecnológico, achei que a minha contribuição seria mais neutra se fosse dada com base na tecnologia.

Realmente, nesse assunto, diria que a tecnologia não tem muito a ver. Concorro plenamente com o Daniel quando diz que vou ter problemas complicados. Não sei qual será a contribuição mas, com certeza, seja ela de um lado ou de outro, poderá ser criticada, porque posso estar a favor ou contra e estar contaminando o resultado do relatório.

Posso contribuir pelo lado tecnológico, o pouco que existe nesse assunto – tem um pouco do aspecto tecnológico, mas não tem muito, predominam os aspectos estratégicos e político sobre o tecnológico. Seria importante que tivesse mais uma pessoa que pudesse ficar só no lado tecnológico ou alguém que pudesse ajudar o Daniel em outros aspectos do relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Temos dois representantes que podem ocupar esse lugar. Aí vou perguntar, dos dois, qual o que tem mais disponibilidade de tempo para fazer isso. Conselheiro Paulito e Conselheiro Antonio Telles: os dois estão enormemen-

te qualificados para compor isso. Qual dos dois tem mais disponibilidade de tempo e disposição para participar? Por favor, decidam. Tendo um representante dos trabalhadores, deverá ter também um representante dos meios de comunicação. Não há outro jeito. Não quero indicar.

(Superposição de intervenções dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Companheiro, Antônio Telles, está ótimo.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Quero fazer uma lembrança por uma questão de prudência. Sabe-se que esse contrato, que já foi assinado, estará sendo levado ao Cade ainda esta semana.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas vai demorar um ano. Não há perigo de ser julgado.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Era essa a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Há mais alguma dúvida?

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – E o encaminhamento do Daniel com relação à moção imediata?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Faremos tudo no dia 8 de novembro. Quem tiver observação a fazer, faça agora, para que possamos encerrar a reunião de hoje.

Concedo a palavra ao Daniel.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, gostaria de insistir na proposta de encaminhamento. Penso que a preocupação...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não vamos fazer três documentos, Daniel.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Não são três documentos. Penso que a preocupação com a não diluição do assunto está correta, mas precisamos ter uma posição mais imediata para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas não

há problema. O Cade não julga isso em menos de um ano, e o assunto nem chegou ao Cade.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Mas é importante fazermos uma sinalização de posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Essa reunião irá para os meios de comunicação.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, penso que devemos tomar uma atitude para obstar qualquer fato consumado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas não pode ter fato consumado, tecnicamente não pode. Firmaram um pré-contrato que vai para o Cade. Que fato consumado poderá haver? Não cabe nada em menos de um ano, nem morto. O Cade julgou o caso da Garoto em um ano e meio. Os senhores acham que esse projeto, que nem foi para o Cade, será julgado em dez dias? Isso não existe.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que já há operação nas duas pontas. Mesmo operando em duas pontas, se as atividades se associarem, estará criada uma situação de fato.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, com relação à reunião da Subcomissão, há uma questão formal. Preciso falar antes que seja encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Gostaria de encerrar a reunião. O horário da reunião não é matéria.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Preciso fazer uma colocação que conste da Ata.

(Superposição de intervenções dos senhores oradores. Inaudível.)

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, é uma questão formal. Posso falar? O Conselheiro Dines era membro titular da Comissão e hoje novamente ratifica sua retirada da Comissão.

Em função disso, precisamos que o Conselheiro que foi designado suplente da Comissão de Ricardo Moretzsohn, seja levado à categoria de efetivo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas ele não foi como suplente. Quando houve a indicação, ficou muito claro isto: ele era suplente da Comissão, mas, nesse tema específico, ele entraria como titular. Ele é titular da Comissão.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Então, porque precisa retificar isso quando sai na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Você retificará no seguinte sentido: em correlação ao tema da Ancinav, o Conselheiro Ricardo Moretzsohn, que é suplente, atuará como titular. Isso já ficou explícito na última Ata. Já é consenso, não há dúvida.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Não vou insistir, mas não estou entendendo. Quando fizemos a discussão do projeto da Deputada Jandira Feghali, eu também atuei como titular. Não estou entendendo a posição em que fico.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Daqui a um mês, não estaremos mais aqui. O próximo Conselho resolverá isso. Você é titular nessa matéria e ponto final, acabou.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Isso não é problema. Queria voltar ao final do encaminhamento proposto em relação ao ponto original, pois ficou uma conversa de V. Ex^a com o Conselheiro Daniel Herz – e parece-me que nos perdemos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – No dia 8, tomaremos uma posição, que não sei qual é, mas vamos tomar uma posição que sinaliza no sentido de preservar os interesses nacionais. Nada vai acontecer antes.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Queria levantar um ponto que é o seguinte: se tivermos um documento fechado no dia 8, vamos chamar os Deputados, os Senadores e o Cade para o quê? Então, já vamos nos posicionar. Não será uma discussão porque existirá a posição do Conselho de Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Convidaremos

os companheiros, Srs. Deputados e Srs. Senadores, a participar de uma reunião em que esta Comissão discutirá um projeto de moção e o aprovará. Eles serão convidados para participar de uma reunião em que vai se aprovar isso. Ninguém vai aprovar nada antes. Um assunto complicado desse, com matizes, há situações delicadas e esse assunto exige um mínimo de reflexão. Não podemos ficar falando sem que essas questões estejam bem maturadas.

Guilhon, você pediu para falar.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON

(Representante da categoria profissional dos radialistas) – Na época em que eu era sindicalista, costumávamos brincar ao encaminhar uma proposta política, diferenciar o que chamávamos a coisa e o espírito da coisa.

Quando se tinha muita firmeza, muita clareza, muita certeza sobre o conteúdo de uma proposta, tratava-se de “a coisa”. Quando se sabia o que não queria, sabia mais ou menos as linhas gerais de onde se queria chegar, mas não tinha uma formulação que agradasse a todos, chamava-se “o espírito da coisa”. A preocupação que o Daniel tem, que acho que o Moritzsohn também apontou, é a seguinte: pelo que entendi, foi consenso que a reunião do dia 8 não é apenas uma reunião de trabalho nossa, do comitê. Vamos tentar fazer dessa reunião do dia 8 uma reunião com um grau de representação maior, chamando como interlocutores setores do Executivo, do Legislativo, do Judiciário etc.

O que estou entendendo da proposta do Daniel? Pode sair...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Permita-me interrompê-lo. A idéia não era essa. A idéia é – não sabemos como ficará esse relatório – se o relatório tiver um teor de unidade que...

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON

(Representante da categoria profissional dos radialistas) – Vamos separar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Permita-me, Guilhon, só para completar. A minha idéia é que, se no relatório já se puder antever que haverá convergência, vamos fazer isso. Se o relatório explicitar um conjunto em grandes divergências, não vamos chamar esse pessoal e vamos debater entre nós antes de tornar público o relatório.

A idéia era mais ou menos essa.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON

(Representante da categoria profissional dos radialistas) – Já entendi. Como tive uma leitura da nossa reunião de que ela aponta – não estou me referindo a questões de conteúdo prático. Aliás, resgatando a fala do Sr. Presidente, não vamos fechar nenhuma janela e nenhuma possibilidade. No que diz respeito à análise da gravidade da situação, aos riscos que a soberania nacional...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quanto a isso, creio que há, mais ou menos, um consenso.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON

(Representante da categoria profissional dos radialistas) – Há razoável consenso. Então, o que penso que o Daniel está propondo? Se solta uma nota em caráter de moção. O que é a moção? É aquela coisa genérica: aponta-se o perigo, o alerta e tal; não se apontam alternativas concretas e imediatas no campo do Executivo. Não se fala, nessa nota, o que o Cade, a Anatel e o Legislativo têm que fazer: aponta-se o perigo dessa fusão e o significado disso para a política de comunicação no Brasil e convocam-se as entidades, o Executivo, o Legislativo para o debate no dia 8. Até aí, procura-se produzir o relatório com razoável grau de consenso. Sabemos que existem as nuances, as nossas divergências, mas elas nunca chegaram, nos momentos mais críticos e de maior nível de tensão, ao nível de qualquer gesto que fosse interpretado como deseducação ou falta de senso comum. Portanto, não vejo nenhum problema em discutirmos, eventualmente, nuances entre nós. Não quero lembrar alguns momentos de tensão do Conselho, não foi essa a minha intenção, mas não teria nenhum problema em expressar nuances entre nós na presença de um representante do Cade ou da Anatel ou do Ministério Público ou da Secon.

Então, quero manter a proposta original: em vez de esperarmos o dia 1º, para pensarmos se vamos ou não fazer... Todos aqui, senhores, têm contato no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Quero saber o seguinte: vamos esperar o dia 1º, ou o dia 2 ou o dia 28, para começar a operar essa reunião? Não. Propenho que já comecemos a operar essa reunião a partir de hoje, politicamente.

Apostamos na sensibilidade do Daniel e do Antônio Telles para fazer esse texto, com o caráter de moção, amplo, unitário, e vamos trabalhar para que esse relatório seja o mais consensual possível. Se

não o for, não importa: será palco de debate, de aprofundamento, no altíssimo nível de respeito que tem sido mantido aqui no Conselho. O que não quero é esperar o dia 29...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Amanhã, haverá uma nota de jornal dizendo o seguinte: “O Conselho, preocupado com o fato, discutiu o assunto e, dada a gravidade dele, resolveu tomar uma posição formal na reunião que vai acontecer no dia 8.”

A notícia de jornal amanhã já é a indicação da gravidade que damos ao assunto, a preocupação que temos e a idéia de que vamos: aprovar uma moção que está sendo elaborada.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Já entendi, há um acordo com relação a isso.

A nossa divergência, Presidente, é se, formalmente, o Conselho, a partir de amanhã, já passa a convocar o Cade, a Anatel, o Ministério Público, a Secon, para esse debate público. Essa é a divergência.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A minha intenção, com um pouco de prudência, é esperar para ver como anda...

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – E o espírito da coisa. Quando não é possível aprovar a coisa, aprova-se o espírito da coisa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas, na análise do caso, pode haver diferenças de fato, que tornem o problema muito mais complexo do que se pensa.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – E que tornem difícil uma posição consensual. Então, a prudência recomenda que externemos a preocupação, mas não avancemos em relação ao conteúdo, à nossa posição, sobretudo porque, nesse caso, três semanas não vão significar nada, não há nenhum problema.

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Não, tudo bem. O meu medo é o de que, se só tivermos uma semana para convocar a reunião, enfrentemos uma resistência maior.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não, depende do momento em que recebermos o relatório. Se recebermos no fim da próxima semana, como espero, teremos 10 dias...

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Já poderemos agilizar. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – ... 10 dias para fazer...

O SR. ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Está feito o consenso. Aceito a proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Ficou, nos bastidores, uma proposta que coloquei e que poderia estar exatamente a nível desse jornal. Por exemplo, na militância política, o que nos causa mais raiva é saber as coisas só via jornal. Então...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas V. S^a está sabendo aqui.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Não, mas o Senador Sarney, Presidente da Casa...

Já que poderemos exatamente constituir desde já um parceiro, conforme afirmei em minha fala anterior, pode ser com esse mesmo caráter do jornal. E V. S^a, como Presidente do Conselho, poderia comunicar-se, da forma que imaginar melhor, com o Presidente da Casa com relação ao que estamos abordando.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está combinado. Farei isso.

Há mais algum assunto do Conselho a tratar?
São 17 horas e 57 minutos.

Documento pertinente à 10ª reunião (ordinária), do Conselho de Comunicação Social, realizada em 18 de outubro de 2004, a serem publicados juntamente com a ata, no Diário do Senado Federal:

1 – Lista de Presença;

2 – Texto encaminhado pelo Conselheiro Alberto Dines.

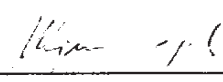

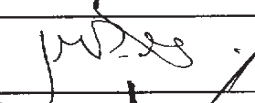
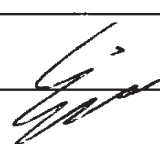

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10ª REUNIÃO DE 2004
(ORDINÁRIA)

EM 18 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO
Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante das empresas de televisão		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
III -	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS Representante das empresas de imprensa escrita		SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social		MIGUEL CIPOLLA JR.	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas		FREDERICO BARBOSA GHEDINI	
VI -	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA Representante da categoria profissional dos radialistas		ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO Representante da sociedade civil		MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA	
IX -	ALBERTO DINES Representante da sociedade civil		ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
IX -	JAYME SIROTSKY Representante da sociedade civil		JORGE DA CUNHA LIMA	
IX -	CARLOS CHAGAS Representante da sociedade civil		REGINA DALVA FESTA	
IX -	RICARDO MORETZSOHN Representante da sociedade civil		ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE	

Visto: 

Senhor Presidente, Dr. José Paulo Cavalcanti
Senhoras e Senhores Conselheiros

Como, teoricamente, o meu mandato terminou em Junho aproveito esta reunião do Conselho de Comunicação Social, uma das últimas do ano, para apresentar as minhas despedidas formais ao bravo grupo de companheiros que aceitou a difícil tarefa de dar vida a este órgão.

Desnecessário lembrar o rol de vicissitudes que retardaram a criação do CCS ao longo de mais de uma década, as dificuldades para montar um órgão auxiliar do Congresso capaz de assessorá-lo em matéria de tamanha relevância política e as difíceis negociações que permitiram, afinal, a montagem do seu primeiro plenário.

Imperioso rememorar, porém, a cerimônia de instalação deste Conselho com a presença do presidente da Câmara Alta, o senador Ramez Tebet e a convocação feita aos conselheiros que então empossava. Embora discreta, sem pompa, a cerimônia conferiu dimensão ao órgão que nascia naquele momento depois de tantas delongas.

Esta dimensão contrasta dramaticamente com a desatenção, descaso, quase desleixo, demonstrados agora pelas diferentes instâncias do Poder Legislativo no tocante ao encerramento da primeira rodada de trabalhos e à substituição da primeira equipe de Conselheiros.

Passados quatro meses – um terço do ano – a sociedade brasileira e os próprios parlamentares ainda não tomaram conhecimento do balanço das atividades do CCS, ignoram seus impasses estruturais e as sugestões para superá-los. Pior de tudo: nem a sociedade nem os seus representantes no Congresso estão acompanhando a escolha dos novos conselheiros. Se na montagem do primeiro grupo a transparência foi substituída por um formidável esforço para a obtenção de um consenso partidário, desta vez não houve nem uma coisa nem outra.

A anomalia transcende ao protocolo e à esfera da comunicação social, desvenda uma negligência com os pequenos procedimentos que compõem a grande máquina republicana e democrática. Se os constituintes de 1988 exigiram a criação de um Conselho de Comunicação Social e se este foi criado pelo Congresso em 2002 não faz sentido que, em 2004, apenas dois anos depois, este mesmo Congresso coloque-o no limbo.

Em função deste lapso, o CCS ficou à margem do mais intenso e mais profícuo debate em matéria de imprensa, jornalismo e comunicação social das últimas décadas motivado pelas propostas de criação do Conselho Federal de Jornalismo e da ANCINAV.

Ouso dizer que a omissão foi providencial. Se estas matérias tivessem sido encaminhadas ao CCS,

seu caráter controverso desvendaria para a sociedade brasileira a incapacidade deste órgão para Auxiliar efetivamente os parlamentares oferecendo-lhes subsídios técnicos, desapaixonados, a respeito dos prós e contras, conforme o disposto no artigo 224 da Carta Magna.

Esta constatação obriga-me a lembrar outro episódio auspicioso quando da instalação do CCS. Refiro-me à decisão de escolher Por Consenso o seu presidente e vice-presidente. Tudo indicava que, apesar do contencioso potencial embutido numa estrutura baseada majoritariamente em representações corporativas, seria possível oferecer ao Congresso contribuições de largo espectro, não-sectárias, para ajudá-lo a tomar decisões políticas já que seus membros têm legitimidade para tal.

Neste clima consensual, o CCS encaminhou-se para o seu destino natural – o de converter-se num fórum nacional de comunicação social. Graças a este espírito digamos “forense” e, a despeito das naturais discordâncias, criou-se uma pauta permanente onde incluiu-se pela primeira vez na história do Congresso o tema da concentração e da propriedade cruzada dos meios de comunicação. Na condição de fórum o CCS convocou especialistas oriundos de diferentes áreas e, com as suas intervenções, editou o livro “Concentração da Mídia”, o primeiro estudo produzido por um órgão público brasileiro sobre tão importante assunto.

A partir de um documento meramente expositivo, sem confrontos nem quedas-de-braço, cumpriu-se plenamente a finalidade de Auxiliar o Congresso a conscientizar-se para um problema de capital importância e, futuramente, tomar as decisões que lhe cabem na matéria. É exatamente isto que se espera de um Conselho de Comunicação Social como o nosso, condicionado por limitações estruturais, porém perfeitamente apto a atender às necessidades identificadas pelos Constituintes.

Senhor Presidente, meus amigos conselheiros:

Junto com a minha afetuosa saudação, peço que aceitem estas breves considerações como contribuição para o aprimoramento do Conselho de Comunicação Social ao qual tive a honra de servir na etapa inicial e nas seguintes como seu atento observador.

Alberto Dines

S. Paulo, 18-10-2004

Declaro encerrada a reunião e convoco os Srs. Conselheiros para a próxima reunião, a realizar-se às 14 horas de segunda-feira, dia 8 de novembro deste ano de 2004.

(Levanta-se a reunião às 17h57m1n.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	--

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcília Ramos Calháo Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	--	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	--

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	---	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE – Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS – José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ – Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE – Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC – José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI – Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE – Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP – Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS